



RELATÓRIO DE
FUNDAMENTAÇÃO

DA

**REVISÃO DO PDM
DO SOBRAL DE
MONTE AGRAÇO**

Julho de 2013



ÍNDICE

1	Introdução	8
2	Enquadramento do concelho na região	11
3	Execução do Plano	14
3.1	Objetivos enunciados no Plano	14
3.2	Uso do solo e Gestão Urbanística	16
3.2.1	Uso do solo	16
3.2.2	Áreas Urbanas	17
3.2.3	Áreas de Regime Especial.....	22
3.2.4	Planos de Ordenamento	22
3.2.5	Gestão urbanística - Dinâmica de Ocupação do solo.....	23
3.2.6	Operações Urbanísticas.....	30
3.3	Sistemas de Infraestruturas	34
3.3.1	Infraestruturas.....	34
3.3.2	Equipamentos Coletivos.....	35
3.3.3	Rede Viária e de Transportes	43
3.4	Requalificação Urbana	48
4	Principais Fatores de Mudança na Estrutura do Território	49
4.1	Indicadores Demográficos e Recursos Humanos	49
4.1.1	Evolução da População Residente.....	49
4.1.2	Densidade Populacional e povoamento.....	51
4.1.3	Estrutura Etária da População.....	54
4.1.4	Indicadores Demográficos.....	56
4.1.5	Estrutura Familiar	58
4.2	Indicadores Socio-Económicos.....	58
4.2.1	Níveis de qualificação.....	58
4.2.2	Taxa de Atividade e local de trabalho	60

4.2.3	Índice de Renovação da População Ativa.....	63
4.2.4	Sectores de Atividade.....	63
4.2.5	Situação na Profissão	64
4.3	Emprego e atividades económicas.....	65
4.3.1	Estrutura empresarial.....	65
4.3.2	Agricultura	67
4.3.3	Indústria Transformadora	74
4.4	Parque habitacional	76
5	Avaliação da Qualidade do Ambiente.....	79
5.1	Abastecimento de água.....	79
5.2	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	82
5.3	Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos	84
5.4	Outros Indicadores Ambientais.....	85
5.4.1	Poluição de Origem Urbana	85
5.4.2	Poluição por Actividades Agrícolas e Pecuárias	86
5.4.3	Poluição Industrial.....	86
5.4.4	Energias alternativas e renováveis.....	87
6	Novos Objetivos de Desenvolvimento.....	88
6.1	Apreciação Global	88
6.2	Opções Estratégicas do PROTOVT.....	90
6.3	Novos objetivos de desenvolvimento	92
7	Critérios de sustentabilidade a adotar.....	100
8	O Processo de Revisão do PDM	105
8.1	Fases e peças essenciais.....	105
8.2	O processo participativo e de decisão	109

Índice de Figuras

Figura 1 – Localização de Sobral de Monte Agraço e principais acessibilidades.	11
Figura 2 – Sistema Urbano do PROTOVT.....	12
Figura 3 – Áreas Urbanas delimitadas no PDM'96, com principal rede viária.....	18
Figura 4 – Alvarás emitidos no concelho de Sobral de Monte Agraço, segundo o destino da obra, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.....	24
Figura 5 – Alvarás emitidos no concelho de Sobral de Monte Agraço, segundo a freguesia da obra, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.....	25
Figura 6 – Alvarás emitidos no Concelho de Sobral de Monte Agraço, segundo o tipo de obra de Janeiro de 1999 a Junho de 2013.....	26
Figura 7 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por aglomerado na freguesia de Santo Quintino, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.....	28
Figura 8 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por aglomerado na freguesia de Sapataria, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.....	29
Figura 9 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por aglomerado na freguesia de Sobral de Monte Agraço, entre Janeiro de 1999 e Março de 2013.	30
Figura 10 – Rede Viária Principal (existente e proposta)	45
Figura 11 – Evolução da população no concelho e nas freguesias de Sobral de Monte Agraço. 50	
Figura 12 – Variação da População nas freguesias de Sobral de Monte Agraço.	51
Figura 13 – Densidade Populacional nas freguesias de Sobral de Monte Agraço.	52
Figura 14 – Distribuição da População, segundo a dimensão dos Lugares (2011), por freguesia	52
Figura 15 – População Residente por Lugares.	53
Figura 16 – Pirâmide Etária do Concelho de Sobral de Monte Agraço (efectivos relativos).....	54
Figura 17 – Evolução da qualificação académica no concelho do Sobral de Monte Agraço, entre 2001 e 2011.....	59
Figura 18 – População Residente em Sobral de Monte Agraço e empregada noutra município (2011)	62
Figura 19 – Distribuição da população ativa por sectores de atividade no concelho de Sobral de Monte Agraço, 1981, 2001 e 2011	63
Figura 20 – População Residente Activa empregada segundo sector de actividade (2011)	64

Figura 21 – Quantidade de empresas existentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, entre 1999 e 2010	65
Figura 22 – Evolução da Estrutura etária dos produtores agrícolas, Concelho de Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)	69
Figura 23 - Classes de Superfície Agrícola Utilizada das explorações agrícolas no Concelho de Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)	70
Figura 24 - Principais culturas temporárias, em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)	71
Figura 25 - Culturas temporárias, segundo a SAU, nas freguesias do Concelho de Sobral de Monte Agraço (2009)	72
Figura 26 - Principais culturas permanentes, em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)	72
Figura 27 - Culturas permanentes, segundo a SAU, nas freguesias do Concelho de Sobral de Monte Agraço (2009)	73
Figura 28 – Quantidade de empresas de Indústria Transformadora existentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, entre 1999 e 2010.....	74
Figura 29 – Evolução da forma de ocupação dos alojamentos no concelho do Sobral de Monte Agraço, 1981, 2001 e 2011.....	78
Figura 30 – Sistema de Abastecimento de Águas do Oeste.....	80
Figura 31 – Esquema de Sistema de Saneamento de Águas do Sobral.	83

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização do PDM’96, segundo classe e categoria de espaço.	16
Tabela 2 – Evolução da população dos principais aglomerados.	18
Tabela 3 – Evolução das Áreas Industriais (1996 a 2013).	21
Tabela 4 – Áreas no Concelho de Sobral de Monte Agraço submetidas a Áreas de Regime Especial.	22
Tabela 5 – Alvarás para novas construções, por freguesia, entre 1999 e Junho 2013.	26
Tabela 6 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por freguesia, entre 1999 e Junho de 2013.	27
Tabela 7 – Operações de Loteamento Urbano com alvará na freguesia de Santo Quintino, entre Janeiro de 1996 e Março de 2013.	31
Tabela 8 – Operações de Loteamento Urbano com alvará na freguesia de Sapataria, entre Janeiro de 1996 e Março de 2013.	32
Tabela 9 – Operações de Loteamento Urbano com alvará na freguesia de Sobral de Monte Agraço, entre Janeiro de 1996 e Março de 2013.	33
Tabela 10 – Rede de Equipamentos Escolares no Concelho de Sobral de Monte Agraço.	36
Tabela 11 – Avaliação da execução das medidas de intervenção propostas para o Reordenamento da Rede Educativa de Sobral de Monte Agraço no âmbito da Carta Educativa.	37
Tabela 12 – Rede de Equipamentos de Apoio Social no Concelho de Sobral de Monte Agraço. .	39
Tabela 13 – Equipamentos de Saúde no Concelho de Sobral de Monte Agraço.	40
Tabela 14 – Equipamentos de cultura e recreio no Concelho de Sobral de Monte Agraço.	41
Tabela 15 – Equipamentos desportivos no Concelho de Sobral de Monte Agraço.	42
Tabela 16 – Espaços verdes no Concelho de Sobral de Monte Agraço.	42
Tabela 17 – Outras funções e equipamentos no Concelho de Sobral de Monte Agraço.	43
Tabela 18 – Estradas Nacionais no concelho de Sobral de Monte Agraço.	44
Tabela 19 – Estradas Municipais no concelho de Sobral de Monte Agraço.	46
Tabela 20 – Caminhos Municipais no concelho de Sobral de Monte Agraço.	46
Tabela 21 – Variação da População Residente nos concelhos do Oeste, entre 1991 e 2011.	49
Tabela 22 – Evolução da população residente, segundo a dimensão dos lugares (1991-2001).	53

Tabela 23 – População segundo os grandes grupos etários em 2011.	55
Tabela 24 – População residente por local de residência em 2005, à data dos censos de 2011.	56
Tabela 25 – Índices demográficos, por unidade geográfica, de 2001 e 2011.....	56
Tabela 26 – Índices demográficos, por unidade geográfica, de 2001 e 2011.....	57
Tabela 27 – Dimensão média da Família, por unidade geográfica, de 1991 a 2011.....	58
Tabela 28 – Taxa de analfabetismo, por unidade geográfica, de 1991 a 2011.....	59
Tabela 29 – População Residente segundo o nível de ensino (2011).	60
Tabela 30 – Taxa de Atividade por unidade geográfica, de 2001 e 2011.	61
Tabela 31 –Local de trabalho da população empregada	61
Tabela 32 – Índice de Renovação da População em Idade Ativa, de 2001 e 2011.	63
Tabela 33 – População Residente Ativa empregada segundo sector de atividade e a situação na profissão (2011)	65
Tabela 34 – Empresas no concelho de Sobral de Monte Agraço e na região Oeste segundo o escalão de pessoal ao serviço, em 2010.	66
Tabela 35 – Estrutura Empresarial por sector de atividade segundo a CAE-Rev.3, no concelho de Sobral de Monte em 2010.....	66
Tabela 36 - População familiar com tempo de atividade agrícola, no Concelho de Sobral de Monte Agraço e no Oeste (2009).....	67
Tabela 37 – Evolução da população agrícola familiar, no concelho de Sobral de Monte Agraço e nas freguesias entre 1999 e 2009	67
Tabela 38 – Mão-de-obra agrícola, por regime de duração, no concelho de Sobral de Monte Agraço e nas freguesias entre 1999 e 2009	68
Tabela 39 – Número de explorações e superfície agrícola utilizada - SAU (hectares), em 1999 e 2009.....	69
Tabela 40 -Composição da Superfície Agrícola Utilizada, em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)	71
Tabela 41 - Produção Animal (Efetivos e Explorações), em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)	73
Tabela 42 – Distribuição das empresas e do emprego na Indústria Transformadora, por ramo de atividade, 2010.....	75
Tabela 43 – Evolução do número de alojamentos e de edifícios, entre 1991 e 2011	76

Tabela 44 – N.º total e densidade de alojamentos familiares, por unidade territorial, em 1991 e 2001.....	77
Tabela 45 – Forma de Ocupação dos alojamentos por unidade geográfica, 2011	78
Tabela 46 – Serviços presentes nos alojamentos Familiares de Residência Habitual, 2011	78
Tabela 47 – Níveis de atendimento em percentagem da população residente em aglomerados populacionais à data de execução do PDM'96	79
Tabela 48 – Níveis de atendimento, à data de execução do PDM'96, no concelho do Sobral de Monte Agraço em relação a redes de drenagem de águas residuais.	82
Tabela 49 – Aerogeradores instalados no concelho de Sobral de Monte Agraço	87
Tabela 50 - Articulação entre os Domínios Estratégicos da Estratégia «Sobral 2020» e os Eixos Estratégicos do PROTOVT	97

1 INTRODUÇÃO

O atual Plano Diretor Municipal de Sobral de Monte Agraço, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/96, de 27 de Agosto publicada no Diário da República, I Série-B, encontra-se temporalmente distante do prazo máximo de vigência preconizado no âmbito do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, que impõe a sua revisão, decorridos 10 anos após a entrada em vigor ou a sua última revisão¹.

Ademais, ao longo destes 17 anos, decorreram profundas alterações a nível nacional, regional e local de diferente índole – políticas, sociais, económicas, demográficas, culturais, ambientais, entre outras, com elevadas repercussões não só na vivência das populações, mas também no território, tornando o atual PDM, um documento desatualizado relativamente à realidade em que foi desenhado. Desta forma, tem toda a pertinência, dotar o município de um novo Instrumento de Gestão do Território, capaz de proceder a uma gestão e ordenamento do território mais eficaz, e, paralelamente, servir de suporte a um novo ciclo de desenvolvimento.

A revisão do PDM'96, advém assim da necessidade de adaptação das situações reais a um instrumento regulador que se encontra desatualizado e cujo prazo de vigência já venceu, devendo ser corrigidos erros e omissões verificados e melhorados os seus instrumentos de suporte. A este nível refira-se que uma das grandes falhas dos PDM's de primeira geração reside no tipo de cartografia produzida, que teve por base cartas militares 1:25.000 em suportes analógicos, o que gerou incongruências gráficas e propostas de ordenamento distantes da atual realidade, cartas de RAN e REN inadequadas e delimitação de aglomerados urbanos fora de contexto atual. Esta cartografia, embora transposta para SIG, gera elevadas dificuldades à gestão urbanística.

Para além da necessidade de rever a cartografia existente, esta deverá ser alargada e incrementada, incorporando e adaptando-se às alterações legislativas que ocorreram no período de vigência deste PDM.

De referir ainda a desatualização da informação estatística, que serviu de base ao Plano, e que inevitavelmente conduziu às suas conclusões, proveniente de anteriores Recenseamentos Gerais da População, datados de 1981 e 1991, sendo fundamental apoiar o novo plano em informação atualizada e rigorosa, decorrente de levantamentos de campo, de bibliografia de referência e, fundamentalmente, de fontes de informação recentes, sendo este um momento muito oportuno, em face da recente disponibilização de dados do CENSOS 2011.

Ainda que o PDM seja um instrumento que regule o uso, ocupação e transformação do solo, a sua definição e do respetivo modelo territorial deverá ser capaz de transpor a estratégia e o modelo de desenvolvimento municipal que se quer implementar.

¹ De acordo com o nº3 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro “os planos diretores municipais são obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor”.

Desde a aprovação do PDM, atualmente em vigor, foram produzidas sucessivas alterações legislativas algumas das quais provocaram profundas inflexões na estrutura e quadro legal para o ordenamento do território em Portugal, designadamente:

- Lei de Bases do Ordenamento do Território - Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, com a sua versão mais recente publicada pela Lei nº 54/2007, de 31 de Agosto
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - DL 380/99, de 22 de Setembro, com a sua versão mais recente publicada pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro
- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - DL nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a sua versão mais recente publicada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março
- Avaliação Ambiental Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho
- Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de Novembro
- Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional – Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março
- Regulamento Geral do Ruído – Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro
- Decreto-Regulamentar 9/2009, de 29 de Maio, que estabelece conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial
- Decreto-Regulamentar 10/2009, de 29 de Maio, que estabelece a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes
- Decreto-Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional

Para além da alteração do quadro legal, importa ainda referenciar a publicação em 2007 do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro), e, em 2009, do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (RCM nº 64-A/2009, de 6 de Agosto). O PROT-OVT visa a espacialização de estratégias de desenvolvimento territorial nos territórios do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, havendo que avaliar os seus impactes e as implicações da sua implementação no quadro do desenvolvimento e ordenamento do município.

O **Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Sobral de Monte Agraço (PDMSMA)** que seguidamente se apresenta deverá acompanhar, para efeitos de fundamentação, a deliberação camarária que determinará a revisão do Plano, dando assim cumprimento ao requisito legal plasmado na portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, que veio concretizar as alterações introduzidas no Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro pelo Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro, a qual estabelece no nº 2 do artigo 3º que “ *a deliberação camarária é acompanhado por um relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal e de*

identificação dos principais fatores de evolução do município (...) devendo constar do mesmo os seguintes aspetos:

- a) Níveis de execução do plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município;
- b) Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território;
- c) Definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e dos critérios de sustentabilidade a adotar.

Ao longo do presente documento pretende estabelecer-se o quadro referencial de avaliação do PDM em vigor, e simultaneamente preparar pontes para o processo de revisão em face das necessidades atuais e futuras do concelho e das suas perspectivas de desenvolvimento.

2 ENQUADRAMENTO DO CONCELHO NA REGIÃO

O concelho de Sobral de Monte Agraço localiza-se na região Oeste, integrando a NUT III com a mesma designação.

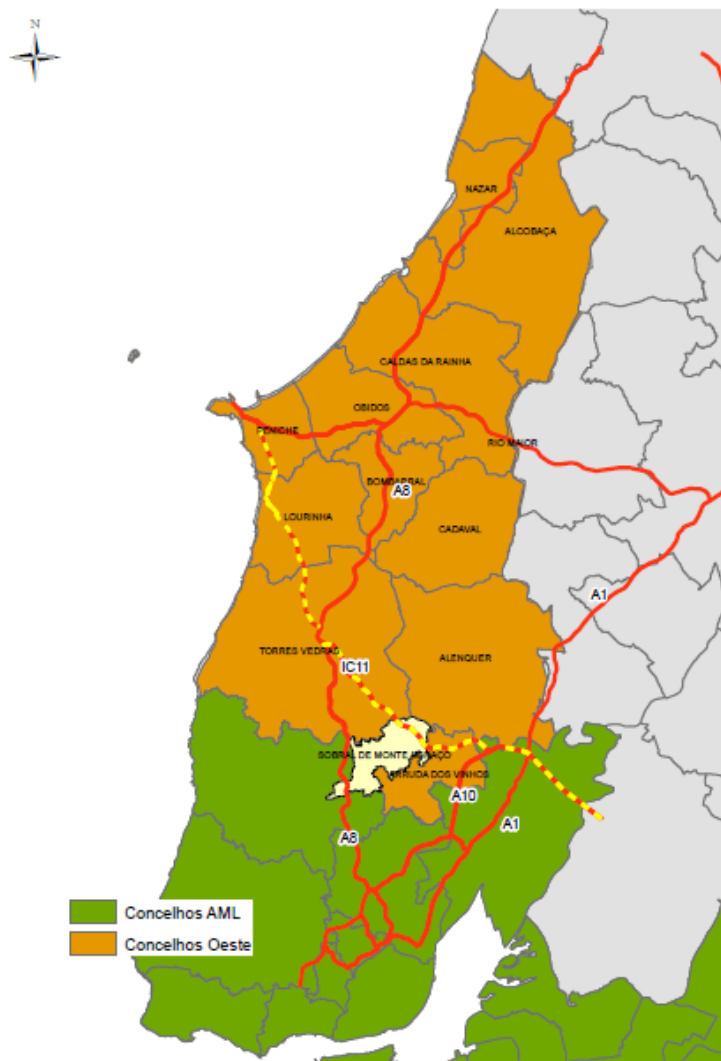


Figura 1 – Localização de Sobral de Monte Agraço e principais acessibilidades.

O território do Oeste faz parte da região de Lisboa embora integre, para efeitos de financiamentos comunitários, a região Centro.

Esta região é estruturada pelo eixo definido pela A8 que articula os aglomerados de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alcobça, atravessando diversos concelhos e conectando-os com Lisboa, mas também com outros centros urbanos de elevada relevância nacional como Leiria, ou mesmo Coimbra. As renovadas condições de acessibilidade, de que resultou a crescente proximidade face a Lisboa, originaram novas dinâmicas territoriais, visíveis desde logo pelo apreciável crescimento demográfico e difusão da mancha urbana ao longo da rede viária. Por sua vez, a proximidade ao litoral torna esta área fortemente atrativa, designadamente para a segunda residência.

O modelo de povoamento caracteriza-se pela elevada dispersão, que se relaciona com a dimensão da propriedade e a forma típica de organização em casais, sobressaindo depois alguns centros urbanos. Nos últimos 20 anos houve uma forte disseminação dos pequenos aglomerados e do modelo difuso de povoamento. As áreas periurbanas dilataram-se, a edificação linear ao longo das vias e do litoral proliferou e os tecidos agro-florestais fragmentaram-se.

O Oeste encontra-se plenamente integrados nas lógicas de estruturação funcional da região metropolitana de Lisboa, constituindo uma área de expansão natural (há semelhança da Lezíria do Tejo) e alternativa à localização metropolitana de infraestruturas, equipamentos e atividades. Esta área caracteriza-se, ainda, pela relevância das atividades agrícolas, nomeadamente a nível de fruticultura e de produtos hortícolas frescos, ao ar livre e em estufa, com uma importância decisiva na competitividade e no desenvolvimento socioeconómico regional.

As características geomorfológicas marcadas pelo surgimento de algumas elevações potenciadoras da ocorrência de condições de vento favoráveis ao seu aproveitamento energético, marcam também a paisagem do Oeste, sobretudo na área mais a Sul (Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos) e limites destes concelhos com Torres Vedras e Alenquer, sendo notória a proliferação de parques eólicos instalados na região a partir do início/meados da primeira década do Século XX.

O concelho de Sobral de Monte Agraço encontra-se no interior sul do Oeste, numa área em que o reforço das acessibilidades contribuiu para uma maior articulação com Lisboa, afirmando-se como uma extensão da coroa periférica da AML, com uma crescente procura da segunda residência.

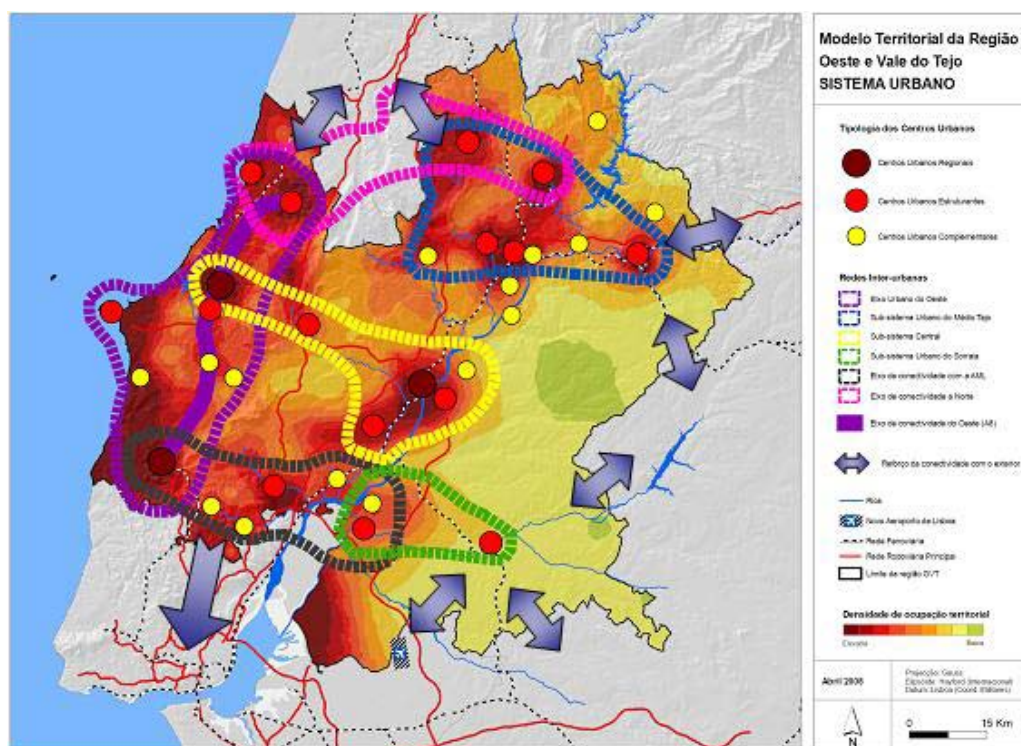


Figura 2 – Sistema Urbano do PROTOVT.

No sistema urbano regional do PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo), Sobral de Monte Agraço surge num interface entre as duas seguintes redes inter-regionais:

- O “**Eixo Urbano do Oeste**” que evidencia intensos processos de urbanização, suscitados pela boa acessibilidade a Lisboa e a Leiria, constituindo uma centralidade urbana em rápida transformação vertebrada pela A8 e suportada em três importantes pólos (Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alcobaça), assumindo os dois primeiros uma importância regional. Sobral *de* Monte Agraço é marcado pela elevada proximidade a Torres Vedras, centro urbano que tem conseguido capitalizar a importância desta sub-região, associada à construção da A8 e ao desenvolvimento dos sectores agrícola e alimentar.
- O “**Eixo de Conectividade com a Área Metropolitana de Lisboa**”, que se estende de Torres Vedras até Benavente, afirma-se como uma extensão da AML sustentada em dois eixos rodo-ferroviários – A8/ Linha do Oeste e A1/ Linha do Norte, sendo marcado pelos fortes relacionamentos pendulares com Lisboa e aposta na atratividade residencial e dos serviços. Este eixo de conceção evidencia uma forte ligação do Sobral com a Lezíria do Tejo, designadamente o eixo Vila Franca-Carregado-Azambuja, evidente pelas tradições tauromáquicas, mas também pelos movimentos pendulares, associada às bacias de emprego aqui existentes.

Sobral de Monte Agraço constitui um centro urbano complementar, com funções urbanas menos diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

No contexto da grande região OVT merece ainda especial atenção a importância das atividades agro-industriais e respetivos serviços de apoio, que poderão ser conciliadas com outras atividades de investigação e desenvolvimento, bem como com novas formas de turismo ligadas à natureza e à ruralidade (ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura).

3 EXECUÇÃO DO PLANO

3.1 Objetivos enunciados no Plano

O PDM'96 teve na base seis **eixos estratégicos de desenvolvimento** ancorados numa perspetiva de “mobilização integrada das diversas potencialidades do concelho”, com realce para o papel do sector terciário. Esses eixos, nos quais foi considerado que existia margem de intervenção foram os seguintes:

[1] Traduzir o potencial de atração residencial do concelho no desenvolvimento de usos residenciais de qualidade.

Nesta perspetiva “deverão ser criadas condições de acolhimento de habitações unifamiliares e de segundas residências, favorecendo-se neste caso a recuperação de casais rurais ou de habitação tradicional nos aglomerados”.

[2] Articular o crescimento populacional e a fixação de segundas residências com o crescimento de serviços mais evoluídos.

Potenciar este efeito acarreta “um grande esforço de organização que passará por adequados padrões de qualidade e por uma articulação dos horários de funcionamento dos serviços (comercializáveis) com os tempos livres da população”. Ou seja este eixo pressupõe uma redefinição de horários, com abertura ao fim de semana, de forma a poder haver o usufruto por parte de população com diferentes hábitos de consumo e com residências secundárias. É ainda aqui mencionado a perspetiva de se desenvolverem novos serviços de recreio, lazer e restauração.

[3] Assumir uma vocação regional no domínio da comercialização de determinados produtos

Este eixo tem na base a área de influência supra-local, assumida por Sobral de Monte no comércio de carnes (a retalho) e pressupõe o seu alargamento a outros produtos, nomeadamente dos frescos provenientes da agricultura e pecuária “exigindo, todavia, uma grande capacidade organizativa dos pequenos e médios produtores”.

[4] Desenvolver serviços de apoio à Área Metropolitana de Lisboa

Implica o desenvolvimento de nichos de prestação de serviços, aproveitando a proximidade ao mercado da Área Metropolitana. Nesta perspetiva foram destacadas duas áreas de possível desenvolvimento:

- a) a organização de realizações de âmbito cultural e comercial altamente especializadas, (mostras, exposições). Estadias curtas que poderiam ser complementadas com outros domínios como a qualidade ambiental, o património cultural, a gastronomia e a enologia.
- b) A realização de ações no domínio dos negócios, da ciência ou de âmbito social (reuniões, seminários, conferências), valorizando um ambiente semi-rural, mas paras as quais seria necessário a criação de equipamento hoteleiro ou a recuperação para esse fim de património construído.

[5] Promover o desenvolvimento industrial

Este eixo contempla a construção de uma zona industrial junto a Seramena, para acolhimento de unidades industriais, bem como um conjunto de atuações complementares numa perspetiva de mobilização da iniciativa endógena:

- c) Promover a formação profissional, nomeadamente nos domínios da comercialização e gestão
- d) Estimular os agentes económicos locais ao estudo das oportunidades de novas atividades no concelho
- e) Divulgar a informação relevante e estimular a concretização de ideias inovadoras
- f) Criar espaços para o acolhimento de pequenos projetos

[6] Criar as condições de sobrevivência e rendabilização da agricultura

A agricultura assume um papel essencial no modelo de desenvolvimento preconizado, quer como elemento complementar de atividades de pequena escala nos serviços e indústria, quer como elemento de preservação da paisagem e fator de atração de novas procuras (recreio, turismo, residência).

É preconizado um modelo assente na pequena agricultura intensiva e a tempo parcial, valorizando as potencialidades para a produção de frescos (incluindo produções pecuárias) para o grande mercado metropolitano. A vinha também apresenta potencialidades embora exija um grande esforço de reestruturação para incremento da qualidade.

A preservação dos solos agrícolas, gerindo de forma adequada as pressões para a sua transformação é um dos grandes objetivos do PDM.

Numa perspetiva instrumental, os **objetivos prioritários** para o desenvolvimento sustentado de Sobral de Monte Agraço, vertidos para o PDM, referem-se à satisfação das condições básicas de vida da população instalada e ao incentivo à fixação e desenvolvimento diversificado das atividades económicas, através de:

- melhoria das redes de estradas e caminhos municipais e de transportes, e reforço da rede de acessibilidade interna articulada com a projetada renovação da rede de acessibilidade nacional;
- melhoria das condições de vida da população através do completamento das redes de saneamento básico;
- completamento da cobertura de equipamentos de ensino, apoio social, formação profissional, desportivos e recreativos, e da eliminação dos fatores de degradação do ambiente;
- consolidação da estrutura urbana das áreas urbanas com funções centrais na rede urbana concelhia – sobral de Monte Agraço, Pêro Negro e Sapataria;
- defesa do ambiente, da paisagem e dos valores culturais associado á valorização das potencialidades naturais e da identidade cultural;
- incentivo à rearborização das áreas abandonadas e à reestruturação para maior competitividade económica das atividades agrícola e silvícola;

- incentivo à fixação de pequenas e médias indústrias, comércio e serviços;
- incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas, culturais e sociais, e à fixação de equipamentos turísticos – estabelecimentos hoteleiros e similares de hoteleiros, agriturismo de habitação;
- incentivo ao desenvolvimento de atividades de animação, recreativas e culturais.

3.2 Uso do solo e Gestão Urbanística

3.2.1 Uso do solo

Na estrutura de ordenamento do PDM'96 foram definidas classes de espaço em função dos usos dominantes e preferenciais do solo, as quais se dividem no conjunto de categorias de espaço, expostos na tabela seguinte.

Tabela 1 – Caracterização do PDM'96, segundo classe e categoria de espaço.

Classes de espaço	Categorias de espaço
Espaço urbano (510,49 hectares) - (9,8%)	Área urbanizada mista Área urbanizada habitacional Área urbanizada de equipamento Área urbanizada verde de proteção e enquadramento Área urbanizada verde agrícola
Espaço urbanizável (91,05 hectares) - (1,75%)	Área urbanizável mista Área urbanizável habitacional
Espaço industrial (52,19 hectares) - (1%)	Área industrial existente Área industrial proposta
Espaço agrícola (2714,22 hectares) - (52,09 %) ²	Área agrícola da RAN Área agrícola não incluída na RAN; Área agro-pastoril
Espaço florestal (655,88 hectares) - (12,59 %)	Área de floresta de produção Área de mata e mato de proteção Área silvo-pastoril
Espaço-canal de infraestrutura	Rede nacional de estradas Rede municipal de estradas e caminhos Rede ferroviária Rede geral de transporte de energia em AT Rede de saneamento básico - conduta adutora
Espaço cultural (438,68ha)- (8,42%)	

Fonte: PDMSMA e Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

As áreas ocupadas por cada classe de espaço resultam de um levantamento grosseiro sobre as cartas do PDM'96, sendo apenas um valor aproximado, dado que as mesmas apenas estão vetorizadas. Por sua vez, com exceção dos principais aglomerados urbanos (Sobral, Sapataria e Pero Negro), a cartografia encontra-se à escala 1:25.000, com um baixo pormenor e exatidão pouco rigorosa. De qualquer modo, conclui-se que no respeitante ao regime de uso do solo, segundo a sua classificação, cerca de 11,55% das áreas são integradas em solo urbano, enquanto a grande maioria do território concelhio está afeto, predominantemente, a solo

² As áreas de espaço agrícola e florestal, não são as que constam do PDM, mas sim as que resultaram do levantamento de campo efectuado, em 2007, no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta, por serem os dados que o Departamento de Gestão Urbanística dispõe.

rural, havendo ainda uma área significativa de espaço cultural (8,42%), que são áreas sensíveis do ponto de vista natural e cultural.

3.2.2 Áreas Urbanas

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) define solo urbano como, “aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano.” Conforme a referida definição e o regulamento do Plano Diretor Municipal de Sobral de Monte Agraço, podemos avançar que se encontram sob solo urbano os Espaços Urbanos, os Espaços Urbanizáveis e os Espaços Industriais.

No PDM’96 as áreas urbanas de Sobral de Monte Agraços foram devidamente identificadas, delimitadas e hierarquizadas nos seguintes quatro níveis:

- **Nível I:** Sobral de Monte Agraço
- **Nível II:** Pêro Negro
- **Nível III:** Sapataria
- **Nível IV:** Almargem; Outeiro; Santo Quintino; Seramena; C. Campos; Monfalim; Pontes Monfalim; Bouco; Godeis; Paço; Guia; São Martinho; Pé do Monte; Vale de Vez; Zibreira de Fetais; Molhados; Folgados; Sabugos; Martim Afonso; Calçada; Pinheiro; Ponte Panasco; Silveira; Cachimbos; Alqueidão; Bispeira; Gozundeira; Chã; Patameira; Moitelas; Serreira; Casais; Casais da Fonte; Alcareia; Fetais; Freiria.

Os três primeiros foram individualizados e selecionados de acordo com o peso populacional, a evolução demográfica existente e expectável e as características funcionais. À Vila do Sobral e a Sapataria foram agregados alguns, pequenos, lugares localizados junto do respetivo perímetro de expansão.

Quanto ao critério populacional dos 3 principais aglomerados, apenas Sobral e Pêro Negro possuíam mais de 500 habitantes. O primeiro detinha 1.535 habitantes, enquanto no segundo esse valor era de 504 residentes. Sapataria apenas detinha 387 moradores, mas foi integrado nesta hierarquia por ser o terceiro núcleo e deter uma importância funcional assinalável.

Os restantes correspondem à individualização de pequenos núcleos, não tendo sido definida nenhuma metodologia objetiva para a sua seleção, para além da dimensão populacional. Também não foram estudadas as relações e dinâmicas, pelo que não foi definido um verdadeiro sistema urbano.

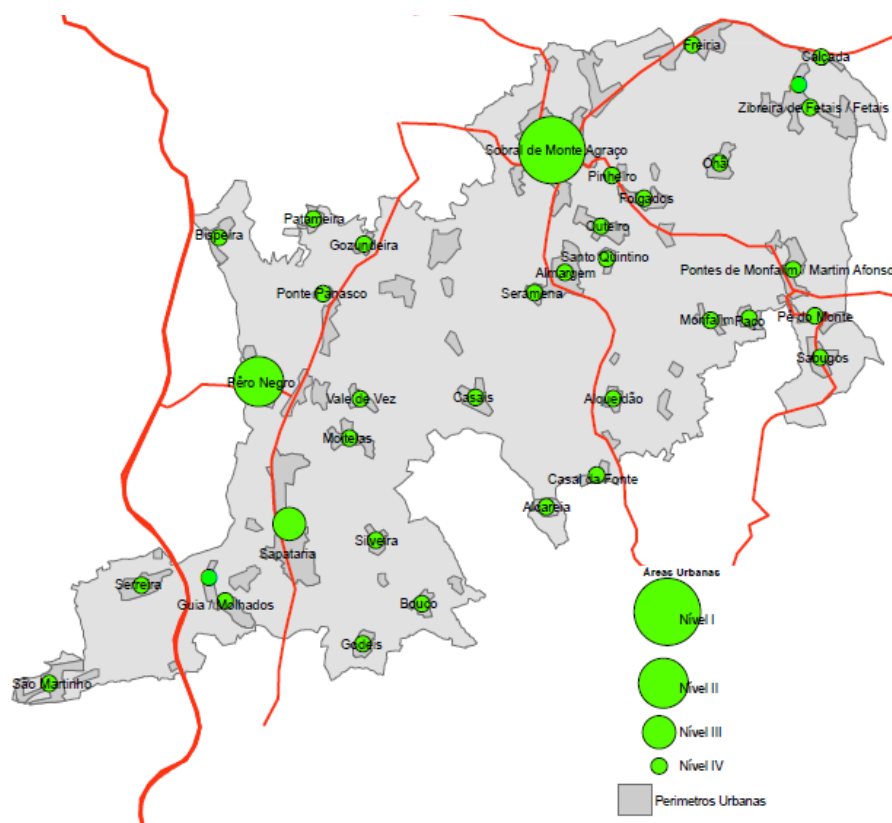


Figura 3 – Áreas Urbanas delimitadas no PDM'96, com principal rede viária.
 Fonte: PDMSMA (produção própria)

A figura que se segue evidencia a localização dos aglomerados de acordo com a hierarquia conferida no PDM'96.

Passados 20 anos, os 3 principais núcleos aumentaram a população, embora com diferentes dinâmicas de crescimento:

- **Sobral de Monte Agraço**, onde se localiza a sede de concelho, com uma variação de população próxima dos 90%, **viu reforçado o seu papel como maior núcleo populacional**.
- O aglomerado da **Sapataria**, que apenas foi integrado como um dos núcleos principais pela importância funcional, **foi aquele que apresentou o maior crescimento (95,6%)**, ultrapassando mesmo em população, Pêro Negro.
- **Pêro Negro afrouxou a sua dinâmica de crescimento**, sendo ultrapassado por Sapataria, como segundo aglomerado mais importante.

Tabela 2 – Evolução da população dos principais aglomerados.

Lugares	Freguesia	1991	2011	Var. 1991/2011
SMA	SMA + S. Quintino	1535	2887	88,1%
Pêro Negro	Sapataria	504	609	20,8%
Sapataria	Sapataria	387	757	95,6%

Fonte: PDM e INE, Recenseamento Geral da População

A elevada dinâmica de crescimento destes 3 núcleos, em particular de Sapataria e de Sobral de Monte Agraço, reforçaram o distanciamento aos restantes aglomerados, e por conseguinte o seu papel nas dinâmicas funcionais.

Mais à frente analisaremos as consequências das dinâmicas populacionais, nos processos de edificação e na ocupação do território, avaliando o grau de concretização das reservas urbanas disponíveis e dos compromissos urbanísticos.

De forma a facilitar a gestão dos aglomerados urbanos e a perceber melhor o seu zonamento no PDM'96, as **áreas de nível I, II e III (urbano e urbanizável)** foram demarcadas em **2 plantas de ordenamento** à escala 1:2000:

- **Planta de ordenamento da área urbana de Sobral de Monte Agraço,**
- **Planta de ordenamento da área urbana de Sapataria+ Pêro Negro**

Os restantes aglomerados apenas foram demarcados na planta 1:25.000, identificando o espaço urbano e o espaço urbanizável, embora com reduzido pormenor na individualização das categorias de espaço.

3.2.2.1 Espaços Urbanos

De acordo com o regulamento do PDM'96, no **espaço urbano** são consideradas diferentes categorias de espaço, de acordo com o uso dominante diferenciado do solo, onde é autorizada a construção de infraestruturas urbanísticas e edificações através de licenciamento municipal de loteamento urbano e de construção:

- Área Urbanizada Mista (UM)
- Área Urbanizada Habitacional (UH)
- Área Urbanizada de Equipamentos (UH)
- Área urbanizada verde de proteção e enquadramento (VP)
- Área urbanizada verde agrícola (VA)

Consoante o grau de desenvolvimento e de integração na estrutura urbana, as categorias de espaço urbano são diferenciadas nas seguintes áreas homogéneas:

- a) Zona a preservar (P)
- b) Zona consolidada (C)
- c) Zona a reabilitar (R)

Para estas zonas são apresentados diferentes parâmetros de intervenção, de acordo também, com o nível hierárquico do aglomerado.

3.2.2.2 Espaços Urbanizáveis

O **espaço urbanizável** é caracterizado por poder vir a adquirir as características do espaço urbano no período de vigência do PDM'96. É constituído pela área de reserva para expansão a curto e médio prazo, incluída em perímetro urbano.

No espaço urbanizável são consideradas diferentes categorias de espaço consoante o uso dominante diferenciado do solo, onde é autorizada a construção de infraestruturas urbanísticas e edificações, através de licenciamento municipal de loteamento urbano e de construção:

- **Área Urbanizada Mista (UM)**
- **Área Urbanizada Habitacional (UH)**

Consoante a prioridade de urbanização, as categorias do espaço urbanizável são diferenciadas nas seguintes zonas, constituindo áreas homogéneas, bem caracterizadas e diferenciadas quanto ao seu desenvolvimento urbanístico:

a) Zona programada (p)—correspondente às zonas do espaço urbanizável onde simultaneamente existam terrenos abrangidos por processos de loteamento urbano aprovados, ou com parecer de viabilidade, e disponham de infraestruturas urbanísticas, ou da possibilidade técnica e económica para a sua implantação a curto prazo;

b) Zona não programada ou de reserva (n/p) — correspondente às zonas do espaço urbanizável não abrangidas pelas condições que caracterizam a zona programada.

Para estas zonas são também apresentados diferentes parâmetros de intervenção, de acordo também, com o nível hierárquico do aglomerado.

3.2.2.3 Espaços Industriais

De acordo com o regulamento do PDM'96 o espaço industrial *é caracterizado pelo elevado nível de infraestruturação, desenvolvido segundo uma rede viária estruturante, servido por vias de comunicação, estacionamento, infraestruturas de saneamento e de abastecimento com características e capacidades adequadas destinado à implantação de estabelecimentos e atividades industriais não integráveis em espaço urbano ou espaço urbanizável, bem como ainda armazéns, serviços e atividades de apoio ou induzidas e de grande superfície comercial.*

No espaço industrial do PDM'96 são consideradas as seguintes categorias de espaço:

- **Área industrial existente**
- **Área industrial proposta**

São classificados como **existentes** as seguintes áreas industriais:

- **Espinheira** (freguesia Sobral de Monte Agraço)
- **Seramena** (freguesia de Santo Quintino)
- **Casais da Macieira** (freguesia de Sapataria)
- **Molhados** (freguesia Sapataria)

- **Chãos** (freguesia Sobral de Monte Agraço)

Como propostas, estão classificadas as seguintes áreas industriais:

- **Espinheira** – zona de expansão
- **Seramena** – zona de expansão
- **Pêro Negro** (freguesia Sapataria) – nova área industrial

Durante o período de vigência do PDM'96 as áreas industriais tiveram o desenvolvimento que se expõe na tabela que se segue.

Tabela 3 – Evolução das Áreas Industriais (1996 a 2013).

Áreas Industriais	Evolução
Espinheira	Área de expansão avançou cerca de 60%. Foram infraestruturados pela Câmara Municipal cerca de 5,5 hectares, em 1997. Loteamentos em 1999 e 2006. Os lotes são privados. Da zona infraestruturada estão ocupados 9 lotes, faltam ocupar 3. Parte não infraestruturada ainda não tem qualquer ocupação.
Seramena	Zona Industrial em decadência. Área de expansão não avançou. Matadouro encerrou, empresa de madeiras em dificuldades, vai-se mantendo empresa de barcos insufláveis.
Casais da Macieira	É uma pecuária (vacaria), classificada no PDM'96 como área industrial, mantendo-se ainda o mesmo uso.
Molhados “Casal dos Caixeiros”	Antigos aviários delimitados no PDM'96 como “área industrial”. Os aviários foram encerrados e está a decorrer o processo de licenciamento de loteamento industrial, para reconversão de uso para pequenas e médias indústrias, aproveitando os pavilhões industriais pré-existentes.
Chãos	Antiga Adega Cooperativa, classificada como “área industrial” no PDM'96. Com o seu encerramento ainda não existe outro tipo de utilização.
Pêro Negro	Nova área industrial prevista no PDM'96 mas que não avançou.

Como se depreende da análise, as áreas industriais previstas não tiveram a concretização desejada, podendo-se apontar os seguintes problemas essenciais:

- Todos os terrenos das áreas industriais são propriedade privada, o que dificulta a atuação autárquica sobre o território.
- **Espinheira** – Tem 3 lotes disponíveis na área infraestruturada, pelo que ainda não se justificou avançar com a restante área. A não concretização do IC11, com nó de ligação previsto para esta área teve um impacto negativo no desenvolvimento previsto.
- **Seramena** – Esta área industrial teve alguma procura por parte de promotores privados, no entanto, nenhuma se concretizou essencialmente por falta de acesso à EN 115 e devido aos preços dos terrenos e/ou falta de disponibilidade dos proprietários para a sua venda. Apesar de não haver nenhuma infraestruturas no local esse não foi o principal obstáculo.
- **Pêro Negro** – De acordo com a informação disponibilizada pela Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA) esta área industrial não teve nenhuma procura por

parte de promotores privados, apesar de estar junto à saída da A8. Propriedade privada de pequena dimensão e desconhecimento da classificação de solos.

3.2.3 Áreas de Regime Especial

O PDM'96 integra também áreas de REN e de RAN, as quais ocupam cerca de 57% do concelho.

Tabela 4 – Áreas no Concelho de Sobral de Monte Agraço submetidas a Áreas de Regime Especial

Classes de espaço	ha	% em relação à área total do município
REN	1653,14	31,73
RAN	1319,79	25,33

Fonte: PDMSMA e Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

De acordo com o levantamento efetuado sobre a Planta de Condicionantes, a Reserva Agrícola ocupa uma área de 1.319,79 hectares e a Reserva Ecológica de 1.653,14 hectares, representando respetivamente 25,33 % e 31,73 % do total da área concelhia.

Apesar desta contagem ser apenas uma aproximação, dado não haver informação digitalizada, assiste-se uma elevada percentagem de território afeto a áreas de regime especial. Esta deverá ser reavaliada à luz do ordenamento agro-florestal pretendido. Verifica-se também que estas áreas, nomeadamente as incluídas em REN, constituem em alguns casos, manchas com maior ou menor extensão, dispersas no território concelhio, sem configurar uma estrutura territorial com coerência ecológica.

Por fim deverá ser atendido a ocupação edificada, que existe em quase toda as classes de uso do solo, e de igual modo nas áreas incluídas nos regimes da REN e RAN. É os casos dos seguintes aglomerados: Ponte Panasco (REN); Casal Rabo do Gato (RAN); Casal da Várzea (RAN); Brandão (RAN e REN); e, Pobrais (RAN e REN).

3.2.4 Planos de Ordenamento

3.2.4.1 Planos Municipais de Ordenamento

O regulamento definiu um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), área sujeitas a regulamentação e gestão urbanística própria, conferidas por plano municipal de ordenamento do território.

Nessa medida, o regulamento propõe a promoção dos seguintes planos:

- a) Planos de Urbanização
 - Vila de Sobral de Monte Agraço (*);
 - Pêro Negro;
 - Sapataria;
 - Área industrial proposta de Seramena;

- Área industrial proposta da Espinheira
- b) .Planos de Pormenor
- Zona a preservar da vila de Sobral de Monte Agraço (*).

As unidades operativas de planeamento e gestão assinaladas com (*) constituíam uma primeira prioridade no horizonte do PDM, mas não chegaram a ser concretizadas formalmente. Para a Vila de Sobral de Monte Agraço foram desenvolvidos 3 estudos - “planos de expansão”, pelo GAT de Torres Vedras, que embora não entrando na classificação de Instrumentos de Gestão do Território, serviram de guião para as operações de loteamento.

Nas áreas industriais propostas houve os seguintes processos:

- Na Espinheira foi desenvolvido um estudo de ordenamento, que serviu de base à execução das infraestruturas por parte da Câmara Municipal, mas não houve nenhum plano formal.
- Em Seramena foi elaborado, no G.A.T. de Torres Vedras, um estudo prévio de urbanização, mas nunca teve uma versão final.

3.2.4.2 Outros Planos de Ordenamento

Incidem sobre o território concelhio outros planos de hierarquia superior que tendo surgido no período de vigência do PDM’96, constituem-se como elementos a ter em conta no processo de revisão, em termos da necessidade de compatibilização entre instrumentos, e da própria redefinição das estratégias de desenvolvimento do concelho, enquadradas por esse conjunto diversificado de referências:

- **Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo** – PROT-OVT (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 26 de agosto, e retificada pela Declaração de Retificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro).
O Aviso n.º 10517/2010 do Diário da República, 2.ª série — N.º 102 — 26 de Maio de 2010 publica a aprovação da alteração do PDM por alteração decorrente da publicação do PROT-OVT, nomeadamente dos seus artigos 29º (edificação no espaço agrícola), 30º (Edificação em parcela de terreno servida por arruamento público) e 35º (edificação no espaço florestal)
- **Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste** (apenas parte do concelho), em vigor desde 2001
- **Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Oeste** (após consulta pública está em fase de finalização)
- **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste** (PROF do Oeste) - Aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/2006, de 17 de Outubro. DR n.º 200, Série I

3.2.5 Gestão urbanística - Dinâmica de Ocupação do solo

O reduzido rigor e a baixa qualidade gráfica das peças desenhadas do PDM’96 torna muito difícil quantificar as áreas alvo de intervenção, nomeadamente nos pequenos perímetros

urbanos de nível IV. Esta situação inviabiliza o apuramento com precisão da percentagem de espaço urbano e urbanizável que foi alvo de ocupação ao longo do tempo de vigência do PDM'96.

Face a este condicionalismo, optou-se por efetuar a avaliação da dinâmica de ocupação do solo com base no levantamento da dinâmica de urbanização que ocorreu no concelho, tendo por suporte a base de dados disponibilizada pela Câmara Municipal, com os alvarás de obra emitidos desde 1999 (data a partir da qual os dados são comparáveis e fidedignos, apesar do PDM ter entrado em vigor em 1996) até Junho de 2013.

Complementou-se a análise com a informação sobre as licenças de alvará emitido para as operações de loteamento urbano, ao longo do mesmo período de tempo. Embora nem todos estejam concretizados trata-se de compromissos urbanísticos privados que correspondem a reservas de solo urbano ou urbanizável.

Como os investimentos de iniciativa privada que exercem maior influência na transformação da ocupação do solo são, precisamente os alvarás de obras e de loteamento, consideramos que a informação recolhida permite perceber as tendências de transformação e as várias fases de formação e evolução da ocupação, como seguidamente analisaremos.

3.2.5.1 Alvarás de construção

A figura que se segue evidencia os alvarás de obra emitidos entre 1999 e Junho de 2013, de acordo com o tipo de utilização. A sua observação evidencia a intensa atividade construtiva entre o final da década de noventa e o início do século XX, com especial notoriedade nos anos de 2000 e 2003. A partir de 2006 é notória uma tendência decrescente de processos submetidos a apreciação, em particular após 2009, o que estará relacionado com a crise económica e financeira do país, que começou a sentir com especial notoriedade nessa altura, com extraordinário impacto no mercado da construção e do imobiliário.

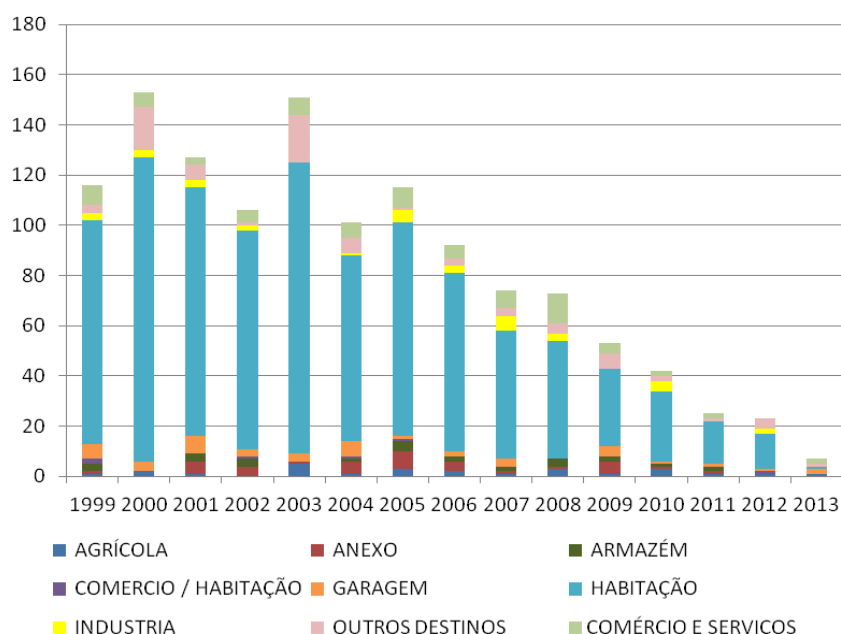


Figura 4 – Alvarás emitidos no concelho de Sobral de Monte Agraço, segundo o destino da obra, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

O uso funcional predominante, dos alvarás emitidos pela autarquia, tem como destino a habitação (74,0%), o que confirma a existência de uma intensa dinâmica habitacional ao longo do tempo de vigência do PDM'96.

Em termos das atividades económicas os processos relacionados com o comércio e serviços representaram 6,1% e a indústria apenas 2,8%, o que confirma a reduzida dinâmica desta última atividade. Os processos denominados como agrícolas exibem igualmente uma proporção diminuta (2,1%), embora os armazéns (2,1%) e os anexos (2,9%) estejam frequentemente ligados com o apoio da atividade agrícola em pequenas propriedades rurais.

O maior número de alvarás de obra (44,8%) localizou-se em Santo Quintino, aquela que tem maior dimensão, seguindo-se Sapataria (29,8%) e Sobral de Monte Agraço (25,5%). Em todas, sem exceção, sobressai a habitação, embora com maior notoriedade para Santo Quintino onde 78% dos alvarás de obra destinam-se a este uso, enquanto nas outras duas freguesias esse valor é respetivamente de 70,5% e 72%. Em Sobral de Monte Agraço merecem destaque os alvarás para comércio e serviço (10,4% dos alvarás de obra emitidos na freguesia), o que se relaciona com o peso da dinâmica funcional na Vila do Sobral.

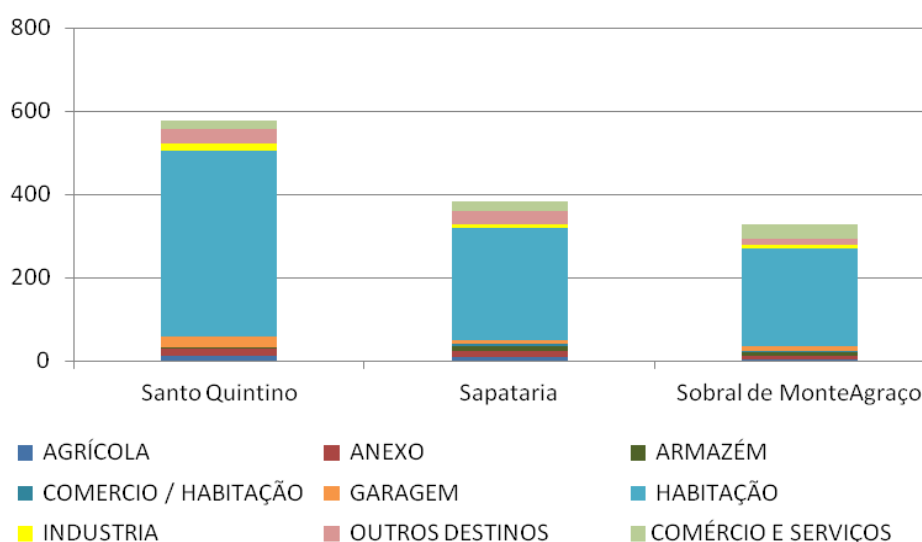


Figura 5 – Alvarás emitidos no concelho de Sobral de Monte Agraço, segundo a freguesia da obra, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Relativamente ao tipo de obra pretendido, as construções novas encontram-se numa primeira linha com 66,2% dos alvarás. Existe ainda um significativo número de processos de alteração e ampliação, traduzidas em operações distintas e variadas, mas que têm como fim a melhoria das condições de habitabilidade, propiciando uma qualificação do nível de vida da população.

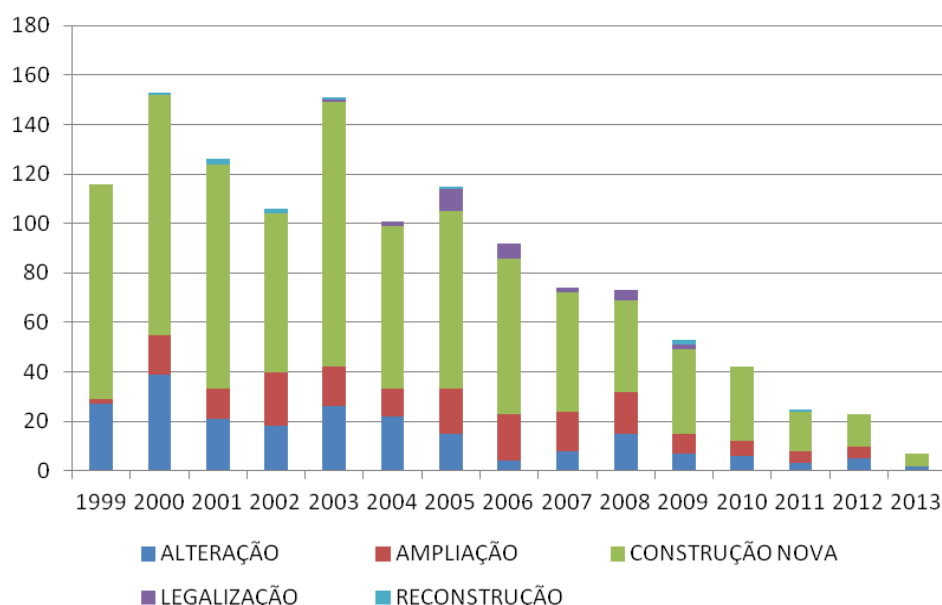


Figura 6 – Alvarás emitidos no Concelho de Sobral de Monte Agraço, segundo o tipo de obra de Janeiro de 1999 a Junho de 2013.

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

3.2.5.2 Produção Habitacional

Como se pode verificar na tabela seguinte, a quase totalidade dos alvarás de novas construção, entre 1999 e Junho de 2013 destinou-se habitação (80,2%), verificando-se um acréscimo de 683 casas no mercado de habitação, distribuídas pelas três freguesias do concelho.

Tabela 5 – Alvarás para novas construções, por freguesia, entre 1999 e Junho 2013.

Tipo Utilização	Santo Quintino		Sapataria		Sobral de Monte Agraço		Total Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
HABITAÇÃO	312	45,7%	199	29,1%	172	25,2%	683	80,2%
OUTROS DESTINOS	26	48,1%	19	35,2%	9	16,7%	54	6,3%
GARAGEM	20	58,8%	9	26,5%	5	14,7%	34	4,0%
ANEXO	10	52,6%	6	31,6%	3	15,8%	19	2,2%
AGRÍCOLA	7	38,9%	8	44,4%	3	16,7%	18	2,1%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5	35,7%	4	28,6%	5	35,7%	14	1,6%
INDUSTRIA	8	57,1%	1	7,1%	5	35,7%	14	1,6%
ARMAZÉM	4	30,8%	4	30,8%	5	38,5%	13	1,5%
COMÉRCIO / HABITAÇÃO		0,0%	2	66,7%	1	33,3%	3	0,4%
Total Geral	392	46,0%	252	29,6%	208	24,4%	852	100,0%

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Aos novos fogos, podem juntar-se 249 resultantes de processos de alteração e ampliação 13 de legalização e 9 de reconstrução, o que perfaz um total de 954 alojamentos.

Tabela 6 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por freguesia, entre 1999 e Junho de 2013.

Tipo de Construção	Freguesias			Total Geral	
	Santo Quintino	Sapataria	Sobral de Monte Agraço	Nº	%
CONSTRUÇÃO NOVA	312	199	172	683	71,6%
AMPLIAÇÃO	81	38	22	141	14,8%
ALTERAÇÃO	44	26	38	108	11,3%
LEGALIZAÇÃO	5	4	4	13	1,4%
RECONSTRUÇÃO	6	3	0	9	0,9%
Total Geral	448	270	236	954	100,0%

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Por freguesia, é Santo Quintino que apresenta um maior número de alvarás de habitação, quer em novas, quer para alterações, ampliações, reconstrução, ou outras.

Para melhor perceber as transformações ocorridas no território a nível habitacional e avaliar o seu impacto na evolução morfológica do povoamento, apresentamos seguidamente os alvarás por aglomerado, em cada freguesia.

Freguesia de Santo Quintino

Freguesia marcadamente rural, na área sul/sudeste do concelho, com um povoamento marcado pelo disperso e pela existência de um conjunto diverso de pequenos aglomerados. Numa pequena área conflui com o centro urbano de Sobral de Monte Agraço.

A produção habitacional ao longo do tempo de vigência do PDM'96 é marcada por uma dispersão por diversos aglomerados embora com reforço de alguns núcleos, com particular destaque para o eixo Fetais/Zibreira de Fetais e ainda Almargem, Sabugos, Martim Afonso e Chã. Todos estes núcleos estavam classificados como áreas urbanas de nível IV.

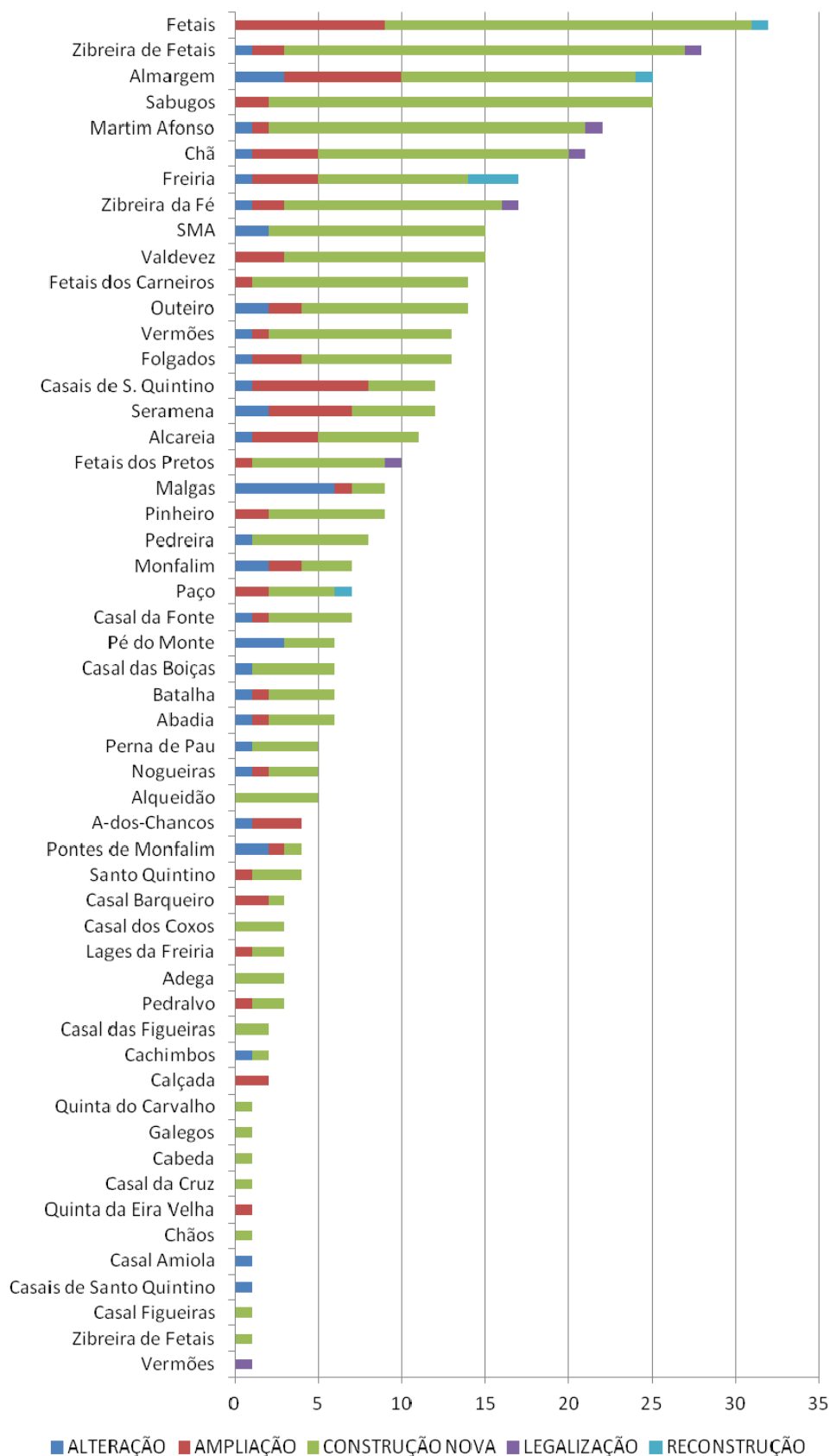


Figura 7 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por aglomerado na freguesia de Santo Quintino, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.

Fonte: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Existem no entanto, outros, não classificadas na hierarquia urbana do PDM'96, mas com um crescimento relevante, de que é o caso mais paradigmático Zibreira de Fé, mas também, Valdevez, Fetais dos Carneiros, Fetais dos Pretos ou Vermões, entre outros.

Da observação da edificação de novas habitações evidencia-se assim a localização preferencial numa área a Nordeste do concelho, que se estende pelos núcleos de Fetais, Zibreira de Fetais, Fetais dos Pretos e Fetais dos Carneiros, com uma quantidade significativa dos alvarás a acontecerem nos espaços intersticiais, ou seja fora das áreas urbanas, aumentando assim o disperso.

Freguesia de Sapataria

Localizada a Sul/Sudoeste do concelho, integra dois aglomerados com classificação relevante na hierarquia dos aglomerados urbanos do PDM'96: Pêro Negro, com nível II e Sapataria com nível III. Nas últimas duas décadas registou uma dinâmica de crescimento relacionado com a melhoria das acessibilidades, nomeadamente com a A8.

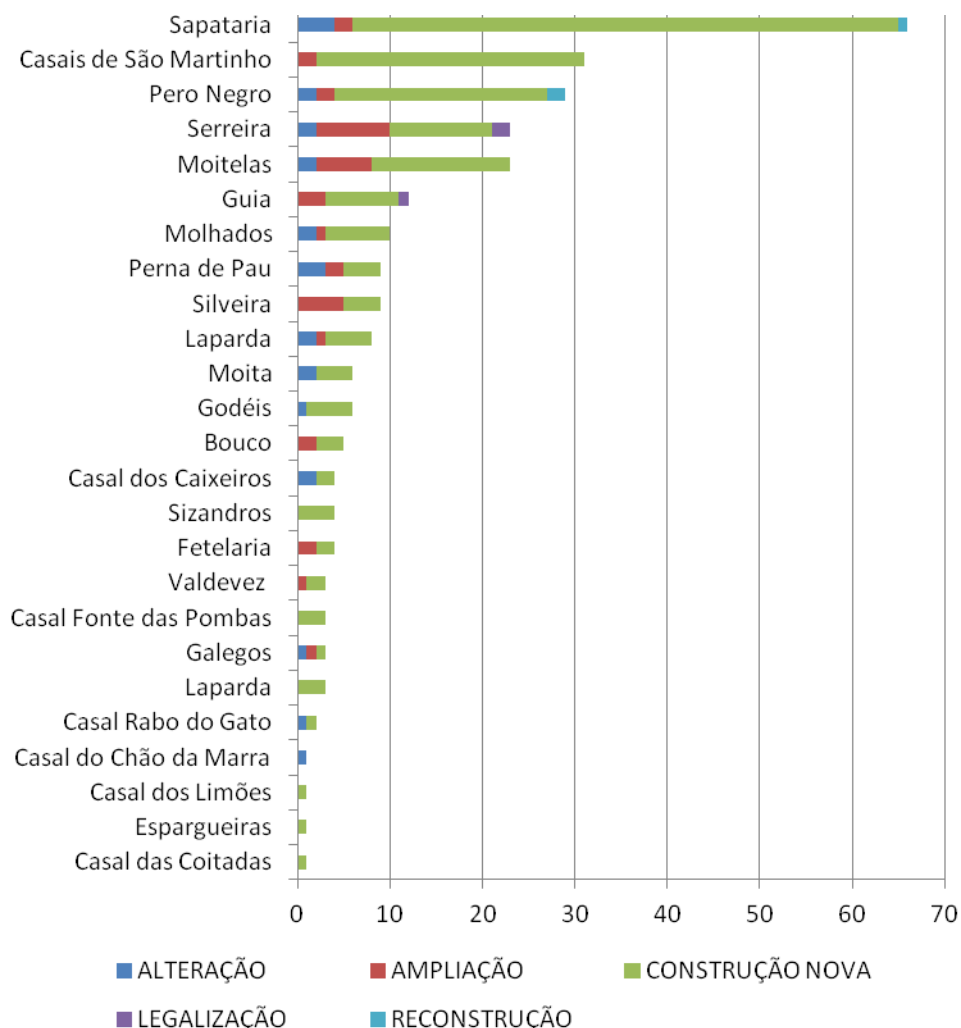


Figura 8 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por aglomerado na freguesia de Sapataria, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2013.

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

O aglomerado com o desenvolvimento habitacional mais relevante foi Sapataria, cujos novos traçados viários beneficiaram o crescimento populacional, bem como o desenvolvimento económico. Por sua vez, Casais de São Martinho também teve uma expansão relevante, propiciada pela proximidade a Mafra e ao Nó da A8 da Malveira. Já Pêro Negro, não teve a expansão expectável no PDM'96, embora seja o terceiro aglomerado a crescer na freguesia.

Freguesia de Sobral de Monte Agraço

A freguesia de Sobral de Monte Agraço é aquela que apresenta uma estrutura mais concentrada do povoamento, com a maior parte do desenvolvimento habitacional a acontecer no centro urbano com o mesmo nome, o qual coincide com a sede de concelho.

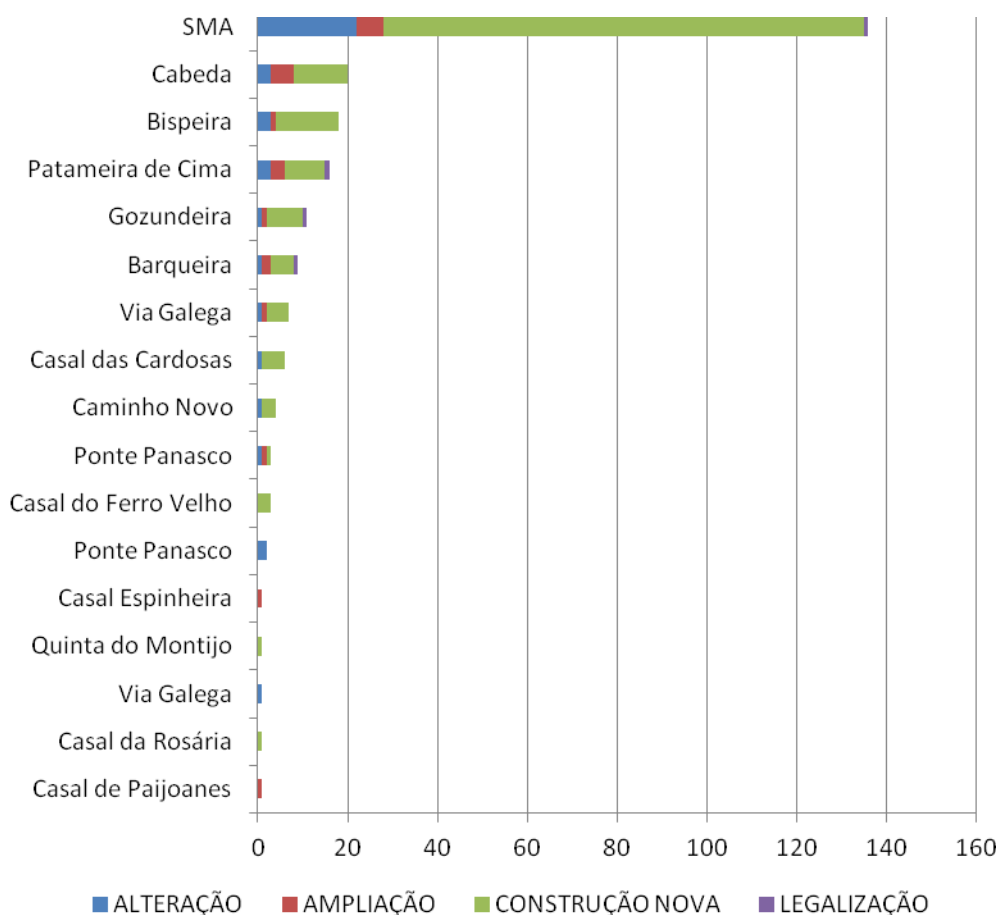


Figura 9 – Alvarás para habitação, segundo o tipo de construção, por aglomerado na freguesia de Sobral de Monte Agraço, entre Janeiro de 1999 e Março de 2013.

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

O aglomerado de Sobral de Monte Agraço, é aquele que assume maior expressão não só na freguesia, mas também no concelho.

3.2.6 Operações Urbanísticas

Os loteamentos e sua evolução ao longo do tempo são igualmente um indicador importante da transformação do uso do solo e da dinâmica urbana do município durante o período de vigência do PDM'96.

A identificação das áreas comprometidas com loteamentos, em cada uma das freguesias é realizada nas três tabelas seguintes, tendo por base a informação disponibilizada pela Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA), sobre os alvarás emitidos após 1996.

Tabela 7 – Operações de Loteamento Urbano com alvará na freguesia de Santo Quintino, entre Janeiro de 1996 e Março de 2013.

Numero alvará de loteamento	Área (m2)	Número de Lotes	Tipologia
Casal das Figueiras			
3/03	843,3	1	unifamiliar
Casal da Fonte			
1/07	1.569	1	unifamiliar
Fetais			
2/02	2160	1	unifamiliar
Freiria			
2/00	2.680	4	unifamiliar
1/03	10.768,8	15	unifamiliar
Total Freiria	13.448,8	19	
Lages de freiria			
1/99	4.741	4	unifamiliar
Martim Afonso			
3-A/99	12.190	18	unifamiliar
Nogueiras			
2/01	407	1	unifamiliar
Outeiro			
1/05	7.513	8	unifamiliar
Valdevez			
4/99	3.653	3	unifamiliar
3/00	3.064	3	unifamiliar
2/05	13.207	13	unifamiliar
Total Valdevez	19.924	19	unifamiliar
Zibreira de Fetais			
5/05	5.640	5	unifamiliar
2/06	6.701,4	6	unifamiliar
Total Zibreira de Fetais	12.341,4	11	
Total de áreas comprometidas Freguesia de Santo Quintino	75.137,50	85	

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Tabela 8 – Operações de Loteamento Urbano com alvará na freguesia de Sapataria, entre Janeiro de 1996 e Março de 2013.

Numero alvará de loteamento	Área (m2)	Número de Lotes	Tipologia
Casais de S. Martinho			
2/98	13.480	13	unifamiliar
1/09	9.501	10	unifamiliar
Total Casais de São martinho	22.981	23	unifamiliar
Godéis			
3/06	3.459	4	unifamiliar
Pêro Negro			
7/05	10.043	11	unifamiliar
Sapataria			
1/00	2.310	2	1 unifamiliar e 1 multifamiliar - 5 fogos
1/02	24.520	35	unifamiliar
1/04	11.740	16	unifamiliar
2/07	2.150	1	unifamiliar
Total Sapataria	40.720	54	
Serreira			
1/98	464	1	unifamiliar
3/02	3.950	1	unifamiliar
3/05	1.800	1	unifamiliar
Total Serreira	6.214	3	
Total de áreas comprometidas Freguesia de Sapataria	83.417	95	

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Tabela 9 – Operações de Loteamento Urbano com alvará na freguesia de Sobral de Monte Agraço, entre Janeiro de 1996 e Março de 2013.

Numero alvará de loteamento	Área (m2)	Número de Lotes	Tipologia
Bispeira			
2/03	5.000	5	unifamiliar
Espinheira			
3/99	6.667	2	indústria
1/06	16.573	4	indústria
Total Espinheira	23.240	6	
Patameira			
3/04	6722	7	unifamiliar
SMA			
3/98	15.040	10	multifamiliar - 75 fogos - 18 T2 e 57 T3
4/02	5.690	6	multifamiliar - 41 fogos
4/05	4.549,26	3	unifamiliar
Total SMA	25.279,26	19	
Via Galega			
2/99	3.217	2	unifamiliar
1/01	3.036	1	unifamiliar
6/05	11.610	11	unifamiliar
2/09	5.862	1	unifamiliar
Total Via Galega	23.725	15	
Total de áreas comprometidas Freguesia de Sobral de Monte Agraço	83.966,26	52	

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

Em termos de balanço geral dos níveis de execução do Plano, é possível adiantar as conclusões que se seguem, com base na observação das tabelas e na análise da informação disponível:

- A extensão das áreas classificadas como urbanas e urbanizáveis no PDM'96 acolheram todas as novas urbanizações submetidas a licenciamento camarário, entre 1996 e 2013, havendo uma área comprometida de 24.2521,1 hectares, o que ainda assim está muito aquém dos 91, 05 hectares identificados como área urbanizável.
- As maiores operações de loteamento urbano, evidenciadas pela área ocupada e número de fogos localizam-se em Sapataria e em Sobral de Monte Agraço, muito embora a informação disponível não permita aferir o grau de concretização dos alvarás. Por sua vez, houve algumas urbanizações que foram concretizadas durante este período de tempo, mas os compromissos foram anteriores a 1996, portanto em data anterior à entrada em vigor do PDM'96.

- Na freguesia de Santo Quintino, reforça-se o padrão de povoamento disperso dos seus aglomerados, onde é privilegiada a habitação unifamiliar e uma maior dimensão média dos fogos. Nesta freguesia, onde todas as áreas urbanas são de nível IV, há uma área comprometida de 7,52 hectares, estando a maior dinâmica em Freiria, Martim Afonso, Valdevez e Zibreira de Fetais.
- Na freguesia de Sapataria, sobressai claramente o aglomerado de Sapataria, considerado de nível III no PDM'96, mas cuja dinâmica ultrapassou claramente Pêro Negro, classificado como nível II.
- Na freguesia do Sobral de Monte Agraço sobressaem as intenções de construção no aglomerado na vila do Sobral.

São ainda apresentados desenhos à escala 1:5.000 dos núcleos urbanos de nível I, II, III – Sobral de Monte Agraço, Pêro Negro e Sapataria com a implantação territorial dos loteamentos nos respetivos perímetros urbanos. A delimitação foi desenhada a partir das peças desenhadas do PDM'96 que apresentando uma qualidade gráfica muito deficiente dificultam a identificação rigorosa dos zonamentos realizados.

Por sua vez, nas áreas consagradas como de nível IV, o mapeamento à escala 1:25.000 em base vetorial, impossibilita a delimitação com precisão dos perímetros urbanos e dos respetivos compromissos urbanísticos. No decorrer da revisão do plano, nomeadamente na fase de proposta de delimitação do solo de urbanização programada é fundamental proceder à redefinição destas áreas ajustando-as à respetiva vocação, no contexto das estruturas urbanas e paisagísticas em que se inserem ou com as quais se relacionam.

3.3 Sistemas de Infraestruturas

3.3.1 Infraestruturas

A análise detalhada dos níveis de execução do PDM'96 no que diz respeito aos sistemas de Infraestruturas - Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Tratamento de Águas Residuais e Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos – apresenta-se mais adiante, integrada no capítulo referente à Avaliação da Qualidade Ambiental do Concelho (Capítulo 5).

No que se refere ao abastecimento de água a principal conclusão remete-nos para o nível globalmente satisfatório dos níveis de execução do Plano. Todos os núcleos com mais de 100 habitantes são servidos com abastecimento público, sendo a taxa de atendimento da população próxima dos 100%.

Ao longo da última década e meia o sistema de saneamento sofreu uma profunda reformulação, com a construção de infraestruturas de suporte como as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e respetivos sistemas de saneamento, o que permitiu uma melhoria da cobertura da população servida, estimando-se atualmente uma capacidade para servir cerca de 80% da população.

A nível da recolha de resíduos sólidos urbanos, o município revela uma média de 585 kg por habitante e uma percentagem 22% de resíduos recolhidos seletivamente, verificando-se uma situação mais positiva que a média da região Oeste (464 kg/habitante e 9% de recolha seletiva), sendo, esta, uma área onde houve uma melhoria assinalável.

3.3.2 Equipamentos Coletivos

Seguidamente será efetuada a avaliação do grau de concretização das intervenções previstas no PDM'96, no que refere à rede de equipamentos coletivos, comparando o que estava inicialmente previsto, com o que atualmente existe.

Estes equipamentos, que fornecem serviços básicos essenciais de apoio às populações, ajudam a estruturar o território, sendo fundamentais para a qualidade de vida dos habitantes e desenvolvimento do concelho. De referir no entanto que, numa parte significativa, são administrados e geridos por entidades ao nível do poder central, estando também dependentes de normativos e legislação nacional (sobretudo a nível de Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Administração Interna).

3.3.2.1 Educação

O Parque Escolar de Sobral de Monte Agraço está agregado no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral que reúne todas as escolas do concelho, concretamente:

- **Escola Básica e Secundária de Sobral de Monte Agraço** (sede)
- **EB1 / JI de Sobral e Santo Quintino** (2 salas JI e 11 salas EB)
- **EB1/JI de Almargem**, freguesia de Santo Quintino (1 sala JI e 1 sala EB)
- **JI de Pêro Negro**, freguesia da Sapataria (1 sala)
- **EB1 de Pêro Negro**, freguesia da Sapataria (2 salas)
- **EB1/JI de Pontes de Monfalim**, freguesia de Santo Quintino (1 sala JI)
- **Centro Escolar da Sapataria** (3 salas JI e 8 salas EB)

É ainda disponibilizada oferta de Pré-Escolar na **Associação Popular de Sobral de Monte Agraço**, a qual dispõe de 3 salas de JI.

A rede de estabelecimentos escolares do município sofreu uma profunda alteração, desde a elaboração do PDM'96 até, sobretudo a nível de ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, muito por força da mudança das medidas de política de âmbito nacional, mas também de um forte investimento do município nesta área.

A tabela seguinte confronta o existente e proposto nos estudos do PDM'96, com o que foi executado.

Tabela 10 – Rede de Equipamentos Escolares no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Níveis	Existente	Proposta PDM'96	Execução
Jardim de Infância/Pré-Escolar	1 em Sobral de Monte Agraço 1 em Sapataria	1 em Pêro Negro para cobrir todos os aglomerados até ao nível III. Mais uma sala em SMA (em 2002) -para uma taxa de cobertura de 30%. Agregar ensino pré-escolar/jardim-de-infância nos edifícios existentes com 1ºciclo	Executado o previsto: - JI de Pêro Negro (1 sala) - JI em SMA (2 salas) novas instalações Agregação de JI a EB: - Requalificação da EB1/JI de Almargem (1 sala JI) - Requalificação da EB1/JI de Pontes de Monfalim (1 sala JI) Novo Centro Escolar da Sapataria (3 salas JI)
1º ciclo EB	EB em 13 aglomerados (21 salas)	Rede escolar foi considerada satisfatória	Reestruturação do Parque Escolar: - Novo Centro Escolar de Sapataria (8 salas) - Novo EB1 / JI de Sobral e Santo Quintino; - Encerramento EB1 de Moitelas; EB1 de Silveira, EB1 de Serreira, EB1 de Freiria, EB1 de Fetais; EB1 de Casais; EB1 de Patameira; JI e EB1 Sapataria Requalificação - EB1/JI de Almargem; EB1 de Pêro Negro; EB1/JI de Pontes de Monfalim
2º e 3º ciclos EB	Sobral de Monte Agraço	Nova escola em Pêro Negro – aglomerado de nível II -a concretizar em 2002	Não foi concretizada a nova escola em Pêro Negro
Ensinos secundário e técnico-profissional	Sobral de Monte Agraço (secundário)	Ficarão localizados somente em Sobral de Monte Agraço	Manteve-se o previsto – localização do ensino secundário na vila do Sobral

Fonte: PDMSMA e CMSMA

Muitas das alterações aqui evidenciadas tiveram por base a Carta Educativa do município com horizonte 2006-2013, a qual inclui, para além da caracterização rigorosa dos equipamentos e da população, *propostas concretas para uma organização mais eficaz e eficiente desses mesmos equipamentos, para criação de outros (caso se verifiquem necessário) ou mesmo para estabelecimento de novas dinâmicas que permitam, possibilitem e promovam, uma Educação mais adaptada e adequada aos novos desafios que a sociedade de hoje coloca a todos os parceiros da Educação (Escola, Família, Autarquias e Sociedade em geral).*

Apesar da Carta Educativa não dever ser considerada imutável, mas antes capaz de se reajustar às dinâmicas existentes ou previsíveis, constitui um importante instrumento de programação e de concretização da política educativa. O quadro seguinte evidencia o grau de execução das principais medidas de intervenção propostas para o Reordenamento da Rede Educativa, o qual deve ser levado em consideração no futuro PDM.

Tabela 11 – Avaliação da execução das medidas de intervenção propostas para o Reordenamento da Rede Educativa de Sobral de Monte Agraço no âmbito da Carta Educativa.

Medida	Tipo de Intervenção Proposta	Execução
Jardim-de-infância de Pêro Negro	Construção de novo edifício para albergar o atual JI (com 2 salas e 1 polivalente)	Não foi concretizado
Alteração da Tipologia da EB1 de Serreira	Alterar a tipologia da EB1 de Serreira para EB1/JI de Serreira	Concretizado, mas posteriormente foi encerrada por ter poucos alunos
Centro Escolar da Freguesia de Santo Quintino	Ampliação da atual EB1/JI de Pontes de Monfalim com a Construção de Raiz de novas infraestruturas	Não foram feitas novas infraestruturas, nem criado o centro escolar. Houve apenas obras de melhoramento (refeições, instalações sanitárias, sala polivalente e envolvente).
Ampliação da EB1/JI de Almargem	Ampliação da EB1/JI de Almargem	Não foi concretizado a ampliação Apenas se realizaram obras para refeitório e cozinha
Centro Escolar da Freguesia de Sapataria	Criação de Raiz de um novo estabelecimento de ensino, localizado na Sapataria e que substituirá a EB1 de Sapataria e JI de Sapataria	Concretizado
Centro Escolar da Freguesia de Sobral de Monte Agraço	Alteração de Tipologia da EBI para EB1/JI Adaptação de algumas salas da EBI para JI	Concretizado a alteração de tipologia e a adaptação de algumas salas
Ampliação da ES/3 e Alteração da Tipologia da ES/3 para EB2,3/S	Criação de mais 10 salas de aula. Alteração de tipologia de ES/3 para EB2,3/S	A ES/3 não foi ampliada, mas foi remodelada para albergar o 2º ciclo. Foi alterada a tipologia de ES/3 para Escola Básica e Secundária
Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária	Construção de Raiz do Pavilhão Gimnodesportivo	Não foi concretizado. É utilizado o pavilhão do “Monte Agraço Futebol Clube” através de protocolo

Fonte: Carta Educativa e CMSMA

Verifica-se que muitas das ações propostas foram concretizadas, com especial relevância para o Centro Escolar de Sapataria. Aquelas que não o foram deverão ser reavaliadas de forma a verificar se se mantêm os pressupostos que estão na base das propostas apresentadas.

Decorrente da implementação da Carta Educativa e de Medidas de Política do Ministério da Educação, foram encerradas 8 escolas do 1º ciclo: Moitelas, Silveira, Freiria, Fetais, Monfalim, Serreira, Patameira e Sapataria. A maioria foi cedida para a respectiva associação da Aldeia (Moitelas, Silveira, Freiria e Patameira, Serreira), a de Monfalim foi entregue à Associação e Caçadores e a de Sapataria será para Creche.

3.3.2.2 Equipamento de Apoio Social

Os equipamentos de apoio social são essenciais para apoiar determinados estratos mais desfavorecidos da população. Aquando da elaboração do PDM'96 estes equipamentos foram caracterizados como bastante deficitários, essencialmente nos serviços de creche e tempos livres, sendo o jardim de o infância e os equipamentos de apoio à 3ª idade os mais difundidos pelo território.

De acordo com a Carta Social³, a rede de equipamentos sociais, atualmente existente no concelho é a seguinte:

- **Equipamentos de Infância e Juventude**
 - **1 creche** (Sobral de Monte Agraço) com capacidade para 70 utentes pertencente à Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (IPSS).
 - **1 Centro de Atividades de Tempos Livres** (Sobral de Monte Agraço) com capacidade para 128 utentes pertencente à Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (IPSS).
- **Equipamentos para Pessoas Idosas**
 - **4 Estruturas Residenciais para Idosos (Lar de Idosos e Residência)**
 - **Quinta das Cores** (Sabugos, Santo Quintino) com capacidade para 15 utentes, pertencente a “Entregerações – Apoio Social a crianças e idosos SA” – privado. (início da atividade em 2001)
 - **Solar de S. Jorge** (Casais de São Martinho) - Residencial de Repouso e Recuperação (Sapataria) com capacidade para 15 utentes, pertencente a “Regina e Carlos Lda”- privado. (início da atividade em 1992)
 - **Lar de Grandes Dependentes** (Sobral de Monte Agraço), com capacidade para 26 utentes, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço
 - **Lar da Nossa Senhora da Vida** (Alto dos Fetais, Sobral de Monte Agraço), com capacidade para 57 idosos, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço
 - **1 Centro de Dia (Nossa Senhora da Vida)**, no Alto dos Fetais, com capacidade para 25 idosos, da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

A tabela seguinte confronta o existente e o proposto no PDM, com o que foi executado a nível de equipamentos sociais.

³ <http://www.cartasocial.pt>

Tabela 12 – Rede de Equipamentos de Apoio Social no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Tipologia	Existente	Proposta PDM'96	Execução
Creche	Inexistentes no concelho (previsão de necessidade em 1991 para 64 crianças).	A curto prazo, 2 salas de creche em SMA com capacidade para 50 crianças Para 2002 mais uma sala destinada a 25 crianças em SMA	Foi concretizada a creche da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (AP SMA) na vila do Sobral. Conta com 5 salas (3 salas são novas). A creche da Sapataria está em projeto
Centro de Atividades de Tempos Livres	1 em Sobral de Monte Agraço	Criação de instalações nos aglomerados de nível I, II e III. Em Sapataria previsto só para 2002. Taxa de cobertura de 30%	A Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (AP SMA) conta com 2 salas de ATL. Sapataria também tem uma sala de CES. Com o alargamento do horário escolar do 1º ciclo e incorporação das AEC esta valência deixou de ser tão necessária.
Lar de Idosos	2 Lares (Sobral e Casais de S. Martinho) – média de 40 utentes em cada. Estimado falta para mais 20 utentes	1 unidade em Pêro Negro Taxa de cobertura de 10% (população mais de 65 anos)	Renovação e ampliação do Lar de Nossa Senhora da Vida pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço (SCMSMA) . Existem atualmente 4 estruturas residenciais para idosos (lar de idosos e residência).
Centro de Dia	1 em Sobral de Monte Agraço	1 unidade SMA 1 unidade em Pêro Negro Taxa de cobertura de 10%	Centro de dia SMA (Misericórdia) - novas instalações, com capacidade para 25 utentes. Não existe centro de dia em Pêro Negro.

Fonte: Carta Social e CMSMA

Da observação da situação torna-se evidente a melhoria da cobertura das estruturas de apoio social a nível de creches e de lares de idosos. O desenvolvimento dos trabalhos de revisão do PDM deverá aferir se esta é suficiente em face da estrutura demográfica (atual e projetada), das medidas de política e das próprias necessidades da população.

Uma nota final para a importância de duas Instituições Particulares de Solidariedade Social: a **Associação Popular de Sobral de Monte Agraço (AP SMA)** na área da infância e Juventude e a **Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço (SCMSMA)** no apoio aos idosos.

3.3.2.3 Serviços de Saúde

A cobertura do concelho encontra-se estruturada em torno do **Centro de Saúde Sobral de Monte Agraço** (pertencente ao **Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul**), o qual conta com as seguintes extensões de saúde associadas:

- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sobral de Monte Agraço - Polo de Sapataria
- Atendimento Complementar Sobral de Monte Agraço
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sobral de Monte Agraço
- Unidade de Cuidados na Comunidade Sobral de Monte Agraço

As novas instalações do centro de saúde entraram em funcionamento no início de 2013 e vieram substituir as antigas e degradadas que funcionavam num prédio de habitação que dificultava o acesso a idosos e a pessoas com mobilidade reduzida.

O Hospital de referência é o “Hospital Beatriz Ângelo”, localizado em Loures, inaugurado em 2012, mas com grandes problemas iniciais para a deslocação da população mais dependente do concelho, dado que não existiam transportes públicos para aquele local. Esse problema foi ultrapassado com o início a 1 de Julho de 2013 de uma nova carreira Sobral – Loures (Hospital), após uma intensa negociação do Município com as entidades envolvidas: IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, empresa transportadora, Hospital Beatriz Ângelo e Ministério da Saúde.

A tabela seguinte confronta o existente e o proposto no PDM, com o que foi executado.

Tabela 13 – Equipamentos de Saúde no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Existente	Proposta PDM'96	Execução
Serviços existentes satisfazem a procura	1 unidade de extensão do centro médico de SMA	Novos Centros de Saúde em SMA (inaugurado em 2013) e Sapataria.
Instalações hospitalares inativas	1 Farmácia em Pêro Negro Dinamização das instalações hospitalares	<u>Não</u> existe farmácia em Pêro Negro. Hospital de apoio é o “Hospital de Loures”

Fonte: Ministério da Saúde

Verifica-se que as condições de assistência local à população melhoraram consideravelmente, com as novas instalações do Centro de Saúde do Sobral e a extensão na Sapataria.

3.3.2.4 Cultura e Recreio

O PDM'96 caracteriza os equipamentos de cultura e de recreio como bastante diversificados. A tabela seguinte evidencia o existente, o previsto e o executado.

Tabela 14 – Equipamentos de cultura e recreio no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Existente	Proposta PDM'96	Execução
1 arquivo municipal (SMA) 1 biblioteca municipal (SMA) 1 cine-teatro (SMA) 21 associações culturais/recreativas/desportivas	1 biblioteca em Pêro Negro (extensão da biblioteca municipal do SMA, para dar apoio à unidade, proposta, do ensino básico do 2º e 3º ciclo)	Não foi concretizada a biblioteca em Pêro Negro, nem tão pouco a EB23. Foram efectuadas outras intervenções: <ul style="list-style-type: none">- Requalificação do Cine-Teatro em SMA- Novas bibliotecas em SMA e Sapataria- Recuperação de Património Histórico Militar associado às Invasões e a edificação do Centro de Interpretação das Linhas de Torres

Fonte: CMSMA

Da observação da tabela verifica-se que a generalidade das intervenções nos equipamentos culturais (novas ou requalificações) concretizadas durante o período em análise, não estavam previstas no PDM'96. São exemplo a requalificação do Cine-Teatro e as novas bibliotecas em Sobral de Monte Agraço e na Sapataria.

Pelo efeito estruturante na dinamização da atividade cultural e turística, merece particular destaque a recuperação e dinamização do Património Histórico Militar associado às Invasões Francesas no âmbito do projeto de cooperação intermunicipal “Rota Histórica das Linhas de Torres”, que passou por um conjunto de ações complementares e integradas em vários municípios. No concelho do Sobral foram levadas a cabo as seguintes realizações: recuperação do Forte do Alqueidão e dos complementares (Forte do Simplício e dos Machados); criação de um núcleo de apoio aos visitantes; recuperação do Moinho do Forte Novo; e, definição de circuitos pedonais.

De forma complementar, mas com um extraordinário potencial estruturante, destaca-se ainda a instalação do Centro de Interpretação das Linhas de Torres, num edifício quatrocentista em pleno centro histórico da vila do Sobral, assumindo-se como o polo aglutinador do traçado das linhas de Torres.

3.3.2.5 Desporto e espaços verdes

O PDM'96 caracteriza os equipamentos desportivos destinados a servir os residentes como deficitários. Embora seja mencionado que a fraca dinâmica demográfica prevista limita a diversificação deste tipo de equipamentos, bem como o número de unidades a criar, foi proposto apetrechar a sede de concelho com uma pista de atletismo e uma piscina coberta.

A tabela seguinte confronta o existente, o previsto e o executado em matéria de equipamentos desportivos.

Tabela 15 – Equipamentos desportivos no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Existente	Proposta PDM'96	Execução
5 campos de jogos 1 pavilhão desportivo	1 pista de atletismo (SMA) 1 piscina coberta (SMA)	Piscina coberta em SMA <u>Não</u> existe pista de atletismo em SMA Foi requalificado o Parque Municipal de Jogos do Sobral (renovação dos balneários, novo piso sintético, recuperação do espaço envolvente)

Fonte: CMSMA

A piscina municipal, existente desde 2002, num complexo composto por piscina com 25 metros, tanque de aprendizagem com 5 metros e bancada com capacidade para 125 pessoas, permite, em articulação com a estrutura escolar, disponibilizar aulas de natação gratuitas a todos os alunos do 1º ciclo. A requalificado do Parque Municipal de Jogos permitiu também a criação de melhores condições para a prática desportiva.

Já em termos de espaços verdes o PDM'96 apontava o concelho como relativamente bem servido, já que apetrechado com um Parque Urbano e com todos os aglomerados de nível I,II e III a possuírem espaços relativos à estrutura verde secundária. Para complementar este grupo de equipamentos apenas foi previsto uma unidade de desporto livre, a qual não foi concretizada, tendo em sua substituição surgido um novo Parque Urbano.

A tabela seguinte expressa o previsto e o executado em matéria de espaços verdes.

Tabela 16 – Espaços verdes no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Existente	Proposta PDM'96	Execução
1 Parque Urbano em SMA Todos os aglomerados de nível I,II e III possuem espaços relativos à estrutura verde secundária (concelho bem servido de espaços verdes)	Construção de uma unidade de desporto livre para completar os espaços verdes existentes	Mais um parque urbano em SMA <u>Não existe</u> unidade de desporto livre

Fonte: CMSMA

3.3.2.6 Outros equipamentos

Para além dos equipamentos atrás expostos, os quais, na generalidade, contêm critérios de programação objetivos, existe um outro conjunto de equipamentos também referenciados no PDM'96. A tabela seguinte expressa o existente, o previsto e o executado para cada um.

Tabela 17 – Outras funções e equipamentos no Concelho de Sobral de Monte Agraço.

Tipologia	Existente	Proposta PDM'96	Execução
Correio e Telecomunicações	<p>1 agência da Rodoviária Nacional</p> <p>Serviço de Taxis disperso no concelho. SMA, Pero Negro e Sapataria são servidas por táxi</p> <p>1 estação de correios em SMA</p>	<p>1 unidade de correios para Pêro Negro a curto prazo</p> <p>1 posto de telefónico publico em todos os lugares dos 3 níveis hierárquicos</p>	<p>Nova Estação Central de Camionagem (Autocarros Boa Viagem) em SMA</p> <p>Posto CTT em Sapataria (Junta de Freguesia)</p> <p><u>Não</u> existe posto CTT em Pêro Negro</p> <p><u>Não</u> existe posto telefónico público em Pêro Negro</p>
Prevenção e Segurança Publica	<p>1 Instalação da GNR em SMA</p> <p>1 instalação bombeiros em SMA</p>	<p>Não consideraram estes equipamentos em termos de programação</p>	<p>Novo quartel da GNR em SMA (inaugurado em 2012)</p> <p>Novo quartel BV em SMA</p>

Fonte: CMSMA

Avaliação

Da programação de equipamentos elaborada no PDM'96, uma quantidade significativa foi concretizada, embora nalguns casos tal não tenha acontecido, muito por força de alterações de medidas de política que originaram alterações nas formas de programação como é o caso dos equipamentos escolares.

Ao longo da vigência do Plano o município não se circunscreveu aos espaços planeados, verificando-se uma boa capacidade de investimento e dinamização de um conjunto de novos equipamentos que causaram impacto positivo junto da população, constituindo uma mais valia para a população do concelho de Sobral de Monte Agraço.

3.3.3 Rede Viária e de Transportes

O concelho de Sobral de Monte Agraço é servido por rodovia e ferrovia, merecendo cada uma destas redes uma análise específica.

3.3.3.1 Rede rodoviária

Estradas Nacionais

A rede de Estradas Nacionais do concelho de Sobral de Monte Agraço é retratada, no PDM'96, segundo as seguintes características gerais:

- Existem cerca de 31,3 km de Estradas Nacionais (12,5km de 1ª classe; 11,5 km de 2ª classe e as restantes são de 3ª classe).
- As estradas existentes são asfaltadas e asseguram a ligação a todos os concelhos limítrofes, no entanto o documento é omissivo quanto ao estado de conservação e características.

- A cobertura do território assegurada pelas estradas nacionais é de 0,60 km/km², valor muito superior ao do distrito de Lisboa (0,30 km/km²).

A tabela seguinte inventaria a Rede Viária Nacional à data dos estudos do PDM'96, com a respetiva reclassificação, ou seja com a designação que estas vias apresentam atualmente.

Tabela 18 – Estradas Nacionais no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Designação/classificação		Povoações servidas	Freguesias atravessadas	Pontos extremos	Extensão (km)
À data	Atual				
EN 115	N – 115	S.M.Agraço, Seramena Chãos	S. Quintino S.M. Agraço	Lim. Conc. A. dos Vinhos – Lim. Conc. Alenquer	8,5
EN 115-3	N - 115-3		S. Quintino	Lim. Conc. Alenquer – EN 115	2,5
EN 248	N- 248	A. Pedrogão; S.M.Agraço; Pinheiro; Adega Pontes de Monfalim	S.M. Agraço S. Quintino	Lim. Conc. Torres Vedras – Lim. Conc. A. dos Vinhos	6,5
EN 248-1	N- 248-1	S.M.Agraço Barqueira	S.M. Agraço	Lim. Conc. Torres Vedras – EN 248	2,0
EN 248-2	N-248-1-2	Sabugos	S. Quintino	Lim. Conc. A. dos Vinhos – EN 533	1,5
EN 9-2	N 9-2	Pêro Negro	Sapataria S.M. Agraço	Lim. Conc. Mafra – EN 374	1,5
EN 374	R 374	Sapataria; Pêro Negro; C. Novo C. do Cochim; Perna de Pau; Nogueiras; Malgas	Sapataria S.M. Agraço	Lim. Conc. Mafra – Lim. Conc. Torres Vedras	7,0

Fonte: PDMSMA e CMSA

O PDM'96 faz referência ao “novo Plano Rodoviário Nacional de 1985”, posteriormente atualizado através do PRN 2000, que define a **Rede Rodoviária Nacional** como sendo constituída pela **Rede Fundamental** composta por Itinerários Principais (IP) e pela **Rede Complementar**. Embora não estando previsto nenhum IP, previam-se dois IC:

- O **atravessamento, a Norte, do IC 11**, com nó de ligação a Sobral de Monte Agraço
- A **proximidade do IC 1** que sendo exterior ao concelho lhe é adjacente a Poente, com nó de ligação a Pêro Negro

A figura que se segue evidência a estrutura principal da rede viária municipal, identificando ainda a localização dos Itinerários Complementares, sendo que o IC1 foi concretizado, designando-se A8, mas o IC 11 não, desconhecendo-se previsão para a sua implementação.

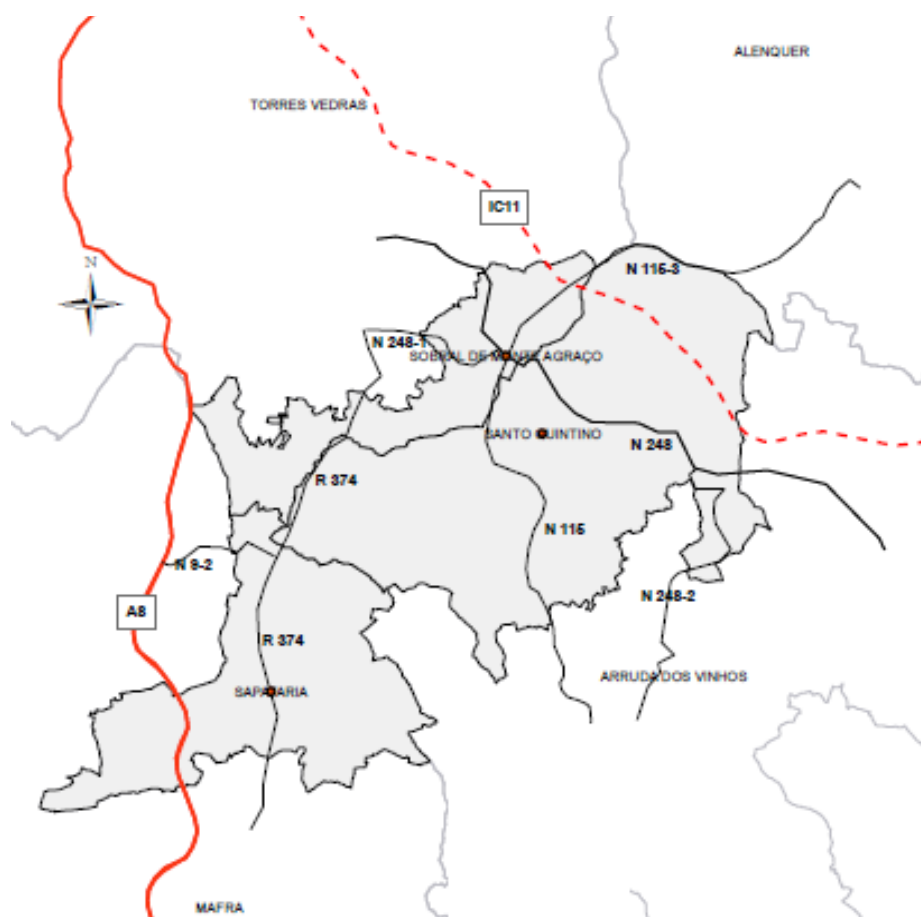


Figura 10 – Rede Viária Principal (existente e proposta)

Fonte: PRN2000; produção própria

Estradas Municipais

A rede de estradas e caminhos municipais, ao assegurar uma permeabilidade mais fina do território, detém uma importante função de complementaridade da rede nacional viabilizando a mobilidade no concelho do Sobral, de residentes, trabalhadores, ou simplesmente de visitantes.

Os elementos disponíveis não permitiram, aos estudos do PDM'96, fazer uma análise detalhada sobre a rede viária municipal, dado que se desconhecia o estado de conservação e as características principais, este problema mantém-se, pelo que continua atual a proposta desenvolvida nos estudos do PDM para *efetivação de um banco de dados atualizado das infraestruturas viárias, de forma a facilitar e agilizar a gestão e o planeamento do concelho.*

A rede municipal inventariada, não é muito diferente da que existe atualmente. Na tabela seguinte expõe-se a rede de estradas municipais, sendo a única alteração a integração da EM 534-1.

Tabela 19 – Estradas Municipais no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Designação	Traçado/Povoações servidas	Freguesias atravessadas	Extensão (km)
EM 530	R 374 – Moitelas – EM 531 Moitelas Pêro Negro	Sapataria	2,0
EM 531	EN 115 – Alcareia- A-do-Baço – Cachimbos – Cabêda – R 374 Moita	Sapataria S. Quintino	2,0
EM 532	Cachimbos – Cabêda – R 374 Patameira; Gosundeira; A dos Moinhos Ponte; Cabeda; Cachimbos	S.M. Agraço S. Quintino	16,0
EM 533	Pontes de Monfalim – Batalha – EN 115 Batalha; Pedralgo; Carneira; Pontes de Monfalim	S. Quintino	4,5
EM 533-1	EN 248 (Adega) – EM 533 (Monfalim) Monfalim; Adega	S. Quintino	1,5
EM 534	EN 248 (Pinheiro) – Chã – EN 115-3 (Calçada) – CM 1234 (Martim Afonso) Pinheiro; Abadia; Fetais; Calçada	S. Quintino	2,5
EM 534-1	EN 115 (Chãos) – EM 534 (Chã)	S. Quintino	2,0
EM 535	EN 115 – Via Galega Via Galega; Água de Pedrogão	S.M. Agraço	1,0
EM 536	R 374 – Guia – Serreira Godeis; Molhados; Guia; Serreira	Sapataria	4,5
EM 614	Seramena – Outeiro Seramena; Almargem	S. Quintino	1,0

Fonte: PDM e CMSMA

A rede de caminhos municipais também se manteve estável, desde a data de elaboração do PDM. Os caminhos que existem atualmente são os que se expõem na tabela que se segue.

Tabela 20 – Caminhos Municipais no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Designação	Traçado	Freguesias atravessadas
CM 1093	R 374 – Patameira de Cima	S.M. Agraço
CM 1112	EN 115-3 (Calçada) – Zibreira de Fetais – limite do concelho	S. Quintino
CM 1176	Pêro Negro - Bispeira	S.M. Agraço
CM 1209	R 374 – Zibreira da Fé	S. Quintino
CM 1210	EN 248-1 – Barqueira - Cachimbos	S.M. Agraço
CM 1211	EN 115 (Seramena) – Vermões – Casais de Santo Quintino	S. Quintino
CM 1211-1	CM 1211 – Pedreira	S. Quintino
CM 1212	EM 530 – Valdevez	S. Quintino
CM 1213	EN 115 – Casal Barqueiro - Alqueidão	S. Quintino
CM 1216	EM 531 (Casal Rabo do Gato) – Silveira – Bouco - Fetelaria	Sapataria
CM 1234	EN 248 – Martim Afonso	S. Quintino
CM 1358	R 374 – Godéis	Sapataria
CM 1361	EM 533 - Pedralvo	S. Quintino

Fonte: CMSMA

O concelho apresentava uma densidade viária municipal de 1,31 km/km², muito superior à densidade viária da rede nacional, já de si muito elevada.

Analisando a cobertura da rede viária, verificava-se uma boa acessibilidade inter-freguesias, havendo unicamente uma ligeira penalização de Santo Quintino. No entanto, esta análise não entra em linha de conta com as condições de conservação e as características geométricas das vias, aspetos que também condicionam a acessibilidade.

O PDM'96 apresentava as seguintes intenções de intervenção:

- Concretização dos IC's previstos no PRN (IC1 e IC11), mais os respetivos nós de acesso.
- Construir uma variante à EN 115 nas proximidades de Sobral de Monte Agraço, o que libertaria o tráfego de passagem, criando condições próprias à expansão urbana.

Entre estas, apenas o IC1 foi concretizado, bem como a respetiva variante a Pêro Negro. O IC 11 que deveria ligar Peniche à Marateca, pela nova ponte do Carregado, atravessando o concelho a Norte, tem sofrido atrasos sucessivos, tendo mesmo visto o EIA chumbado entre Peniche e Torres Vedras, por afetar «extensas áreas agrícolas» em solos valiosos onde se concentram várias explorações hortícolas». De momento, não existe qualquer previsão para a sua concretização. A variante à EN 115 também não foi realizada.

Ao longo dos últimos anos a rede municipal foi alvo de diversas intervenções que embora não se encontrassem propostas no PDM vieram melhorar as acessibilidades municipais. Existem ainda algumas vias não classificadas, mas que têm uma importância fundamental na deslocação das populações, salientando-se as seguintes:

- Santo Quintino - Monfalim
- Casais de Santo Quintino – Valdevez
- Casais de Santo Quintino – Zibreira da Fé

Avaliação

A nível das grandes propostas de acessibilidades constantes do PDM'96, foi concretizado o IC1 (atual A8) com respetivo nó de acesso em Pêro Negro, não tendo sido levado a cabo o IC11 por opções estratégicas nacionais que ultrapassam o município, bem como a variante à EN 115.

A ausência de um banco de dados atualizado das infraestruturas viárias, dificulta a gestão e planeamento das vias e, bem assim, a aferição da sua evolução. Embora não seja possível analisar com um nível de detalhe pormenorizado, a deslocação pelas estradas do concelho evidencia que, não obstante as permanentes obras de conservação e manutenção das vias, estas, nalguns locais (sobretudo a Nordeste) apresentam alguma degradação, sobretudo na ligação entre os pequenos aglomerados. Esta manutenção é dificultada pela elevada densidade viária e condições orográficas do concelho.

Por sua vez, os transportes coletivos municipais, atualmente, não se afiguram como uma alternativa credível ao uso da viatura privada em função dos horários espaçados e de não abrangerem todas as localidades.

3.3.3.2 Rede ferroviária

O concelho do Sobral de Monte Agraço é atravessado pela linha do Oeste, numa extensão de 10 kms, sendo servida pela estação de Pêro Negro e por três apeadeiros em: Sapataria, Zibreira/Gosundeira e Jeromelo/Casais de São Martinho.

O PDM'96 faz referência ao Plano de Modernização e Recuperação dos Caminhos de Ferro de 1988/94, o qual prevê diversas ações para a Linha do Oeste, embora sem horizonte temporal definido:

- 1- Duplicação e eletrificação até Torres Vedras
- 2- Remodelação e melhoramento das estações;
- 3- Reclassificação, supressão e automação das passagens de nível

Todas estas ações estão a cargo da CP/REFER, não tendo o plano sido implementado, por opções estratégicas que ultrapassam o município. Apenas foi efetuada a automação das passagens de nível. Desta forma, apesar da proximidade do caminho de ferro, este não se constitui como uma alternativa válida na maioria das deslocações, da população, para locais mais distantes, nomeadamente para Lisboa.

3.4 Requalificação Urbana

Como pôde ser constatado ao longo deste relatório, verifica-se que a intervenção do município não se circunscreveu às propostas observadas no PDM'96, havendo preocupação de qualificar o concelho e de garantir uma maior qualidade de vida da população, aproveitando também oportunidades de financiamento por parte dos fundos estruturais.

Nesta perspetiva deve ser realçada a aposta na requalificação e regeneração urbana e económica dos aglomerados urbanos, em especial na sede de concelho— a vila do Sobral. De forma a ir ao encontro deste desígnio a autarquia levou a cabo um conjunto de intervenções de qualificação do espaço urbano, com consequente melhoria das condições de vida dos seus habitantes e das condições para estar e visitar o Sobral.

Neste âmbito, salientam-se as seguintes ações:

- Recuperação do edifício da Biblioteca Municipal
- Recuperação do Cineteatro Municipal
- Recuperação da praça Dr. Eugénio Dias (praça da Câmara) e de toda a envolvente destes espaços (infraestruturas e espaços de uso público)
- Requalificação do Mercado Municipal
- Requalificação da Praceta das Banderreiras
- Requalificação da Praceta 25 de Abril e da Av. Marquês de Pombal
- Melhoria das acessibilidades dos espaços públicos

De salientar que no âmbito da intervenção na praça Dr. Eugénio Dias houve o envolvimento da população residente no local, de forma a motivar para a melhoria da manutenção do edificado, o que veio a acontecer.

4 PRINCIPAIS FATORES DE MUDANÇA NA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO

A avaliação dos fatores de mudança será centrada na evolução dos principais indicadores de caracterização do concelho. Para o efeito recorreu-se a informação de diversas fontes, designadamente às estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística, bem como à existente no município e em bibliografia diversa.

O sucesso dos indicadores depende da qualidade e facilidade de obtenção dos dados de base (qualitativos e quantitativos), devendo, preferencialmente, estarem disponíveis tanto para o ano de referência (publicação do PDM), como para o presente. No entanto, esta coincidência é na generalidade muito difícil de obter, nomeadamente no que respeita à informação do Recenseamento Geral da População, efetuado em períodos decenais no início de cada década, pelo que se teve de recorrer a períodos aproximados, ou seja entre 1991 e 2011. Nos casos em que não é possível obter dados comparáveis para 1991, teve de se utilizar os de 2001.

4.1 Indicadores Demográficos e Recursos Humanos

4.1.1 Evolução da População Residente

A dinâmica demográfica será analisada de acordo com a dimensão, a distribuição e a estrutura da população, de forma a compreender as tendências de desenvolvimento do concelho do Sobral de Monte Agraço e contribuir para delinear os novos objetivos e linhas estratégicas a desenvolver no âmbito do processo de revisão do PDM. A análise concelhia será, sempre que se justifique, relacionada com o contexto regional (Oeste) e Nacional (Continente), de forma a melhor compreender as dinâmicas territoriais vigentes.

Tabela 21 – Variação da População Residente nos concelhos do Oeste, entre 1991 e 2011.

Unidade Territorial	Nº			Variação (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Continente	9375926	9869343	10047083	5,3%	1,8%	7,2%
Oeste	314.390	338.711	362.523	7,7%	7,0%	15,3%
Alcobaça	53.073	55.376	56.676	4,3%	2,3%	6,8%
Bombarral	12.727	13.324	13.193	4,7%	-1,0%	3,7%
Caldas da Rainha	43.205	48.846	51.729	13,1%	5,9%	19,7%
Nazaré	15.313	15.060	15.158	-1,7%	0,7%	-1,0%
Óbidos	11.188	10.875	11.772	-2,8%	8,2%	5,2%
Peniche	25.880	27.315	27.753	5,5%	1,6%	7,2%
Alenquer	34.098	39.180	43.267	14,9%	10,4%	26,9%
Arruda dos Vinhos	9.364	10.350	13.391	10,5%	29,4%	43,0%
Cadaval	13.516	13.943	14.228	3,2%	2,0%	5,3%
Lourinhã	21.596	23.265	25.735	7,7%	10,6%	19,2%
Sobral de Monte Agraço	7.245	8.927	10.156	23,2%	13,8%	40,2%
Torres Vedras	67.185	72.250	79.465	7,5%	10,0%	18,3%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

De acordo com os resultados do recente Recenseamento Geral da População, do ano de 2011, o **Concelho de Sobral de Monte Agraço conta com 10.156 habitantes**, tendo registado, na

última década um **crescimento populacional de 13,8%**, apenas superado, no Oeste, por Arruda dos Vinhos.

Apesar de Sobral de Monte Agraço apenas representar 2,8% da população e 2,3% da área do Oeste foi o **segundo concelho que mais cresceu nas últimas duas décadas**, com um impressionante **acréscimo de 40,2% de residentes**. Este aumento populacional, que foi mais significativo na década de 90, deveu-se essencialmente às oportunidades criadas com a construção da A8, que potenciou a fixação de nova população à procura de melhores padrões de vida com qualidade residencial e ambiental, juntando assim a proximidade ao emprego, muitas vezes na Área Metropolitana, com um ambiente de ruralidade, e ainda a apreciável oferta de equipamentos e serviços por parte do município.

Esta **dinâmica contrariou a projeção efetuada aquando dos estudos do PDM'96**, no qual era expectável um ligeiro acréscimo da população invertendo a tendência de perda verificada na década de noventa. Nessa medida foi estimado para 2002 uma população próxima dos 7.300 indivíduos, enquanto os Censos de 2001 registaram 8.927, ou seja **verificou-se um acréscimo de 23% relativamente ao previsto**. Por sua vez, **previa-se que Santo Quintino continuasse a perder efetivos populacionais, o que não aconteceu, embora seja a freguesia com crescimento menos acentuado**.

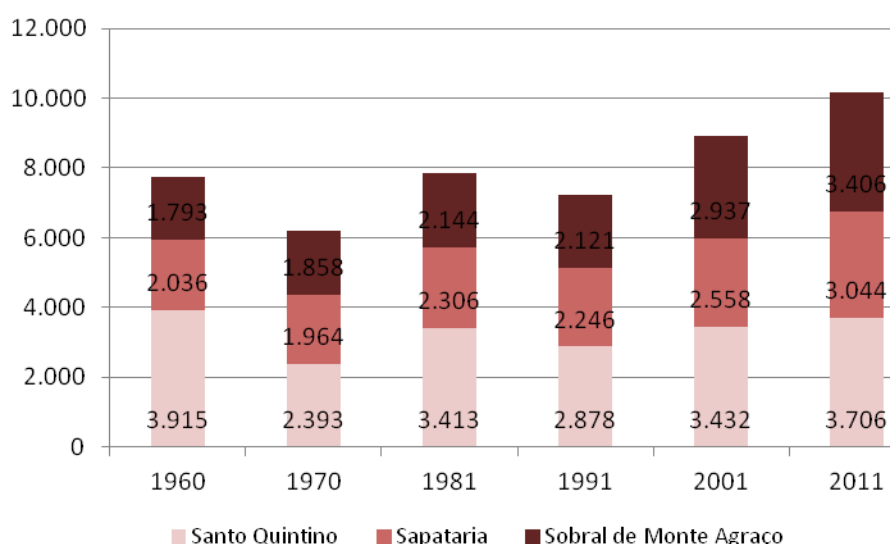


Figura 11 – Evolução da população no concelho e nas freguesias de Sobral de Monte Agraço.

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Não obstante o crescimento generalizado em todas as freguesias, a dinâmica populacional não se fez de forma uniforme pelas três freguesias do concelho.

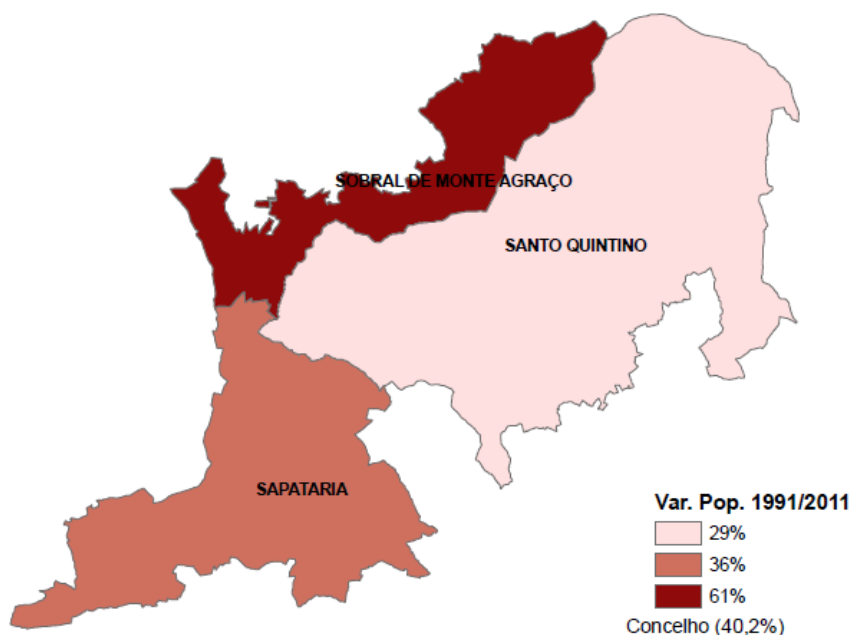


Figura 12 – Variação da População nas freguesias de Sobral de Monte Agraço.

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Santo Quintino, com 3.706 habitantes em 2011, é aquela que menos cresceu nos últimos vinte anos, mas **ainda assim teve um acréscimo de 29%**. Esta freguesia é a que ocupa uma maior área e detém mais população, embora venha a perder significado, já que o seu peso populacional está a decrescer. Em 1960 detinha 50,6% da população do concelho, enquanto em 2011 esse valor desceu para 36,5%.

Já a freguesia de **Sobral de Monte Agraço**, que integra a sede de concelho, com um crescimento de 61%, nos últimos vinte anos, **foi aquela onde se registaram acréscimos mais acentuados**. Por sua vez, **Sapataria aumentou a população em 36%**, com a particularidade de este ter sido **mais acentuado na última década**, o que estará associado à localização numa área marcada pela forte acessibilidade à A8.

Assim, as dinâmicas populacionais ocorridas nas duas últimas décadas, vieram alterar por completo a situação plasmada nos estudos do PDM'96, no qual o concelho de Sobral de Monte Agraço estava referenciado como “pouco atrativo relativamente às áreas exteriores do distrito de Lisboa”.

4.1.2 Densidade Populacional e povoamento

Fruto do crescimento demográfico, a **densidade populacional** do concelho, medida pelo número de habitantes por km², **tem vindo a incrementar, subindo de 138,5 hab/km² em 1991 para 195 hab/km² em 2011**, embora exista alguma disparidade na ocupação do território entre as freguesias que o compõem.

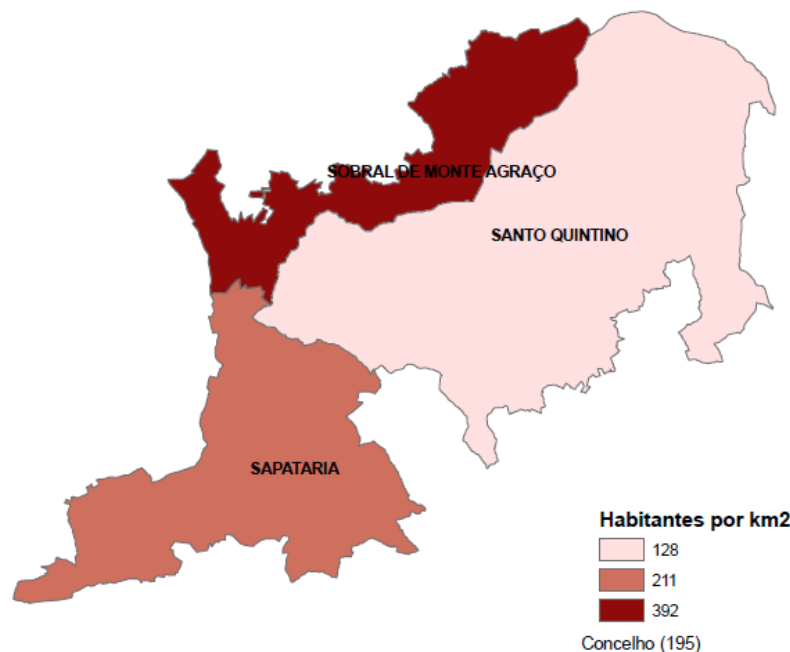


Figura 13 – Densidade Populacional nas freguesias de Sobral de Monte Agraço.

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A **freguesia de Santo Quintino**, marcada por uma maior ruralidade, presença de pequenos núcleos e povoamento disperso, ocupa mais de metade da superfície do concelho, detendo uma **menor densidade de ocupação**. Por sua vez a freguesia do **Sobral de Monte Agraço**, mais urbana, que integra a sede de concelho (principal aglomerado urbano), é aquela que apresenta uma **maior densificação**. **Sapataria**, com dois núcleos significativos – Sapataria e Pêro Negro – surge com **valores intermédios e próximos da média do concelho**.

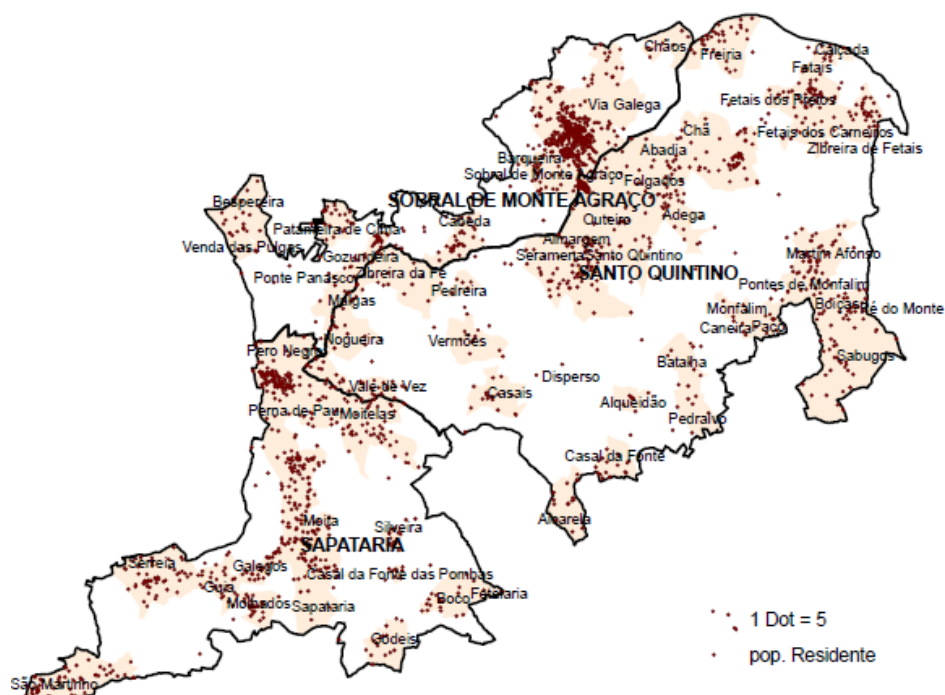


Figura 14 – Distribuição da População, segundo a dimensão dos Lugares (2011), por freguesia

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A distribuição da população por lugares confirma a existência de um povoamento disperso, no qual sobressaem os três núcleos atrás referenciados – Sobral de Monte Agraço, Pêro Negro e Sapataria.

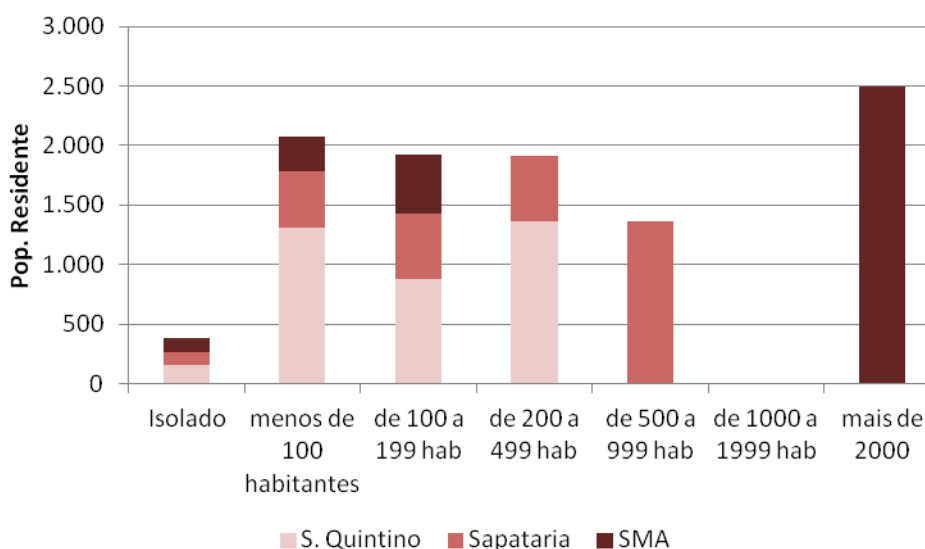


Figura 15 – População Residente por Lugares.

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

Como fica evidente na leitura da figura anterior, o peso dos lugares com menos de 100 habitantes assume especial relevância na freguesia de Santo Quintino.

Tabela 22 – Evolução da população residente, segundo a dimensão dos lugares (1991-2011).

	Pop. Res 1991		Pop. Res 2011	
	Nº	%	Nº	%
Isolado	236	3,3%	383	3,8%
Menos de 100 habitantes	1722	23,9%	2077	20,5%
De 100 a 199 habitantes	1987	27,6%	1925	19,0%
De 200 a 499 habitantes	1213	16,9%	1912	18,8%
De 500 a 999 habitantes	504	7,0%	1366	13,5%
De 1000 a 1999 habitantes	1535	21,3%	0	0,0%
Mais de 2000	0	0,0%	2493	24,5%
Total	7197	100,0%	10156	100,0%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

Da análise evolutiva da população residente segundo a dimensão dos aglomerados, entre 1991 e 2011, retiram-se as seguintes conclusões:

- A **população isolada aumentou o seu peso absoluto e relativo**, contrariando a tendência de decréscimo verificada até 1991. Esta situação estará relacionada com um aumento da procura desta tipologia por parte de alguns novos residentes, que procuram edificar em áreas isoladas e em estreito contacto com a natureza e o ambiente de ruralidade, incrementando assim o disperso.

- **Incremento do peso da população a residir em lugares entre 500 e 900 habitantes**, o que se deve ao crescimento dos aglomerados de **Sapataria** (757 habitantes em 2011) e **Pêro Negro** (609 habitantes em 2011).
- **Aumento exponencial do núcleo urbano**, sede de freguesia de **Sobral de Monte Agraço**, que passou de 1535 residentes em 1991 para 2493 em 2011, o que constitui um crescimento de 62,4%.
- **Aumento do peso absoluto e relativo da população a residir em núcleos entre 200 e 499 habitantes**, sendo estes particularmente expressivos em Santo Quintino, designadamente: Chãs com 276 habitantes; Fetais com 270, Almargem com 216 e Seramena com 202. Existem ainda 394 residentes no núcleo urbano do Sobral pertencente a esta freguesia. Na Sapataria existem dois núcleos com estas características: São Martinho com 273 habitantes e Serreia com 281.
- **Decréscimo do peso relativo e absoluto dos núcleos entre 100 e 199 habitantes** o que estará diretamente relacionado com o incremento de alguns destes aglomerados, que passaram para o grupo imediatamente a seguir, ou seja de 200 a 400 habitantes.
- Os **pequenos lugares com menos de 100 habitantes** aumentaram o seu peso absoluto, embora tenham perdido um pouco de significado relativo.

4.1.3 Estrutura Etária da População

A composição por níveis etários da população irá dar indicações úteis sobre o futuro do concelho apresentando-se, simultaneamente, como causa e consequência do padrão de evolução populacional.

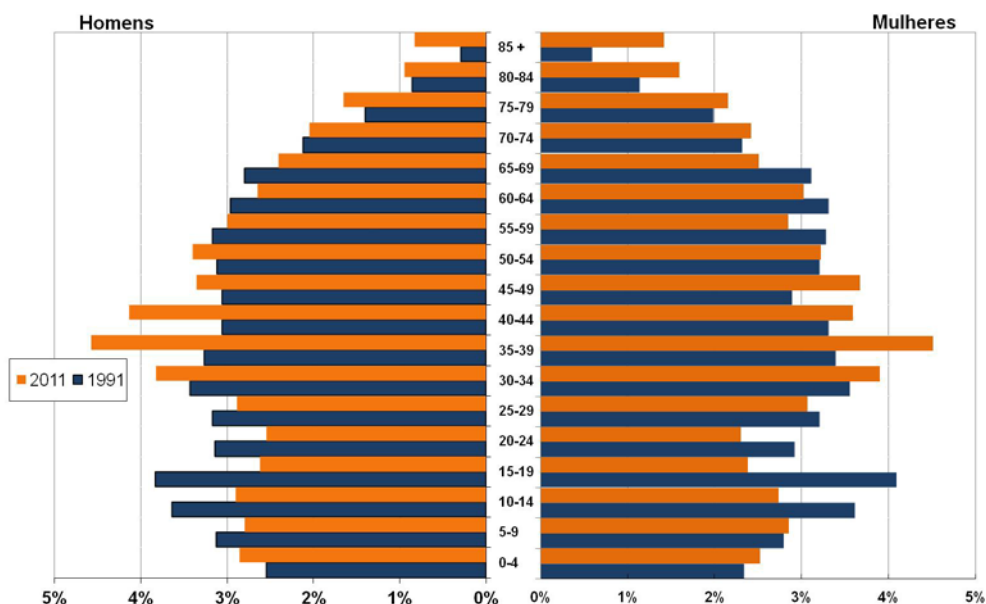


Figura 16 – Pirâmide Etária do Concelho de Sobral de Monte Agraço (efectivos relativos).

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

A **pirâmide etária** representa a distribuição da população por sexos e idades. A análise da evolução de 1991 para 2011 expressa o resultado das dinâmicas demográficas das últimas décadas, sendo possível obter as seguintes **conclusões**:

- **Alargamento da faixa etária dos adultos maduros**, essencialmente entre os 30 e os 54 anos, o que resulta do movimento de **fixação de nova população** localizada neste grupo de idades.
- **Alargamento da base da pirâmide**, por incremento do número relativo de crianças **entre os 0 e os 4 anos**, o que se relaciona com a chegada de população jovem que teve como consequência o incremento de população em idade fértil.
- **Diminuição da proporção de** crianças e jovens (sobretudo entre os 10 e os 25 anos) o que a prazo poderá ditar um estreitamento da parte central da pirâmide.
- **Alargamento do topo da pirâmide**, por incremento da população mais idosa, o que se deve ao aumento da esperança média de vida.

Da análise da distribuição da população por grandes grupos etários conclui-se que o concelho apresenta, em 2011, uma **maior proporção de crianças e jovens e de população ativa do que o Oeste**. Por conseguinte regista uma menor quantidade relativa de idosos.

Tabela 23 – População segundo os grandes grupos etários em 2011.

Unidade Territorial	Crianças-Jovens 0 - 14 anos		População Activa 15 - 64 anos		População idosa 65 e mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º
Continente	1.484.120	14,8%	6.625.713	65,9%	1.937.788	19,3%
Oeste	54.957	15,2%	234.715	64,7%	72.868	20,1%
Concelho	1.690	16,6%	6.643	65,4%	1.823	17,9%
Santo Quintino	623	16,8%	2.429	65,5%	654	17,6%
Sapataria	539	17,7%	1.990	65,4%	515	16,9%
Sobral de Monte Agraço	528	15,5%	2.224	65,3%	654	19,2%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

Existem, no entanto, algumas diferenças no interior do território, sobretudo a nível dos grupos etários extremos, ou seja crianças e jovens até aos 14 anos e população idosa (com idades superiores a 65 anos):

- **A freguesia da Sapataria**, com um elevado crescimento na última década, é aquela que regista uma maior quantidade de crianças e jovens, o que significa que muita desta população recente serão casais com filhos pequenos e/ou que entretanto nasceram. Por contraponto, é aquela que tem menos idosos. Uma análise mais fina da população adulta permite concluir que é a freguesia que tem uma maior proporção de população entre os 25 e os 64 anos.⁴

⁴ Em Sapataria 56,6% da população tem idade entre os 25 e os 64 anos, enquanto em Santo Quintino esse valor é de 55,2% e na freguesia do Sobral é de 55%.

Tabela 24 – População residente por local de residência em 2005, à data dos censos de 2011.

	Conc. Sobral de Monte Agraço	Santo Quintino	Sapataria	Sobral de Monte Agraço
Total	10156	3706	3044	3406
Ainda não tinha nascido	5,5%	5,2%	6,5%	5,0%
Sem alteração de residência	68,2%	71,4%	67,5%	65,4%
Com alteração de residência	26,2%	23,4%	25,9%	29,6%
Dentro da mesma freguesia	30,1%	26,4%	20,9%	40,6%
Proveniente de outra freguesia do mesmo município	13,4%	13,4%	8,6%	17,2%
Proveniente de outro município	50,7%	55,1%	62,2%	38,0%
Proveniente do estrangeiro	5,7%	5,2%	8,2%	4,3%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

- **A freguesia de Sobral de Monte Agraço** é a que apresenta uma proporção mais elevada nas classes de população idosa e menos jovens. É aqui que se localizam as áreas com franjas de população mais idosa, sobretudo no centro histórico.

Por outro lado é importante referir que uma quantidade significativa de novos residentes desta freguesia já residiam no concelho. Tal como se pode ver pela tabela anterior, da população com alteração de residência 17,2% já residiam noutra freguesia do município, enquanto 40,6% fizeram-no dentro da mesma freguesia. Estes movimentos de mobilidade interna serão de população numa idade mais madura que procura melhores condições para habitar, bem como maior proximidade a equipamentos e a funções centrais. Por contraponto os novos residentes de Sapataria provêm sobretudo de outros municípios.

- **A freguesia do Santo Quintino** encontra-se numa situação intermédia, sendo aquela que tem uma estrutura etária mais próxima da média do concelho, o que se relaciona com as características do seu território, misturando área urbana com componente rural onde se encontram alguns novos núcleos de crescimento.

4.1.4 Indicadores Demográficos

A evolução da população é refletida nos indicadores demográficos que se apresentam nas duas tabelas seguintes.

Tabela 25 – Índices demográficos, por unidade geográfica, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Índice juventude			Índice de envelhecimento			Índice de tendência		
	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.
Continente	95,7	76,6	-20,0%	104,5	130,6%	25,0%	100,7	92,1	-8,6%
Oeste	86,9	75,4	-13,2%	115	132,6%	15,3%	101,7	89,4	-12,2%
Sobral de Monte Agraço	85,8	92,7	8,0%	116,5	107,9%	-7,4%	105,1	102,1	-2,8%
Santo Quintino	94,1	95,3	1,3%	106,2	105,0%	-1,1%	117,8	89,9	-23,7%
Sapataria	77,1	104,7	35,8%	129,7	95,5%	-26,4%	80,9	133,8	65,4%
Sobral de Monte Agraço	84,1	80,7	-4,0%	118,9	123,9%	4,2%	112,3	89,4	-20,4%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

No **índice de juventude** constata-se que o concelho de Sobral de Monte Agraço, com uma variação positiva na ordem dos 8%, contraria a tendência negativa da região e do continente.

Em 2011 continua a registar um valor mais alto do que a média da região e do país: em cada 100 idosos existem cerca de 92 jovens, enquanto na região essa proporção é de 100 para 75.

Ao nível da freguesia, é Sapataria que apresenta o valor mais positivo, ou seja, por cada 100 idosos existem cerca de 105 jovens. Por oposição, a freguesia do Sobral é a que apresenta índice de juventude menos expressivo, mas ainda assim superior à média da região.

O **índice de envelhecimento** calcula o inverso do índice de juventude. Comparando o índice do concelho com o do Oeste, verifica-se que Sobral de Monte Agraço regista um menor índice, o que denota uma maior vitalidade da estrutura demográfica, o que mantém o concelho a um nível positivo do que a região e o continente.

Na última década, Sobral de Monte Agraço rejuvenesceu a sua estrutura demográfica, contrariando a tendência nacional e regional. Em 2001, o concelho apresentava 116 idosos em cada 100 jovens, passando para o registo de 108 idosos em cada 100 jovens (menos 7,4%). Por sua vez, a região Oeste sofreu um agravamento deste indicador na ordem dos 15% e o continente de 25%.

Ao nível inter-freguesias, a maior proporção de população jovem está sediada em Sapataria, apresentando este indicador uma redução de (-26,4%), resultado do reforço da população jovem sobre a idosa. Por contraponto a freguesia de Sobral de Monte Agraço, foi a única em que aumentou a proporção de idosos relativamente aos jovens, mas mantendo-se ainda assim a níveis inferiores às unidades territoriais de referência (Oeste e Continente).

O **índice de tendência** indica-nos se uma determinada unidade geográfica está atravessar um período de rejuvenescimento ou de envelhecimento. Em 2011, o concelho de Sobral de Monte Agraço apresentou um registo um pouco superior a 100, o que indica que mantém os valores da natalidade mínimos para assegurar a renovação de gerações, embora tenha descido na última década. Existe no entanto, uma diferente participação das diferentes freguesias, sendo Sapataria aquela em que o rejuvenescimento da população mais se verificou.

A tabela seguinte evidencia o comportamento da relação de dependência entre a população inativa (jovem ou idosa) e a população ativa.

Tabela 26 – Índices demográficos, por unidade geográfica, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Rel. Dep. Jovens			Rel. Dep. Idosos			Rel. Dep. Total		
	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.
Continente	23,3	22	-3,9%	24,3	30	21,4%	48	52	8,8%
Oeste	23,3	24	0,9%	26,8	31	16,8%	50	55	9,2%
Sobral de Monte Agraço	23,3	26	9,4%	27,2	28	1,5%	51	53	5,0%
Santo Quintino	25,4	26	1,2%	27	27	0,4%	53	53	0,6%
Sapataria	21,3	27	27,2%	27,7	26	-6,5%	49	53	7,7%
Sobral de Monte Agraço	22,5	24	5,8%	26,8	30	10,1%	50	53	7,7%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

Começando pelo **índice de dependência dos jovens**, verifica-se que os valores em 2011 aumentaram em relação a 2001, resultado do aumento da população com idade inferior a catorze anos relativamente à população ativa (15-64 anos). Apesar desta situação se ter

verificado em todas as freguesias, a maior relevância vai para Sapataria que foi o local onde este índice mais incrementou.

Por sua vez o **índice de dependência dos idosos** apresenta, no concelho, valores próximos entre 2001 e 2011, embora com ligeira tendência de incremento. No entanto este indicador é muito mais favorável no concelho (28 idosos por cada 100 ativos) do que no Oeste (31 idosos por cada 1000 ativos) e no Continente (30 idosos por cada 100 ativos).

A situação inter-freguesia é bastante diferenciada, sendo no Sobral que o peso dos idosos mais se faz notar, havendo 30 por cada 100 ativos, enquanto na Sapataria essa proporção é de 26 para 100.

Por último, analisando o **índice de dependência total**, que mede o peso conjunto dos jovens e dos idosos na população potencialmente ativa, verifica-se que em 2001 o concelho de Sobral de Monte Agraço (53) apresentava um índice ligeiramente inferior ao da região (55), resultado do maior peso da população ativa no concelho.

4.1.5 Estrutura Familiar

A estrutura familiar também sofreu algumas alterações nos últimos anos. A este propósito cabe referir que a evolução da dimensão média da família no concelho de Sobral de Monte Agraço sofreu um decréscimo entre 1991 e 2011, há semelhança da tendência do território nacional, o que resulta essencialmente do envelhecimento da população (aumento do peso de famílias unipessoais com 65 e mais anos) e da diminuição dos níveis de fecundidade nas mulheres em idade fértil.

Tabela 27 – Dimensão média da Família, por unidade geográfica, de 1991 a 2011.

Unidade Territorial	1991	2001	2011
Continente	3,11	2,82	2,60
Oeste	2,97	2,76	2,58
Sobral de Monte Agraço	2,85	2,75	2,63
Santo Quintino	2,80	2,70	2,60
Sapataria	2,78	2,88	2,72
Sobral de Monte Agraço	3,00	2,71	2,60

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

No último ano censitário a dimensão média da família era de 2,63 indivíduos no concelho, ainda assim um registo superior ao Oeste e ao Continente. A freguesia da Sapataria, com mais casais jovens e onde o peso da população idosa é menor, é aquela onde as famílias também têm uma maior dimensão.

4.2 Indicadores Socio-Económicos

4.2.1 Níveis de qualificação

Os níveis de qualificação académica da população residente no concelho de Sobral de Monte Agraço sofreram uma melhoria significativa nos últimos anos, nomeadamente no que respeita

à redução da taxa de analfabetismo e ao incremento do número de indivíduos com níveis de qualificação mais elevados (ensino secundário e ensino médio e superior).

Tabela 28 – Taxa de analfabetismo, por unidade geográfica, de 1991 a 2011.

Unidade Territorial	1991	2001	2011
Continente	10,93	8,93	5,20
Oeste	14,44	11,06	6,09
Sobral de Monte Agraço	14,59	11,66	6,25
Santo Quintino	19,35	14,3	6,92
Sapataria	16,1	12,59	6,61
Sobral de Monte Agraço	6,39	7,85	5,22

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Como se pode observar na tabela anterior, a taxa de analfabetismo decresceu consideravelmente, embora seja ainda superior ao contexto regional e, sobretudo, ao nacional. A freguesia do Sobral de Monte Agraço, mais urbana, é aquela onde a taxa é menor.

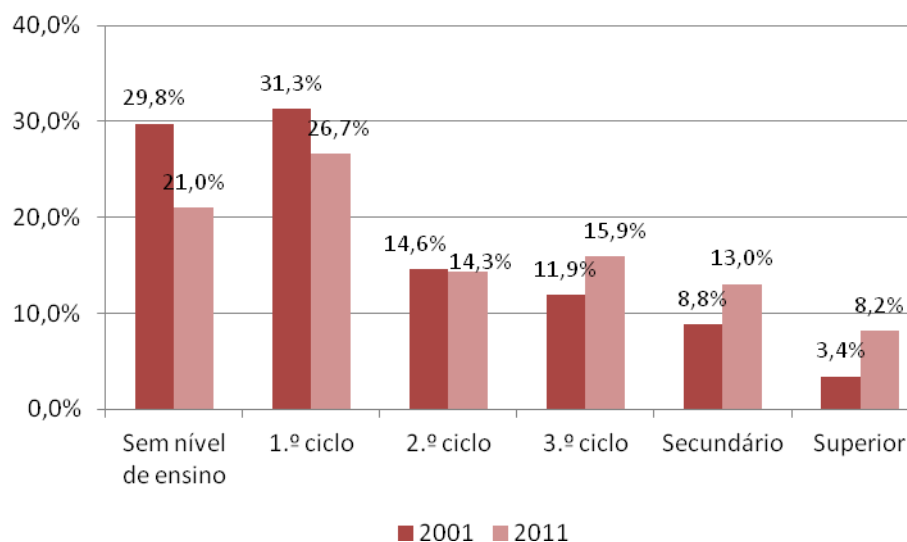


Figura 17 – Evolução da qualificação académica no concelho do Sobral de Monte Agraço, entre 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

Por sua vez, no último período inter-censitário o peso da população com ensino secundário passou de 8,8% para 13%, enquanto o superior cresceu de 3,4% para 8,2%.

Tabela 29 – População Residente segundo o nível de ensino (2011).

Unidade Territorial	Sem nível de ensino	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Continente	18,8%	25,4%	13,2%	16,3%	13,5%	0,8%	11,9%
Oeste	20,2%	27,0%	13,6%	16,7%	13,0%	0,8%	8,7%
Sobral de Monte Agraço	21,0%	26,7%	14,3%	15,9%	13,0%	0,9%	8,2%
Santo Quintino	21,6%	27,7%	14,9%	15,4%	12,2%	0,8%	7,4%
Sapataria	22,5%	27,7%	13,9%	15,9%	11,8%	1,0%	7,3%
Sobral de Monte Agraço	19,0%	24,6%	14,1%	16,5%	15,1%	0,9%	9,8%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

O concelho apresenta uma estrutura de habilitações relativamente semelhante à região, embora mais baixa que a média do continente. A freguesia do Sobral é aquela que apresenta um perfil de habilitações mais elevado, enquanto Santo Quintino e Sapataria partilham um idêntico percurso escolar dos seus habitantes. De referir, no entanto, que se atendermos à evolução recente da última década foi em Sapataria que o perfil mais se alterou, ao haver uma maior progressão de qualificações mais elevadas.⁵

Independentemente de algumas diferenças no padrão de evolução das freguesias, a nota de destaca vai para a **alteração substancial do perfil de qualificação da população do concelho**, relativamente ao diagnosticado aquando dos estudos do PDM'96 no qual foi identificado que a instrução da população era baixa, resumindo-se quase unicamente à instrução primária, a que acrescia um elevado analfabetismo.

Esta alteração do padrão de escolaridade, se bem que ainda baixo quando comparado com os níveis europeus, está relacionada não só com a tendência estrutural do seu incremento devido à introdução de novas políticas e condições para o ensino mais abrangente como a escolaridade obrigatória, mas também à chegada de nova população mais qualificada, como no caso de Sapataria.

4.2.2 Taxa de Atividade e local de trabalho

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população que faz parte da força de trabalho (empregados ou desempregados) e a população residente, numa determinada área e num determinado tempo. Permite, não só, inferir qual o grau de dependência de uma população, mas também o potencial de mão de obra disponível para as empresas locais.

⁵ Entre 2001 e 2011 houve um incremento de 313% de residentes com ensino superior na Sapataria, enquanto no concelho essa média foi de 172%, por sua vez os residentes com ensino secundário em Sapataria aumentaram 108% para uma média concelhia de 68%.

Tabela 30 – Taxa de Atividade por unidade geográfica, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	2001	2011
Continente	48,4	47,58
Oeste	47,6	47,35
Sobral de Monte Agraço	48	49,42
Santo Quintino	46,2	49,84
Sapataria	48	49,18
Sobral de Monte Agraço	50,2	49,18

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Na última década a taxa de atividade do concelho teve um acréscimo de cerca de 1,5% contrariando a tendência da região e do continente, o que resulta do **reforço do peso da população ativa**, maioritariamente novos residentes que chegaram ao concelho. Por freguesia, apenas houve uma quebra em Sobral de Monte Agraço devido ao aumento da população idosa.

A observação do local de emprego da população ativa indica-nos **que mais de metade dos residentes em Sobral de Monte Agraço não trabalha neste concelho**, o que confirma a tendência de afirmação como um local para residir, de uma população que trabalha na proximidade ou mesmo em Lisboa.

Tabela 31 –Local de trabalho da população empregada

	Continen te	Oeste	SMA (conc.)	Santo Quintino	Sapataria	SMA
Total	4150252	152172	4575	1654	1383	1538
Reside e trabalha no concelho de residência	65,0%	69,3%	44,5%	45,4%	34,3%	52,8%
Em casa	3,5%	3,6%	3,5%	4,4%	3,5%	2,5%
Na freguesia onde reside	28,3%	36,2%	27,8%	21,6%	20,5%	40,9%
Noutra freguesia do município onde reside	33,1%	29,5%	13,2%	19,3%	10,2%	9,4%
Noutro município	33,3%	29,2%	54,7%	53,7%	64,9%	46,5%
No Estrangeiro	1,7%	1,4%	0,8%	0,8%	0,9%	0,7%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Em **Sapataria**, freguesia, como já vimos, de crescimento mais recente, muito associado ao nó da A8, **quase 70% dos residentes trabalham fora do concelho**. Por oposição a freguesia sede, onde se localiza o centro urbano de referência e, por inerência, os principais serviços e equipamentos, é aquela cujos residentes exercem menos movimentos pendulares, mas ainda assim muito superiores à média da região e do país. Estes números devem ser analisados com a máxima atenção dado que indiciam uma dificuldade do concelho para atrair atividades económicas, capazes de gerar emprego entre a população local.

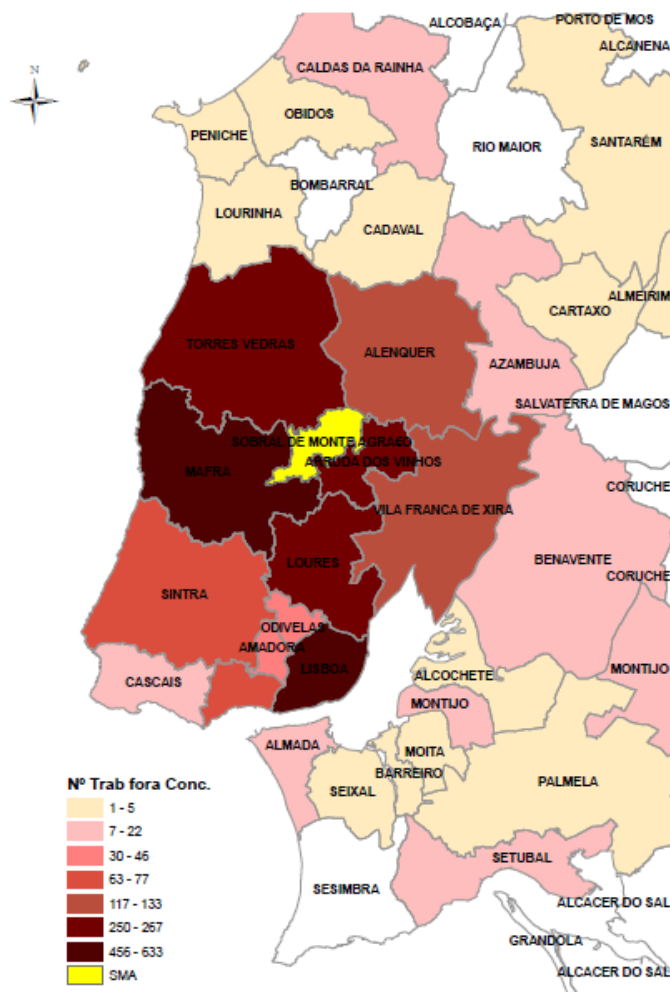


Figura 18 – População Residente em Sobral de Monte Agraço e empregada noutro município (2011)

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (tratamento próprio)

Os concelhos que mais recebem trabalhadores provenientes de Sobral de Monte Agraço são Lisboa e Mafra, com a particularidade, neste último, da população ser oriunda essencialmente da freguesia de Sapataria⁶. Já nas deslocações para Lisboa há uma maior igualdade entre as diferentes freguesias. Numa segunda coroa de influência surgem Arruda dos Vinhos, Torres Vedras e Loures, sendo que para Arruda, vai essencialmente população de Santo Quintino⁷. Para Loures sobressai Sapataria e para Torres os residentes no Sobral. Existe depois uma terceira coroa de influência Ribatejana, constituída por Vila Franca e Alenquer, havendo ainda uma distribuição por diversos outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde sobressai Sintra e Oeiras.

⁶ Dos 456 residentes que vão trabalhar para Mafra 317, ou seja 70% provém da freguesia de Sapataria

⁷ Dos 250 residentes que vão trabalhar para Arruda, 186, ou seja 70% provém da freguesia de Santo Quintino

4.2.3 Índice de Renovação da População Ativa

O índice de renovação da população ativa relaciona o volume potencial da população que está a entrar no mercado de trabalho com o volume potencial da que está a sair da atividade, dando-nos indicações sobre a capacidade de rejuvenescimento da população em idade ativa.

Tabela 32 – Índice de Renovação da População em Idade Ativa, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	2001	2011
Continente	141,3	92,78
Oeste	128,3	89,40
Sobral de Monte Agraço	139	93,84
Santo Quintino	124,3	94
Sapataria	125	91,98
Sobral de Monte Agraço	176,4	95,27

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Os números evidenciam um decréscimo da capacidade de rejuvenescimento, seguindo a tendência da região e do continente, embora a situação do concelho seja um pouco melhor que estes dois níveis de análise. Todas as freguesias registam dificuldade para substituir a população ativa, dado que por 100 residentes entre os 50 e os 55, o número de habitantes entre os 20 e 29 é sempre inferior, o que confere índices inferiores a 100. A agravar a tendência, verifica-se que este panorama apenas ocorreu no último período inter-censitário, tendo havido um decréscimo deste índice em todas as freguesias e em particular no Sobral, aqui, notoriamente, devido ao envelhecimento da sua população residente, já atrás abordado.

4.2.4 Sectores de Atividade

A distribuição da população empregada por sector de atividade dá-nos uma indicação sobre a base económica concelhia, embora só em parte, dado que muitos dos habitantes não trabalham no concelho.

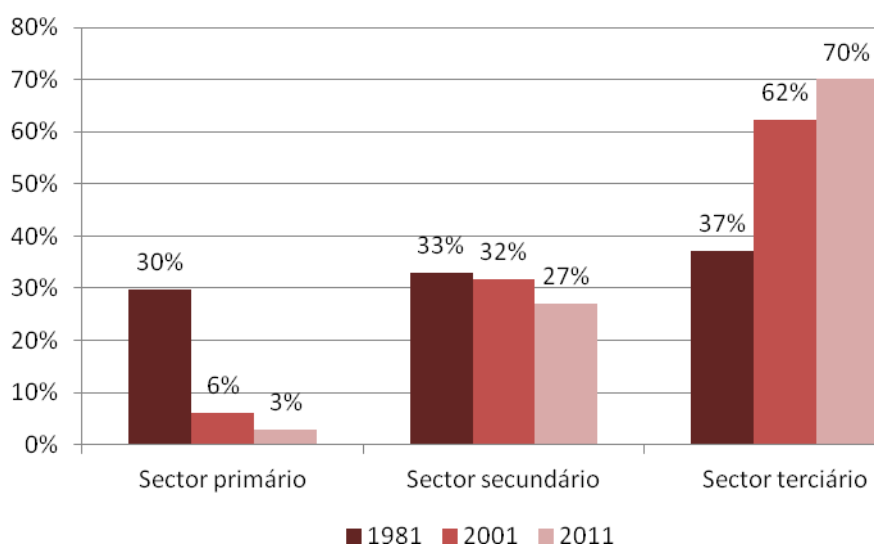


Figura 19 – Distribuição da população ativa por sectores de atividade no concelho de Sobral de Monte Agraço, 1981, 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A estrutura da população ativa no concelho está sobretudo sustentada no sector terciário (70% em 2011). As atividades ligadas ao comércio e serviços registaram um extraordinário aumento nos últimos 30 anos, quebrando-se por completo a relativa homogeneidade existente em 1981, cujos dados serviram de base aos estudos do PDM'96. Desde essa data houve uma notória **quebra dos ativos no sector primário, designadamente na agricultura, havendo também uma ligeira quebra do emprego na indústria.**

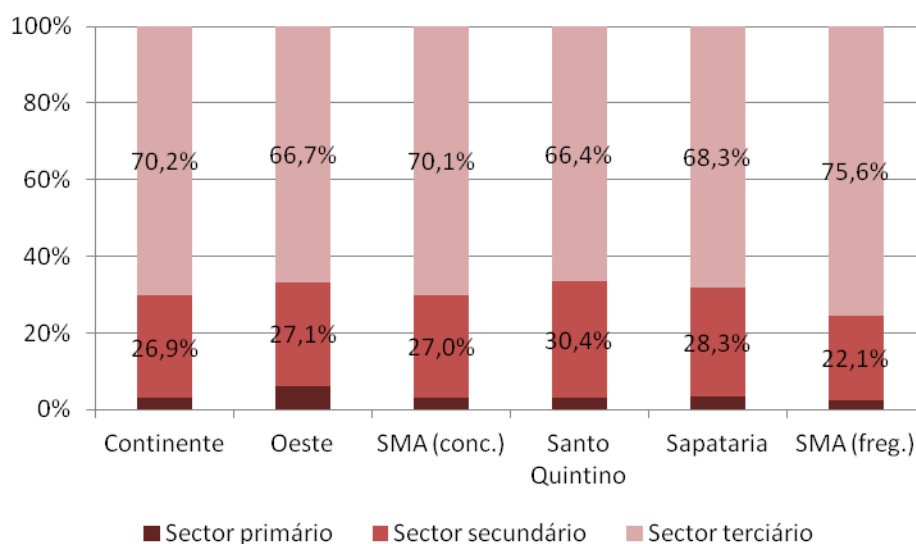


Figura 20 – População Residente Activa empregada segundo sector de actividade (2011)

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A análise por freguesia evidencia que é a mais urbana (Sobral de Monte Agraço) que apresenta uma dinâmica de terciarização mais acentuada. Por sua vez, o peso do sector secundário é mais representativo nas freguesias de Santo Quintino e Sapataria, enquanto o do sector primário é residual na economia do concelho, nas diferentes sub-unidades territoriais.

4.2.5 Situação na Profissão

A forma de trabalho que predomina no concelho de Sobral de Monte Agraço é o trabalho assalariado (77,8%), situação que foi reforçada desde a elaboração do PDM'96, altura em que o trabalho por conta de outrem correspondia a 67,4% do total de ativos.

Os trabalhadores por conta própria perderam peso pela perda de importância do sector agrícola, que é aquele onde é mais evidente esta forma de trabalho, muito associado à pequena dimensão das propriedades e à auto-subsistência.

Tabela 33 – População Residente Ativa empregada segundo sector de atividade e a situação na profissão (2011)

	Total	Empregador	Trab. por conta própria	Trab. familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de cooperativa	Outra situação
Total	4575	12,6%	8,3%	0,5%	77,8%	0,1%	0,8%
Sector primário	136	19,1%	25,0%	5,9%	50,0%	0,0%	0,0%
Sector secundário	1234	13,1%	6,6%	0,0%	79,6%	0,2%	0,5%
Saector terciário	3205	12,1%	8,2%	0,4%	78,3%	0,0%	1,0%
Sector terciário (social)	1089	5,1%	5,7%	0,3%	87,2%	0,0%	1,7%
Sector terciário (económico)	2116	15,7%	9,5%	0,5%	73,7%	0,0%	0,7%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

4.3 Emprego e atividades económicas

4.3.1 Estrutura empresarial

A evolução empresarial de Sobral de Monte Agraço na última década foi marcada por algumas oscilações, mas com ligeira tendência de quebra relativamente a 1999.

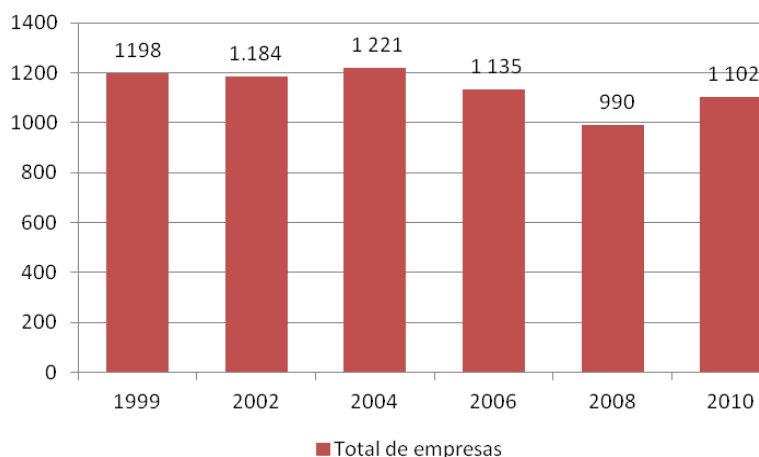


Figura 21 – Quantidade de empresas existentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, entre 1999 e 2010

Fonte: INE, Anuário Estatístico

Em 2010 existiam em Sobral de Monte Agraço 1.102 empresas, o que representa menos 8% do que em 1999, mas ainda assim com uma recuperação em relação a 2008. A representatividade do concelho na região Oeste é de apenas 2,6%, o que também está condizente com a reduzida dimensão populacional e territorial.

A maior parte das empresas estabelecidas no concelho possuem menos de 10 trabalhadores, o que revela a importância das unidades de pequena dimensão, ainda mais acentuada do que na média da região Oeste. No Sobral existem apenas duas unidades de maior dimensão com registo entre 50 e 249 trabalhadores, em 2010.

Tabela 34 – Empresas no concelho de Sobral de Monte Agraço e na região Oeste segundo o escalão de pessoal ao serviço, em 2010.

Unidade Territorial		Total	0 - 249			250 ou mais	
			Total	Menos de 10	10 - 49		50 - 249
Oeste	Nº	42.159	42.143	40.439	1.530	174	16
	%	100,00%	99,96%	95,92%	3,63%	0,41%	0,04%
Sobral de Monte Agraço	Nº	1.102	1.102	1.054	46	2	0
	%	100,00%	100,00%	95,64%	4,17%	0,18%	0,00%

Fonte: INE, Anuário Estatístico

Como se pode observar pela tabela seguinte, a distribuição das empresas por ramo de atividade evidencia um predomínio do comércio (29,6%), secundado pela construção (11,7%) e pelas atividades administrativas e serviços de apoio (11,3%).

Tabela 35 – Estrutura Empresarial por sector de atividade segundo a CAE-Rev.3, no concelho de Sobral de Monte em 2010.

	Empresas		Pessoas ao serviço		Dimensão média (trab./empresa)
	Nº	%	Nº	%	
Total	1.102	100,0%	2.799	100,0%	2,5
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.	71	6,4%	126	4,5%	1,8
Indústrias transformadoras	86	7,8%	645	23,0%	7,5
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.	2	0,2%	
Construção	129	11,7%	315	11,3%	2,4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos.	326	29,6%	814	29,1%	2,5
Transportes e armazenagem.	50	4,5%	213	7,6%	4,3
Alojamento, restauração e similares.	57	5,2%	131	4,7%	2,3
Actividades de informação e de comunicação.	11	1,0%	...		
Actividades imobiliárias.	24	2,2%	37	1,3%	1,5
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.	77	7,0%	130	4,6%	1,7
Actividades administrativas e dos serviços de apoio.	125	11,3%	140	5,0%	1,1
Educação.	38	3,4%	61	2,2%	1,6
Actividades de saúde humana e apoio social.	49	4,4%	78	2,8%	1,6
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.	21	1,9%	34	1,2%	1,6
Outras actividades de serviços.	36	3,3%	46	1,6%	1,3

Fonte: INE, Anuário Estatístico

Por sua vez as atividades mais importantes para a base económica do Concelho ao nível do emprego são o comércio e a indústria, sendo esta a atividade com uma maior dimensão das unidades, ainda que diminuta.

A evolução das atividades empresariais não pode ser analisada de modo direto devido à alteração de CAE, mas ainda assim é possível retirar algumas conclusões comparando os valores de 2010 com os dados disponíveis no anuário estatístico de 1999:

- Nas actividades em declínio mais acentuado destaca-se a agricultura, que à data detinha 179 empresas, a que corresponde um decréscimo de 60,34% na última década.
- Outras actividades como a indústria transformadora, a construção ou o comércio também sofreram quebras embora não tão acentuadas.
- Em sentido contrário, verifica-se um reforço dos serviços, nomeadamente de “atividades administrativas e dos serviços de apoio”, ao qual não é alheia a maior urbanização do concelho, com conseqüente necessidade de dar resposta à população local.

4.3.2 Agricultura

A análise da atividade agrícola, que seguidamente se desenvolve, tem por base alguns indicadores significativos do Recenseamento Geral da Agricultura (INE, 1999 e 2009), referencial de dados estatísticos sectoriais com uma caracterização mais detalhada do território. A existência de dados atualizados e comparáveis no tempo, permitiu a análise deste ponto, com um maior nível de detalhe.

Tabela 36 - População familiar com tempo de atividade agrícola, no Concelho de Sobral de Monte Agraço e no Oeste (2009)

	Total	Produtor		Cônjuge		Outros membros da família	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Oeste	37281	13651	36,6%	11367	30,5%	12263	32,9%
Sobral de Monte Agraço	968	383	39,6%	284	29,3%	301	31,1%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009.

A maior parte da área agrícola encontra-se distribuída por explorações familiares, demonstrando a importância económica e social desta atividade. No Concelho de Sobral de Monte Agraço, a população familiar com atividade no sector primário/explorações agrícolas é constituída por 968 indivíduos (produtores, cônjuges e outros membros) representando 2,6% da população agrícola familiar do Oeste.

Tabela 37 – Evolução da população agrícola familiar, no concelho de Sobral de Monte Agraço e nas freguesias entre 1999 e 2009

Unidade Territorial	1999		2009		Var 1999/2009
	Nº	%	Nº	%	
Oeste	70745		37281		-47,3%
Sobral de Monte Agraço	1977	2,8%	968	2,6%	-51,0%
Santo Quintino	905	45,8%	517	53,4%	-42,9%
Sapataria	849	42,9%	318	32,9%	-62,5%
Sobral de Monte Agraço	223	11,3%	133	13,7%	-40,4%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

O maior volume de população agrícola familiar concentra-se na freguesia de Santo Quintino (53,4%), seguindo-se Sapataria (32,9%) e Sobral de Monte Agraço (13,7%), facto que pode ser justificado no caso de Santo Quintino, por esta unidade territorial ser mais extensa e concentrar um maior volume de população.

Apesar do número apresentado poder, ainda, ser considerado significativo - dado que a população agrícola familiar do concelho representa cerca de 24% da população economicamente ativa e 11,4% da população residente com mais de 15 anos - na década em análise assistiu-se a uma perda de mais de metade da população agrícola familiar. Esta quebra foi mais significativa em Sapataria, onde os novos residentes têm um cariz mais urbano. Por sua vez, é em Santo Quintino que existe uma maior representatividade da população agrícola familiar.

Tabela 38 – Mão-de-obra agrícola, por regime de duração, no concelho de Sobral de Monte Agraço e nas freguesias entre 1999 e 2009

	1999		2009		Var 1999/2009
	Nº	%	Nº	%	
Mão-de-obra agrícola total	1578	100%	813	100%	-48,5%
Tempo completo	291	18,4%	84	10,3%	-71,1%
Tempo parcial	1287	81,6%	729	89,7%	-43,4%
Mão-de-obra agrícola familiar	1491	94,5%	749	92,1%	-49,8%
Tempo completo	231	15,5%	52	6,9%	-77,5%
Tempo parcial	1260	84,5%	697	93,1%	-44,7%
Mão-de-obra agrícola não familiar	87	5,5%	64	7,9%	-26,4%
Tempo completo	60	69,0%	32	50,0%	-46,7%
Tempo parcial	27	31,0%	32	50,0%	18,5%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

O sector agrícola é caracterizado pelo alto nível de pluriatividade. O qual foi reforçado na última década. Com efeito, em 2009, 89,7% da mão de obra agrícola dedicava-se à atividade a tempo parcial, sendo esse valor de 81,6% em 1999.

As características da população agrícola familiar associadas ao nível de escolaridade e de formação, revelam que a maioria possui um nível de escolaridade bastante reduzido, sendo que 21% não tem qualquer habilitação e 63% detêm unicamente o ensino básico. Apenas 5,5% detêm formação superior, podendo estes estar associados à profissionalização de algumas explorações.

Apenas, 5,8% dos indivíduos frequentaram ações/cursos de formação profissional agrícola ou superior agrícola, sendo que a atividade é exercida maioritariamente com conhecimentos adquiridos exclusivamente por via prática (78,1%).

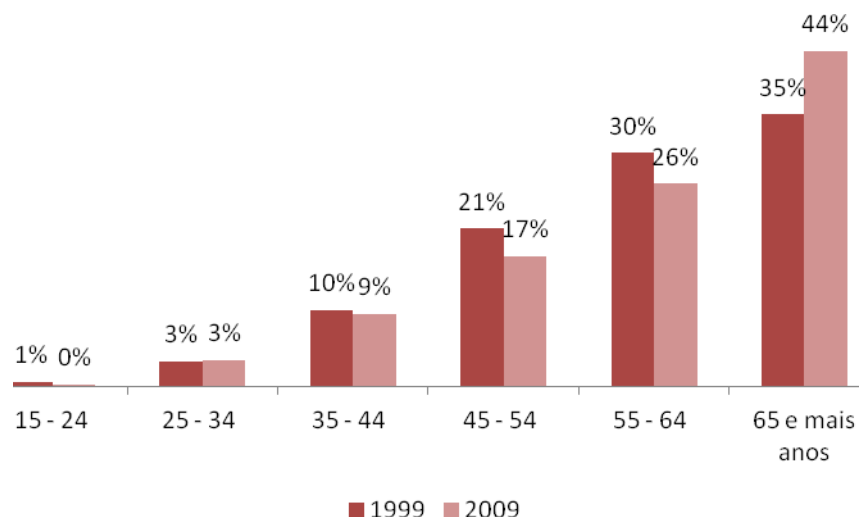


Figura 22 – Evolução da Estrutura etária dos produtores agrícolas, Concelho de Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

Os produtores agrícolas propriamente ditos (autónomos e empresários, sendo que a tipologia de produtor autónomo corresponde a 95,6% do total de produtores agrícolas), são uma classe marcada pelo envelhecimento (a par de um baixo nível de instrução e formação profissional), que se traduziu em 2009 no elevado peso dos chefes de exploração com idade superior a 65 anos, o que poderá acarretar algumas limitações no tocante ao rejuvenescimento da população agrícola.

Em termos evolutivos, as linhas seguintes traçam a tendência verificada ao longo da última década (1999-2009):

- O número de explorações registou um forte decréscimo (-42,2%), acompanhado pela intensa diminuição da população agrícola familiar (-51%);
- A Superfície Agrícola Utilizada decresceu na ordem dos 23,8%, acompanhando a tendência do número de explorações, embora de forma menos acentuada, o que resulta no incremento da SAU por exploração;
- A proporção de produtores agrícolas com idade superior a 65 anos aumentou 8% e com idade inferior a 35 anos diminuiu 1%, relação que evidencia uma dificuldade de rejuvenescimento dos ativos do sector.

No Concelho de Sobral de Monte Agraço, o número total de explorações agrícolas ascendia em 2009, a 401, o que corresponde a 3,3% do Oeste. Já a superfície agrícola utilizada com 2.579 hectares, era um pouco mais significativa, o que resulta numa dimensão média das explorações superior no concelho. Apesar do decréscimo do número de explorações e da superfície agrícola utilizada, entre 1999 e 2009, a dimensão média das explorações teve um incremento, o que pode resultar em melhores condições para a produção.

Tabela 39 – Número de explorações e superfície agrícola utilizada - SAU (hectares), em 1999 e 2009

Unidades Territoriais	1999			2009			Variação 1999/2009	
	Nº Expl	SAU (ha)	Dim. Média	Nº Expl	SAU (ha)	Dim. Média	Nº Expl	SAU (ha)
Oeste	20.756	94.428	4,5	12.304	73.490	6,0	-40,7%	-22,2%
Sobral de Monte Agraço	694	3.384	4,9	401	2.579	6,4	-42,2%	-23,8%
Santo Quintino	303	1.552	5,1	220	1.435	6,5	-27,4%	-7,5%
Sapataria	309	1.135	3,7	129	711	5,5	-58,3%	-37,4%
Sobral de Monte Agraço	82	697	8,5	52	432	8,3	-36,6%	-38,0%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

Como se pode comprovar pelos dados do RGA o impacto territorial da atividade agrícola é muito diferenciado no Concelho. Em Santo Quintino existe mais de metade da superfície agrícola utilizada no concelho (55,6%) e 45,9% das explorações, o que se justifica pela elevada ruralidade mas também pela maior dimensão. Por sua vez a freguesia do Sobral, a mais pequena e a que detém o polo urbano mais significativo, é aquela em que a dimensão média das explorações é superior, por contraponto com Sapataria onde estas são mais diminutas.

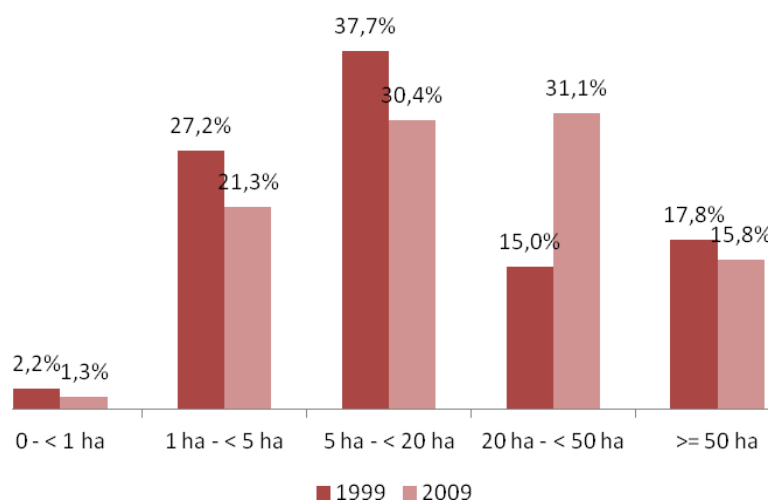


Figura 23 - Classes de Superfície Agrícola Utilizada das explorações agrícolas no Concelho de Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

A evolução da **estrutura fundiária** entre os dois períodos em análise caracteriza-se pelo aumento da expressão das explorações entre 20 e 50 hectares, quer em termos relativos, quer absolutos (passaram de 509 hectares para 803 hectares), o que significa o incremento da dimensão que permite componentes de agricultura extensiva.

Tabela 40 -Composição da Superfície Agrícola Utilizada, em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)

	1999		2009		Var. 1999/2009
	Ha	%	Ha	%	
Total	3384	100,0%	2579	100,0%	-23,8%
Terras aráveis	2266	67,0%	1854	71,9%	-18,2%
Culturas temporárias	2171	64,2%	1674	64,9%	-22,9%
Pousio	95	2,8%	180	7,0%	89,5%
Horta familiar	62	1,8%	23	0,9%	-62,9%
Culturas permanentes	657	19,4%	465	18,0%	-29,2%
Pastagens permanentes	400	11,8%	236	9,2%	-41,0%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

No cômputo geral (quer em termos de número de explorações quer de superfície agrícola utilizada) o concelho do Sobral é marcado pelo predomínio das terras aráveis, que englobam as culturas temporárias e o pousio, podendo estas estar inseridas, ou não, num regime de rotação. A ocupação predominante das terras com culturas temporárias, onde a dimensão da propriedade é superior, justifica a sua maior dimensão média relativamente ao Oeste, que tem uma expressão superior das culturas permanentes⁸

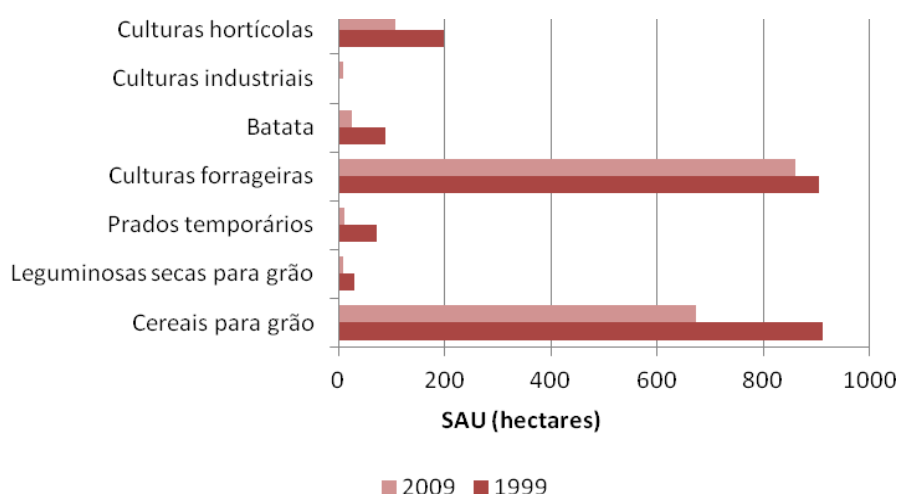


Figura 24 - Principais culturas temporárias, em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

Nas **culturas temporárias**, ou seja aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano ou que são ressemeadas com um intervalo que não ultrapassa os cinco anos, destacam-se culturas forrageiras (sobretudo aveia forrageira) e a cultura de cereais para a produção de grão (cevada, aveia e trigo). Apesar de alguma quebra, sobretudo da segunda, ambas as culturas mantêm a liderança ao longo da última década.

Observando a dispersão territorial das culturas temporárias, é evidente a sua preponderância em Santo Quintino, freguesia onde os cereais para grão assumem especial importância. Já as culturas forrageiras distribuem-se de forma mais equitativa pelo território. As culturas

⁸ No Oeste, em 2009, 42,2% da Superfície Agrícola Utilizada compreendia Culturas Permanentes, enquanto as culturas temporárias correspondiam a 41,7%.

hortícolas, com menor expressão no território, assumem apenas algum significado em Sapataria e na freguesia do Sobral (aqui menos) o que será favorecido pela Várzea do Rio Sizandro e afluentes, onde existem terras com elevado potencial para os produtos hortofrutícolas.

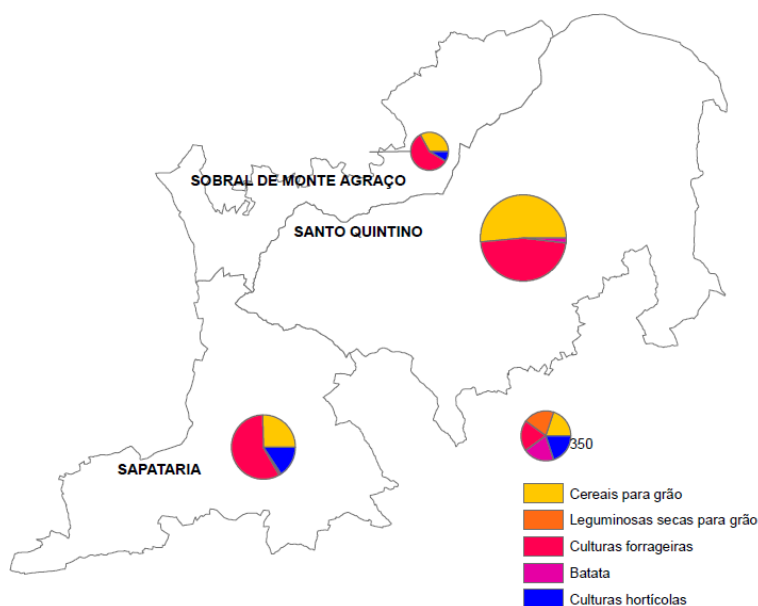


Figura 25 - Culturas temporárias, segundo a SAU, nas freguesias do Concelho de Sobral de Monte Agraço (2009)

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

No que respeita às **explorações permanentes**, ou seja culturas não integradas em rotação e que ocupam as terras por 5 ou mais anos, destaca-se produção vinícola (com 86,5% da superfície das culturas permanentes), embora com uma quebra na área ocupada entre 1999 e 2009.

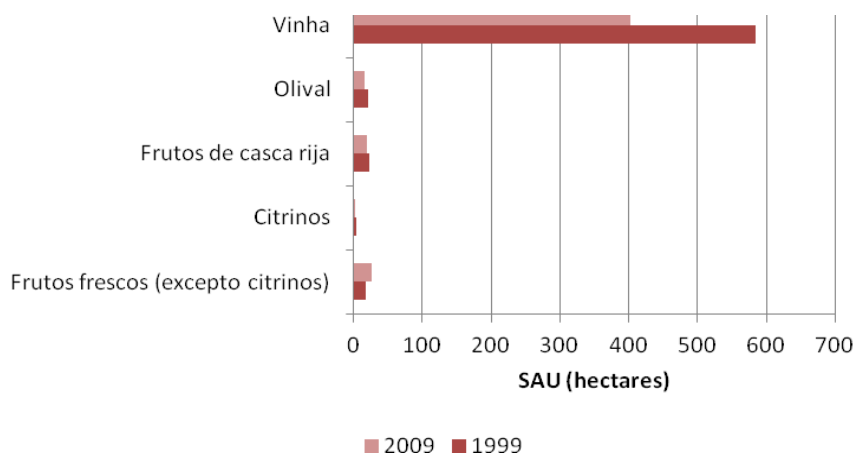


Figura 26 - Principais culturas permanentes, em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

A dispersão territorial das culturas permanentes evidencia uma prevalência da vinha, embora com particular notoriedade em Santo Quintino. Na freguesia do Sobral existem algum olival e frutos frescos (exceto citrinos), embora sem grande expressão no âmbito concelhio.

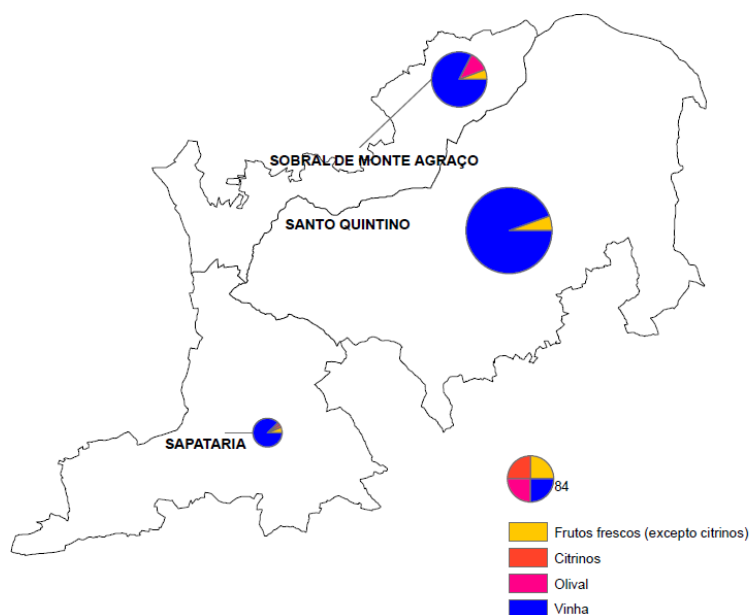


Figura 27 - Culturas permanentes, segundo a SAU, nas freguesias do Concelho de Sobral de Monte Agraço (2009)
 Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

Merece ainda referência a **atividade pecuária**, com um importante significado de produção de carne e de leite, existindo uma vertente empresarial, mas também como fonte de rendimento alternativo de algumas famílias.

Tabela 41 - Produção Animal (Efetivos e Explorações), em Sobral de Monte Agraço (1999 e 2009)

Efectivo animal	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias e cortiços povoados	Total
1999									
N.º de Explor.	90	68	139	22	65	427	239	6	1056
N.º animais	3024	10496	5190	189	100	23887	2013	34	44933
% de explor.	8,5%	6,4%	13,2%	2,1%	6,2%	40,4%	22,6%	0,6%	100%
N.º Animais /explor.	34	154	37	9	2	56	8	6	-----
2009									
N.º de Explor.	57	23	104	30	28	139	39	2	422
N.º animais	3568	6895	2275	169	105	35283	261	5	48561
% de explor.	13,5%	5,5%	24,6%	7,1%	6,6%	32,9%	9,2%	0,5%	100%
N.º Animais /explor.	63	300	22	6	4	254	7	3	-----
Varição									
% explora	-36,7%	-66,2%	-25,2%	36,4%	-56,9%	-67,4%	-83,7%	-66,7%	-60,0%
N.º animais	18,0%	-34,3%	-56,2%	-10,6%	5,0%	47,7%	-87,0%	-85,3%	8,1%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1999 e 2009.

No âmbito da produção pecuária salienta-se a produção de aves (presente em 32,9% das explorações com uma média de 254 cabeças por unidade produtiva) e de ovinos (presente em 24,6% das explorações com uma média 22 cabeças por unidade produtiva). A suinicultura

apesar de apenas representar 5,5% das explorações é aquela que detém, em termos médios, unidades com maior número de animais (300).

As indústrias da suinicultura e da avicultura (produção e transformação) deparam-se, atualmente, com problemas ambientais, de infraestruturas e de escoamento do produto. Estes problemas serão de difícil solução porque os produtores da Região têm vindo a perder capacidade negocial junto dos agentes comerciais, acarretando dificuldades para o necessário investimento em equipamentos de tratamento de efluentes ou em melhoria de infraestruturas.

Em termos evolutivos, a maior quebra no número de explorações, entre 1999 e 2009, deu-se precisamente na suinicultura e avicultura, bem como na produção de coelhos e colmeias. No entanto, a avicultura, apesar de perder unidades, ganhou em número de cabeças o que indica uma maior capacidade competitiva empresarial.

4.3.3 Indústria Transformadora

A indústria transformadora era em 2010, de acordo com os dados disponíveis no Anuário Estatístico a segunda atividade com maior preponderância no emprego, no Concelho de Sobral de Monte Agraço, com 645 postos de trabalho em 2009.

Verifica-se, no entanto, uma dinâmica decrescente desta atividade empresarial ao longo da última década, tendo o concelho perdido 99 unidades entre 1999 e 2010. Essa quebra aconteceu um pouco em todos os sectores, embora com maior expressão na indústria têxtil, na qual desapareceram 22 empresas.

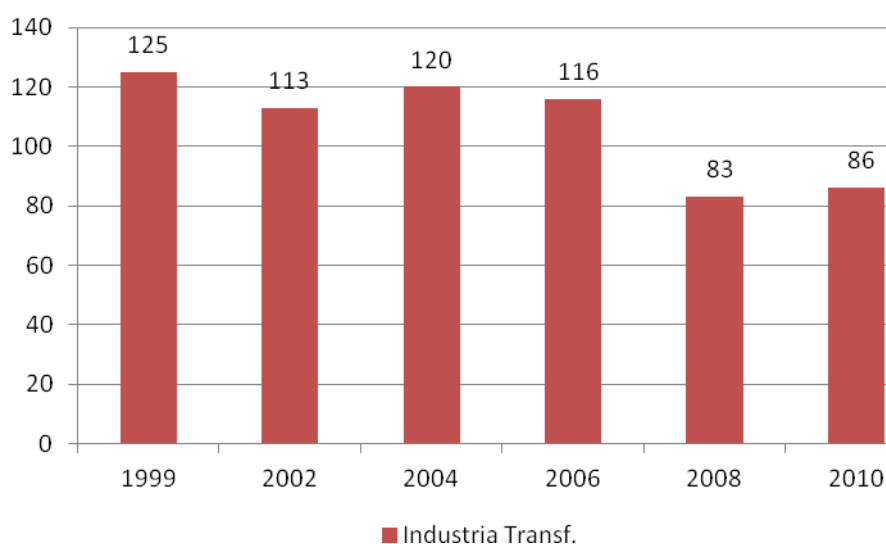


Figura 28 – Quantidade de empresas de Indústria Transformadora existentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, entre 1999 e 2010

Fonte: INE, Anuário Estatístico

Os dados mais recentes relativamente ao número de empresas e emprego na indústria transformadora do concelho de Sobral, permitem identificar os dois ramos com maior expressão, sobre os quais se pode tirar as seguintes conclusões:

- O sector industrial mais relevante é a **Indústria Alimentar**, mantendo uma tendência que já existia em 1999. Apesar de ter havido alguma quebra (menos 3 empresas) ocupava em 2010 quase metade dos ativos do sector industrial.
- A **Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos** é o segundo sector, particularmente em número de empresas, tendo vindo a registar um decréscimo significativo. Este sector, mais fragmentado e com unidades de menor dimensão, está ligado a pequenas iniciativas empresariais que envolvem um vasto conjunto de segmentos que fornecem outras atividades como a agricultura, a construção civil ou o comércio.

Tabela 42 – Distribuição das empresas e do emprego na Indústria Transformadora, por ramo de atividade, 2010

	Empresas		Pessoas ao serviço (2010)		Dimensão média
	Nº	%	Nº	%	
Indústrias alimentares	33	38,4%	299	46,4%	9,1
Fabricação de têxteis.	2	2,3%
Indústria do vestuário.	3	3,5%	3	0,5%	1,0
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	5	5,8%	16	2,5%	3,2
Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos.	1	1,2%
Impressão e reprodução de suportes gravados	3	3,5%	33	5,1%	11,0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos.	2	2,3%
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas.	2	2,3%
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos.	20	23,3%	106	16,4%	5,3
Fabricação de equipamento elétrico	1	1,2%
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.	1	1,2%
Fabricação de outro equipamento de transporte	1	1,2%
Fabricação de mobiliário e de colchões.	6	7,0%	14	2,2%	2,3
Outras indústrias transformadoras.	2	2,3%
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos.	4	4,7%
Total Indústria Transformadora	86	100,0%	645	100,0%	7,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico

4.4 Parque habitacional

A análise evolutiva das últimas duas décadas evidencia um forte incremento da produção habitacional, expressa pelo elevado aumento de alojamentos familiares e de edifícios. À data do Recenseamento Geral da População de 2011 existiam no concelho de Sobral de Monte Agraço 4.113 edifícios e 5.297 alojamentos familiares, o que representa um acréscimo, no período em análise, respetivamente de 62,5% e 52,4%.

No referente à tipologia dos alojamentos familiares, verifica-se que a quase totalidade são alojamentos familiares clássicos. Os alojamentos não clássicos, alojamentos precários, portanto com reduzidas condições de habitabilidade são pouco significativos, não sendo este um problema para o concelho. Dos poucos que havia, na última década houve uma melhoria significativa tendo passado de 16 para apenas 3.

Tabela 43 – Evolução do número de alojamentos e de edifícios, entre 1991 e 2011

Tipologia	1991	2001	2011	Var 1991/2011
Total alojamentos	3262	4333	5303	62,6%
Alojamentos Familiares	3259	4325	5297	62,5%
Clássicos	3254	4309	5294	62,7%
Não Clássicos	5	16	3	-40,0%
Barracas	-	4	0	-
Casas rudimentares de madeira	-	2	0	-
Móveis	-	3	0	-
Improvisados	-	7	3	-
Outros	-	0	0	-
Alojamentos colectivos	3	8	6	100,0%
Estabelecimentos hoteleiros ou similares	-	0	2	-
Convivências	-	8	4	-
Apoio social	-	5	4	-
Educação	-		0	-
Militar	-		0	-
Prisional	-		0	-
Religiosa	-		0	-
Saúde	-	1	0	-
Trabalho	-		0	-
Outras	-	2	0	-
Edifícios	2698	3409	4113	52,4%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Por sua vez, os **alojamentos coletivos** registados foram apenas 6. Dois deles referem-se a estabelecimentos hoteleiros e similares (existentes na freguesia de Sobral de Monte Agraço) e quatro são para “convivências”, ou seja, espaços destinados a ser ocupados por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade como, por exemplo, instituições de apoio social (lar de idosos, orfanato), de educação (colégio, seminário, internato, etc.), de saúde (hospitais), de função religiosa (mosteiro, convento), prisional, militar ou de trabalho. No caso do concelho, todos os alojamentos coletivos com tipologia de “convivências” destinam-se a apoio social, localizando-se 1 em Santo Quintino, 1 na freguesia do Sobral e 2 em Sapataria.

Tabela 44 – N.º total e densidade de alojamentos familiares, por unidade territorial, em 1991 e 2001.

Unidade Territorial	Área (km2)	1991			2011			Variação		
		Nº	%	Aloj/km2	Nº	%	Aloj/km2	1991/2001	2001/2011	1991/2011
Oeste	2486	171884	1,9%	69,1	223479	2,4%	89,9	5,8%	22,8%	30,0%
Sobral de Monte Agraço (conc.)	52,1032	3259	100,0%	62,5	5297	100,0%	101,7	32,7%	22,5%	62,5%
Santo Quintino	29,0018	1367	41,9%	47,1	2071	39,1%	71,4	24,6%	21,6%	51,5%
Sapataria	14,4046	999	30,7%	69,4	1483	28,0%	103,0	16,0%	28,0%	48,4%
Sobral de Monte Agraço	8,6968	893	27,4%	102,7	1743	32,9%	200,4	63,8%	19,1%	95,2%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A análise evolutiva das últimas duas décadas evidencia um forte incremento da produção habitacional, em todas as freguesias, de tal forma que o crescimento do número de alojamentos familiares do concelho foi o dobro da média da região Oeste (30%).

A nível de freguesias, **Santo Quintino** concentra o maior número de alojamentos, embora seja aquela em que a densidade de ocupação é menor, em resultado da sua elevada área. Por sua vez, tem vindo a perder alguma preponderância, tendo passado a sua representatividade de 41,9% em 1991 para 39% em 2011.

A **freguesia de Sobral de Monte Agraço** apesar de possuir a área mais pequena, foi aquela em que o crescimento foi superior, sendo igualmente a que registou maior densificação habitacional, a qual passou de uma média de 103 alojamentos por km2, em 1991, para 200 alojamentos em 2011. Este **forte crescimento aconteceu essencialmente na última década dos anos 90**, com um acréscimo de cerca de 64%, por oposição aos 19% da primeira década do século XXI.

Já **Sapataria**, se olharmos para as duas décadas em que o PDM'96 está em vigor, foi a freguesia na qual houve uma menor variação dos alojamentos, no entanto, **foi aquela que mais cresceu no último período inter-censitário**.

No que respeita à análise da **intensidade de ocupação residencial**, medida através do seu tipo de ocupação (**habitual, vaga, uso sazonal**), verifica-se que existe uma clara supremacia da residência habitual, embora o número de fogos vagos, com um crescimento significativo na última década, deva merecer uma atenção cuidada, de forma a determinar com exatidão as razões para número tão significativo (superior à região e ao continente).

O número de alojamentos desocupados é particularmente elevado na freguesia do Sobral de Monte Agraço, o que deverá ser justificado pelo falecimento dos proprietários ou por pessoas que compraram outros apartamentos, deixando os anteriores desocupados. Nas áreas mais rurais os alojamentos vagos estarão relacionados com o abandono de algumas aldeias como acontece em Alqueidão.

Tabela 45 – Forma de Ocupação dos alojamentos por unidade geográfica, 2011

Unidade Territorial	Total	Residência habitual	Residência secundária	Vago
Continente	5627555	68,0%	19,5%	12,5%
Oeste	223479	62,2%	23,8%	14,0%
Sobral de Monte Agraço (conc.)	5297	72,3%	9,8%	17,9%
Santo Quintino	2071	68,5%	13,7%	17,8%
Sapataria	1483	74,7%	8,9%	16,4%
Sobral de Monte Agraço	1743	74,8%	6,0%	19,2%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Por sua vez, o uso sazonal, perdeu relevância na última década, dado que houve um movimento de passagem de segunda residência para primeira. Ou seja, famílias que numa fase inicial adquiriram para residência de fim de semana e férias e que acabaram por passar a fazer um uso habitual.

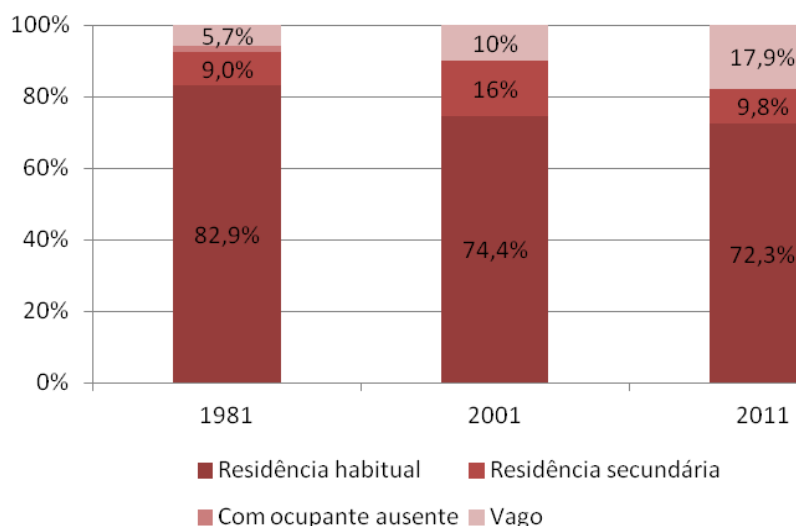


Figura 29 – Evolução da forma de ocupação dos alojamentos no concelho do Sobral de Monte Agraço, 1981, 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Em termos dos serviços existentes nos fogos de residência habitual verifica-se uma melhoria significativa das condições de habitabilidade, nos últimos vinte anos, com uma cobertura que atualmente já se aproxima dos 100%.

Tabela 46 – Serviços presentes nos alojamentos Familiares de Residência Habitual, 2011

Serviços	c/ água canalizada	c/ retrete	c/esgotos	c/ banho ou duche
Sobral de Monte Agraço - 1991 (conc.)	73,5%	78,1%	----	77,4%
Sobral de Monte Agraço - 2011 (conc.)	99,1%	99,0%	99,4%	97,9%
Santo Quintino	98,9%	98,8%	99,3%	97,3%
Sapataria	98,8%	98,9%	99,2%	97,8%
Sobral de Monte Agraço	99,5%	99,4%	99,6%	98,5%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

A situação mais preocupante situa-se ao nível das habitações com banho ou duche, existindo ainda 82 em que não havia esta cobertura à data do recenseamento de 2011.

5 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE

Neste capítulo pretende-se demonstrar a realidade concelhia no que refere à infraestruturação dos sistemas municipais: abastecimento de água, saneamento básico e de gestão de resíduos, para um eficaz funcionamento e uma gestão racionalizada, tendo em conta uma melhor e maior promoção da qualidade ambiental do município. Serão ainda analisados outros indicadores ambientais relevantes relativamente às principais fontes de poluição.

5.1 Abastecimento de água

Segundo o PDM'96 o concelho de Sobral de Monte Agraço caracterizava-se por fracas condições hidrogeológicas, com captações insuficientes para satisfazer as necessidades em água do concelho, o que obrigava a receber água da EPAL, através de um sistema que servia igualmente Arruda dos Vinhos, o qual teve obras de reforço e melhoria, iniciadas em 1989, devido à incapacidade de satisfazer as necessidades dos dois concelhos.

Em termos gerais o concelho tinha, à data da elaboração dos estudos, níveis de abastecimento ainda insuficientes, havendo uma quantidade significativa de população abastecida por fontanários, sendo uma parte significativa em aglomerados com mais de 100 habitantes.

Tabela 47 – Níveis de atendimento em percentagem da população residente em aglomerados populacionais à data de execução do PDM'96

Tipo de abastecimento	População abastecida	Santo Quintino	Sapataria	Sobral de Monte Agraço	Total Concelho
EPAL	%	82%	63%	95%	80%
Furos ou nascentes com rede de distribuição doméstica	%	6%	4%	-	4%
	Povoações	S. Quintino, Outeiro, Alcarela e Casal da Fonte	A ligar ao sistema muito breve		-----
Sem rede de distribuição (fontanários)	%	12%	33%	5%	16%
	Povoações	Alqueidão, Casais, Casal Barqueiro, Pedralvo, Vale de Vez e Cachimbos	Guia, Moitelas, S. Martinho, Serreira, Silveira e Casal da Fonte das Pombas	Patameira de Cima, Cachimbos e Chãos	-----

Fonte: PDMSMA

Os principais problemas detestados a nível de abastecimento de água eram os seguintes:

- Fracas condições hidrogeológicas do concelho;
- Necessidade de obter água fora do concelho (EPAL) o que leva a que o sistema seja muito extenso e complexo (adutores muito extensos e várias estações elevatórias) por conseguinte com uma execução e manutenção onerosa;

O concelho integra o **Subsistema de Abastecimento de Água aos Municípios de Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço**, o qual tem origem no Aqueduto do Alviela, junto a Castanheira do Ribatejo, construído em 1992 e sob exploração das Águas do Oeste desde Outubro de 2004. O sistema em causa envolve quatro estações elevatórias, nove reservatórios e cerca de 28 km de condutas.

O Reservatório de Moinho do Céu I, localizado no concelho de Arruda, alimenta por gravidade os diversos reservatórios municipais do Sobral de Monte Agraço, nomeadamente:

- Reservatório de Moinho do Céu II;
- Reservatório de Sobral de Monte Agraço;
- Reservatórios de Santo Quintino e de Vermões .

De modo a permitir o reforço no abastecimento de água ao município de Sobral de Monte Agraço, a Águas do Oeste procedeu a algumas intervenções:

- Duplicação/ substituição dos troços de conduta mais degradados, nomeadamente entre Adegas e Sobral, numa extensão aproximada de 1 km;
- Aumento, a médio prazo, da capacidade de bombagem da central elevatória inicial (Castanheira do Ribatejo).

Por sua vez, a recente interligação deste sistema ao de Alenquer / Torres Vedras / Mafra, entre as localidades da Corujeira e Sobral de Monte Agraço, veio permitir uma elevada flexibilidade no abastecimento de água aos municípios de Arruda dos Vinhos e, essencialmente, a Sobral de Monte Agraço, para além do reforço do abastecimento a estes dois municípios.

Avaliação

No período decorrido a responsabilidade da distribuição de água passou para as Águas do Oeste, S.A., empresa concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água aos Concelhos do Oeste.

No entendimento do cumprimento das metas traçadas em termos de satisfação das necessidades do Concelho e do serviço e abrangência de cobertura dos aglomerados populacionais ao nível do abastecimento de água, considera-se que os objetivos foram cumpridos, atingindo-se a cobertura de todos os núcleos com mais de 100 habitantes e uma taxa de atendimento da população próxima dos 100%.

No domínio da manutenção, extensão e remodelação da rede interna, o município tem prosseguido o esforço de melhoria, muito embora, se verifique a necessidade de algumas intervenções como o reforço do abastecimento a Sapataria, onde as condutas já estão aquém do necessário devido à expansão demográfica e urbana.

5.2 Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Em 1996, o Concelho de Sobral de Monte Agraço apresentava-se deficitário em termos de redes de drenagem de águas residuais domésticas e ainda mais no tratamento de efluentes. Não havia nenhuma ETAR no concelho sendo as águas residuais recolhidas pelas poucas redes existentes e lançadas nos meios recetores naturais sem qualquer tratamento, originando uma elevada poluição das mesmas. O mesmo acontecia com os efluentes de algumas explorações pecuárias. A tabela seguinte expõe os níveis de atendimento existentes à data da elaboração do PDM'96, verificando-se que o concelho se encontrava pior servido do que em termos de abastecimento de água.

Tabela 48 – Níveis de atendimento, à data de execução do PDM'96, no concelho do Sobral de Monte Agraço em relação a redes de drenagem de águas residuais.

Níveis de atendimento da população	Percentagem de população residente em aglomerados
População servida por redes de drenagem	46%
População "não servida" por redes de drenagem	54%

Fonte: PDMSMA e Anuário Estatístico

Os principais problemas detetados em relação à drenagem e tratamento de águas residuais domésticas foram os seguintes:

- Ausência de tratamento de águas residuais domésticas;
- Funcionamento pouco satisfatório das redes de drenagem existentes;
- Elevado número de povoações com mais de 100 habitantes e com abastecimento de água ao domicílio que não têm redes de drenagem de águas residuais;
- Existência de linhas de água com sinais de poluição com origem nas águas residuais domésticas.

No PDM'96 foi definido como **objetivo** servir, com rede de drenagem e tratamento, todas as povoações com 100 ou mais habitantes, de acordo com as seguintes prioridades:

- a) Dotar a Vila de SMA de rede de drenagem separativa e de uma ETAR;
- b) Dotar as povoações de nível II (Pêro Negro e Sapataria) de idênticos serviços de redes e tratamento;
- c) Dotar com redes de drenagem e tratamento todas as restantes povoações com mais de 100 habitantes

Os dois primeiros objetivos podem considerar-se concretizados, embora o primeiro só em parte, dado que a rede de drenagem separativa só existe nas zonas novas. Por outro lado, algumas povoações com mais de 100 habitantes permanecem ainda sem rede de saneamento o que impede a efetivação plena do terceiro objetivo.

De acordo com o previsto no PDM'96, foi construída pelo município a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Sobral de Monte Agraço (iniciada em 1997 e concluída em 2000 com subsequente ligação ao sistema) bem como a de Zibreira de Fetais (em 1999/2000).

A partir de 2005 o sistema de recolha de águas residuais passou para as Águas do Oeste, ficando a gestão das ETAR a cargo desta empresa, enquanto a recolha domiciliária continua a cargo do município.

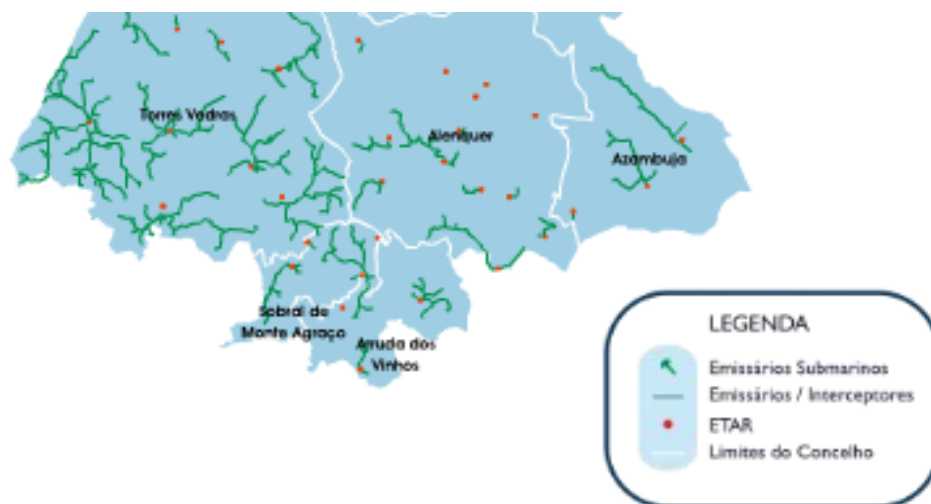


Figura 31 – Esquema de Sistema de Saneamento de Águas do Sobral.

Fonte: Extrato de Sistema de Saneamento de Águas do Oeste

Atualmente o município é servido por quatro sistemas de saneamento:

- **Sistema de Saneamento da Sobral de Monte Agraço**, com Início de exploração por parte da Águas do Oeste em 2005. Integra a ETAR adquirida ao município e serve parte das freguesias de Santo Quintino e de Sobral de Monte Agraço.
- **Sistema de Saneamento de Zibreira de Fetais**, com Início de exploração por parte da Águas do Oeste em 2005. Integra a ETAR adquirida ao município e serve parte das freguesias de Santo Quintino e de Sobral de Monte Agraço.
- **Sistema de Saneamento de Gozundeira**, com início de exploração em 2013, integra uma ETAR nova e serve parte das freguesias de Santo Quintino, Sobral de Monte Agraço e Sapataria.
- **Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim**, com início de exploração em 2012, integra uma ETAR nova e serve parte das freguesias de Santo Quintino e de Sobral de Monte Agraço (concelho de S. Monte Agraço) e de parte das freguesias de Arranhó e Santiago dos Velhos (concelho de Arruda dos Vinhos).

Os níveis de atendimento em 2009 atingiam os 65% de população servida com redes de saneamento. Com a conclusão das ETAR estão criadas as condições para as ligações domésticas, havendo capacidade para servir cerca de 80% da população.

Avaliação

No período decorrido, a responsabilidade do sistema de recolha de águas residuais passou para as Águas do Oeste, S.A., embora a recolha domiciliária continue a cargo do município.

O Concelho, aquando da elaboração do PDM'96 apresentava grandes carências ao nível da drenagem de águas residuais, dado que as redes existentes serviam apenas 46% da população residente em aglomerados, o que tinha como consequências a elevada poluição das linhas de água.

Durante a vigência do Plano foram realizadas diversas intervenções que permitiram aumentar a quantidade de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, embora ainda existam alguns locais com sistemas diferenciados de saneamento, havendo um esforço grande da Câmara para promover a ligação à rede local.

Os problemas infraestruturais identificados no PDM'96, de forma geral, foram resolvidos. No entanto, existem situações pontuais de linhas de água com sinais de poluição com origem nas águas residuais domésticas, resultante de efluentes de pequenas redes de saneamento que descarregam em linhas de água.

5.3 Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

À data da execução do PDM'96, a recolha de resíduos sólidos, era feita em todas as povoações do concelho, com frequência variável. Esta recolha não era seletiva, sendo o depósito dos detritos efetuado na Lixeira Municipal, localizada perto da povoação de Cabeda onde se verificava um sistema de tratamento parcial "Aterro a Céu Aberto". Nada é mencionado a respeito de resíduos industriais.

Os **principais problemas detetados** no PDM'96, a nível de **recolha e tratamento de resíduos sólidos** foram os seguintes:

- Deficiente tratamento dos resíduos sólidos urbanos;
- Povoações com recolha apenas uma ou duas vezes por semana;
- Lançamento indisciplinado de resíduos sólidos, nalguns locais, por parte da população

Os estudos do PDM'96 indicavam **duas hipóteses** para o **tratamento de resíduos sólidos**:

- 1) Execução de um Aterro que trataria os resíduos sólidos do Concelho;
- 2) Execução de um Aterro Sanitário Intermunicipal que trataria os resíduos sólidos dos Concelhos de Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos

Em relação à frequência e recolha de resíduos sólidos, era tido por conveniente planear os circuitos de forma a fazer:

- recolha diária em SMA e Pêro Negro
- 3 vezes por semana em todas as outras povoações

Em 1997 é criado o Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de RSU do Oeste, bem como a Resioeste – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA. Desde essa data os

resíduos da região Oeste, e por conseguinte os resíduos do Sobral de Monte Agraço, passam a ser geridos de uma forma integrada.

As condições de tratamento e valorização de resíduos do Sobral foram alteradas com a construção de dois tipos de infra-estruturas:

- A **estação de transferência de Arruda/Sobral**, inaugurada em 03-12-2011, onde o lixo indiferenciado é armazenado em caixas compactadoras antes de ser transportado para o Aterro do Oeste.
- A entrada em funcionamento do **aterro do Oeste**, em 2002.

Este processo permitiu o encerramento da Lixeira Municipal.

A Valorsul, constituída em 2010, resultante da fusão da Valorsul, S.A. e da Resioeste S.A é a entidade responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos de 19 municípios das regiões de Lisboa e do Oeste, integrando também o Sobral.

Quanto ao sistema de recolha seletivo, existem ecopontos em 25 áreas urbanas, sendo que os três principais aglomerados têm mais do que um ecoponto (Sobral de Monte Agraço -17, Pêro Negro – 2 e Sapataria – 3).

Avaliação

Durante o período de vigência do PDM'96, as condições de tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos alteraram-se substancialmente. A concretização do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de RSU do Oeste permitiu a construção dos equipamentos necessários para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos do concelho de Sobral de Monte Agraço, bem como o encerramento da Lixeira Municipal, diminuindo assim eventuais problemas ambientais, como a contaminação dos lençóis subterrâneos de água.

5.4 Outros Indicadores Ambientais

5.4.1 Poluição de Origem Urbana

De acordo com o PDM'96, o carácter doméstico da poluição evidenciava-se nas linhas de água onde eram descarregados, devido à presença no efluente de teores elevados de azoto nas suas várias formas e de coliformes totais e fecais. Esta situação era originada pela descarga das águas residuais (essencialmente, águas de lavagem e águas de evacuação de excreta) sem qualquer tipo de tratamento prévio, verificando-se as maiores concentrações de poluentes, com elevada carga orgânica, a jusante dos núcleos urbanos.

Com as realizações que foram, entretanto, concretizadas ao nível de saneamento e recolha e deposição de resíduos sólidos (como se pode retirar da leitura dos capítulos anteriores), estes problemas foram minimizados, embora persistam situações pontuais de poluição, devido à descarga de efluentes de pequenas redes de saneamento.

A um outro nível, foi também identificado a existência de depósitos ilegais de resíduos volumosos e de RCD (Resíduos de Construção e Demolição) muitas vezes originários de outros concelhos. Esta situação carece de maior fiscalização, bem como de campanhas de sensibilização em parceria com outras entidades, como as escolas, ou mesmo autarquias vizinhas.

5.4.2 Poluição por Actividades Agrícolas e Pecuárias

O problema principal, apontado no PDM'96, relaciona-se com a pecuária (nomeadamente suinicultura) cujo efeito nocivo se faz sentir nas águas superficiais e subterrâneas e, embora em menor grau nos solos.

As fontes identificadas no PDM'96, como mais significativas, que estavam na origem deste problema, localizavam-se nos seguintes aglomerados:

- Sapataria (matadouro de suínos, abate de aves e pocilga)
- Godeis (criação de suínos)
- Casal do Olival (criação de aves, vacaria)
- Perna de Pau (matadouro de suínos)
- Seramena (criação de suínos, bovinos)
- Caixeiros (aviário)
- Zibreira da Fé (pocilga)
- Casal – Milharado – Mafra (pocilga)
- Barqueira (curral)
- Sobral de Monte Agraço (vacaria)

Atualmente muitas destas explorações encontram-se encerradas, havendo no entanto que avaliar, no desenvolvimento dos trabalhos de caracterização e diagnóstico no âmbito da revisão do PDM, a evolução da situação de cada uma delas, bem como de outras que possam ter surgido, devendo também ser aferidos os sistemas de tratamento associados a estas unidades agro-pecuárias.

O PDM'96 faz também menção aos eventuais efeitos nocivos pela utilização incorreta de pesticidas e adubos, quer a nível de poluição de solo e efluentes quer diretamente na saúde humana.

Todavia percebeu-se uma melhoria significativa desta área, devido a alterações regulamentares e ao encerramento de algumas unidades.

5.4.3 Poluição Industrial

Destilarias e Lagares de Azeite

A poluição ligada à actividade industrial referenciada no PDM'96 relaciona-se essencialmente com actividades conexas com a agricultura: destilarias e lagares de azeite

- As destilarias geram efluentes com elevada carga orgânica, os quais antes de serem lançados na linha de água deverão sofrer um tratamento rudimentar constituído por neutralização e arrefecimento.
- Segundo o PDM, a concentração em matéria orgânica das águas ruças provenientes do fabrico do azeite, é cerca de 100 vezes superior à das águas residuais domésticas.

Atualmente já não existem lagares de azeite nem destilarias pelo que não são fontes de poluição a considerar.

O PDM não faz menção outras atividades industriais geradoras de poluição, devendo esta situação ser revista no decorrer dos estudos de revisão, quer do ponto de vista de localização e inventário, quer de identificação de sistemas de tratamento e eventuais fontes de poluição.

5.4.4 Energias alternativas e renováveis

A orografia do concelho, caracterizado por um relevo modelado e diversificado com formas arredondadas e encostas com declives acentuados, associado à existência de um regime de ventos favorável, conferem ao território um elevado potencial para o desenvolvimento de energia eólica, o que levou a uma elevada procura para a instalação de infraestruturas, há semelhança do que aconteceu na maior parte da região Oeste.

O quadro seguinte evidencia a capacidade instalada no concelho do Sobral, bem como a respetiva localização, sendo evidente a concentração de processos entre 2003 e 2008 e a localização de parques eólicos em diferentes áreas do território.

Tabela 49 – Aero geradores instalados no concelho de Sobral de Monte Agraço

Empreendimentos Eólicos Verde Horizonte S.A.			
Pedregal – S. Quintino	Proc. de Obras n.º 521/2003	Licença de Obras n.º 5/2005	Potência 3 Aerog. c/ MW cada
	Proc. de Obras n.º 1130/2004	Licença de Obras n.º 8/2005	Potência 1 Aerog. c/ 2MW
	Proc. de Obras n.º 544/2008	Licença de Obras n.º 71/2008	Potência 2 Aerog. c/ 2MW
SERE – Sociedade Exploradora de Recursos Elétricos, S.A.			
Montijo – Sobral de Monte Agraço	Proc. de Obras n.º 458/2004	Licença de Obras n.º 1/2005	Potência 1 Aerog. c/ 2MW
Picoto – S. Quintino	Proc. de Obras n.º 745/2008	Licença de Obras n.º 70/2008	Potência 1 Aerog. c/ 2MW
Tecneira – Tecnologias Energéticas S.A.			
Passarinho – Sapataria	Proc. de Obras n.º 233/2005	Licença de Obras n.º 93/2005	Potência 5 Aerog. c/ 2MW cada
Passarinho – Sapataria	Proc. de Obras n.º 222/2006	Licença de Obras n.º 37/2006	Potência - 1 Aerog. c/ 2MW
Vale Cordeiro – Sapataria	Proc. de Obras n.º 907/2006	Licença de Obras n.º 6/2007	Potência - 1 Aerog. c/ 2MW
Monte Agraço – Energias Alternativas Lda.			
Forte do Alqueidão – S. Quintino	Processo de Obras n.º 875/2003	Licença de Obras n.º 118/2004	Potência 5 Aerog. c/3MW

Fonte: C.M.S.M.A: Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA)

A implantação da energia eólica implica a instalação das infraestruturas necessárias, tanto para os projetos no terreno como para o escoamento da energia elétrica gerada, podendo existir restrições à sua localização determinadas por necessidades de defesa de valores naturais, patrimoniais ou outros, ou ainda por estratégias de ordenamento do território em face das diferentes utilizações que lhe podem ser dadas. A dispersão do povoamento também constitui uma limitação, dado que a localização dos parques eólicos obriga ao respeito de

distanciamentos mínimos às habitações por causa do ruído, o que, por vezes, inviabiliza a sua implantação em condições de rentabilidade.

Em face da importância das energias alternativas e do potencial que representa para o concelho a sua instalação, esta terá que ser uma matéria considerada na revisão do PDM'96 sendo fundamental conhecer quais as áreas com maior potencial para aproveitamento energético em condições de rentabilidade. A inexistência desta figura no PDM'96 acarretou elevados problemas para o licenciamento das unidades atualmente instaladas.

6 NOVOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO

6.1 Apreciação Global

O presente relatório procurou caracterizar a execução do PDM'96, bem como o desenvolvimento do território, nos dezassete anos subsequentes à sua entrada em vigor, designadamente, de 1996 a 2013. Da avaliação efetuada, é possível concluir que, nas quase duas décadas que decorreram desde o início do plano, com a definição dos respetivos objetivos estratégicos, foram muitas as transformações que ocorreram.

O concelho de Sobral de Monte Agraço assistiu a um desenvolvimento assinalável associado à dinâmica urbanística e populacional e à melhoria das condições socioeconómicas, educacionais, de disponibilidade de infraestruturas e de equipamentos, criando uma significativa melhoria nas condições de qualidade de vida da população.

A demografia das últimas duas décadas registou um acréscimo de 2.911 indivíduos, o que representa uma variação de 40,2% (13,8% no último período inter-censitário). Fruto deste acréscimo que resultou em grande medida da elevada capacidade de atracção populacional, sobretudo de casais jovens, o concelho de Sobral de Monte Agraço rejuvenesceu a sua estrutura demográfica, contrariando a tendência nacional e regional.

Verificou-se ainda uma alteração significativa do perfil de qualificação da população do concelho, com a redução do analfabetismo e o incremento do nível escolar, se bem que esteja ainda abaixo dos padrões médios europeus.

Como consequência da dinâmica demográfica e da procura de novas habitações assistiu-se a um forte incremento da produção habitacional, expressa pelo elevado aumento de alojamentos familiares e de edifícios.

À data do Recenseamento Geral da População de 2011 existiam no concelho de Sobral de Monte Agraço 4.113 edifícios e 5.297 alojamentos familiares, o que representa um acréscimo, no período em análise, respetivamente de 62,5% e 52,4%.

O uso sazonal, muito significativo na década de 90, perdeu alguma importância nos últimos anos, dada a tendência de passagem de segunda para primeira habitação, num movimento positivo de fixação de novos habitantes.

Pelo contrário, o crescimento do número de fogos vagos, ocorrido na última década, deve merecer uma atenção cuidada, dado que reflete o abandono de algumas habitações, com especial relevância no centro urbano do Sobral de Monte Agraço e em algumas aldeias, podendo gerar uma degradação do parque habitacional.

Em termos de condições existentes nos fogos de residência habitual verifica-se uma melhoria significativa da habitabilidade nos últimos vinte anos, com uma cobertura dos serviços presentes nos alojamentos que se aproxima dos 100% na atualidade.

Na população ativa por sector de atividade, verificou-se uma profunda transformação, ocorrendo uma elevada quebra na agricultura e uma intensa terciarização, acompanhada pela diminuição do peso do sector secundário.

Neste período destaca-se ainda a evolução positiva verificada no aumento da população ativa, que eleva o potencial de efetivos a integrar o processo produtivo, se bem que mais de metade dos residentes no município do Sobral trabalhe noutra concelho, o que é consequência da tendência de afirmação do município como um local para residir, de uma população que trabalha na proximidade ou mesmo em Lisboa.

A nível empresarial verifica-se uma redução do número de unidades e uma dificuldade de atrair e fixar empresas de maior dimensão, comprovada pelo reduzido dinamismo das zonas industriais. Das zonas industriais propostas no PDM'96 apenas foi infraestruturada e loteada parte da zona de expansão da Espinheira. As restantes não avançaram. Esta dificuldade de captação de investimento pode ser justificada, em parte, pela não concretização do IC 11 que condicionou a acessibilidade à área Nordeste do Concelho e ao centro urbano do Sobral, bem como o desenvolvimento da Zona Industrial de Seramena.

Por sua vez, a concretização do A8, veio introduzir renovadas condições de acessibilidades e novas dinâmicas territoriais, resultado da crescente proximidade a Lisboa, o que se traduziu na forte dinâmica urbanística e populacional na área Sudoeste do Concelho.

A zona da Sapataria, que se localiza próximo do nó de acesso, foi aquela onde ocorreu uma maior dinâmica, que extravasou largamente o previsto no PDM'96. Por sua vez Pero Negro, teve um crescimento abaixo das expectativas.

No período em análise, assistiu-se a uma larga melhoria da cobertura de equipamentos e das condições de infraestruturas básicas e de suporte à qualidade de vida, algumas não diretamente relacionadas com as propostas do PDM'96, mas que resultaram da vontade de dar resposta às necessidades da população ou da alteração de medidas de política sectorial.

O abastecimento de água teve um elevada melhoria, tendo-se verificado um aumento do nível de cobertura a todos os aglomerados. A drenagem de águas residuais e respetivo tratamento aumentou significativamente a cobertura. A recolha de resíduos sólidos alargou-se de forma extensiva a todo o território do concelho. Conclui-se que a atuação nestes domínios foi largamente positiva, assegurando assim a sua contribuição para uma melhoria da qualidade ambiental do Concelho.

Em relação à análise sobre a Rede Viária interna, a ausência de um banco de dados atualizado das infraestruturas viárias, situação já detetada no PDM'96, dificulta a gestão e planeamento das vias e a aferição da sua evolução ao longo deste período. No entanto a deslocação pelas vias do concelho evidencia que, não obstante as permanentes obras de conservação e manutenção, estas, nalguns locais (sobretudo a Nordeste) apresentam alguma degradação, essencialmente na ligação entre os pequenos aglomerados. Esta manutenção é dificultada pela elevada densidade viária e condições orográficas do concelho.

No que refere à avaliação dos níveis de execução do PDM'96, foram diversas as condicionantes à sua concretização, dadas as características típicas de PDM's de primeira geração, nos quais:

- a. Era evidente alguma fragilidade da reflexão estratégica que dificultou a criação de um conceito/estratégia de suporte ao modelo de estruturação territorial;
- b. Os mecanismos de produção de cartografia eram insipientes, não estando ainda disponíveis Sistemas de Informação Geográfica, ferramenta essencial para a produção de cartografia digital, atualização e georreferenciação de base de dados, bem como para a gestão e monitorização do plano.

Os principais problemas colocados à gestão urbanística prendem-se em grande medida com a natureza e a escala da cartografia apresentada. As peças desenhadas à escala 1:25.0000, sobre uma cartografia desatualizada (cartas militares), num território marcadamente rural, com alterações fisiográficas relevantes e a proliferação de pequenos aglomerados, criam dificuldades à compreensão dos limites rigorosos de zonamento, verificando-se assim:

- Dificuldade de compreender a carta de Ordenamento;
- Dificuldade de leitura das delimitações da REN e da RAN;
- Dificuldade de interpretar os perímetros urbanos dos aglomerados de nível IV.

A avaliação da dinâmica urbana, efetuada com base na evolução dos alvarás de obra emitidos e dos alvarás de licenciamento, evidenciou a forte atividade construtiva, a maioria destinada a fins habitacionais ocorrida essencialmente até 2008. A dinâmica mais elevada ocorreu na vila do Sobral e em Sapataria, embora seja evidente uma pulverização um pouco por todo o território, com a edificação, por vezes, em espaços fora do perímetro urbano.

Na revisão do PDM'96, que terá ao dispor cartografia digital e um sistema de informação geográfico mais eficaz, é fundamental reavaliar as futuras necessidades de expansão dos perímetros urbanos com base em critérios rigorosos e numa programação detalhada, especificando-se que espaços livres e edificados são efetivamente necessários para o desenvolvimento estratégico do concelho de Sobral de Monte Agraço nos próximos anos.

6.2 Opções Estratégicas do PROTOVT

A estratégia e a proposta de revisão do PDM deverão integrar e compatibilizar o conteúdo da política municipal de ordenamento do território, de urbanismo e demais políticas urbanas, com as orientações estabelecidas pelos Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito superior. Nessa medida, não podem deixar de ser levadas em linha de conta os quatro eixos estratégicos (e respetivos objetivos) do PROTOVT que seguidamente se expõe:

Eixo Estratégico 1 - Ganhar a Aposta da Inovação, Competitividade e Internacionalização

- **Renovar o modelo de crescimento económico**, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo pólos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em *clusters* ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da actividade económica em centros urbanos.
- **Apostar na qualificação territorial** através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agro-alimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.
- Potenciar a **utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes** ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros pólos/equipamentos relevantes.
- **Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo**, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes.
- **Apostar na qualificação humana**, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.

Eixo Estratégico 2: Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental

- Proteger e **valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais** através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.
- Apostar no **desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer**, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estructurem a procura dos produtos culturais regionais.
- Potenciar o **aproveitamento das atividades agrícolas, florestais**, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agro-florestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.
- Dar continuidade à aposta no **aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia** através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.
- Identificar a **distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais** no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura.

Eixo Estratégico 3: Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana

- Reforçar e **consolidar os subsistemas urbanos regionais**, mitigando a dicotomia litoral/ interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.
- Apostar na **qualificação dos centros urbanos** através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas. e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade.
- Apostar em **formas de turismo alternativas**, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.
- Apostar na **qualificação dos recursos humanos**, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.

Eixo Estratégico 4: Descobrir as novas ruralidades

- Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a **competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agro-pecuária**, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.
- Requalificar e **consolidar a agricultura de regadio**, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.
- Inovar ao nível da **articulação urbano-rural**, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.

6.3 Novos objetivos de desenvolvimento

Ao longo do período de vigência do PDM'96 foram profundas as alterações das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, bem como de muita legislação de enquadramento, o que implica o redireccionamento dos objectivos de desenvolvimento do concelho, de forma a fazer face a novos e exigentes desafios.

Com efeito, as alterações introduzidas na programação do solo, a necessidade de definição de uma estrutura ecológica municipal, a maior consciencialização sobre as questões sociais e ambientais, são abordagens que requerem uma nova estratégia de intervenção dos processos de planeamento e de gestão do território.

Por outro lado, ao contrário do que ocorreu aquando da elaboração do PDM'96, existe agora um conjunto de instrumentos de gestão territorial e de documentos de orientação estratégica de âmbito nacional e regional, que balizam e devem orientar a revisão do Plano. Neste campo

o PROTOVT, atrás mencionado, assume particular importância pela visão, estratégia e modelo territorial que propõe para a região Oeste.

A “Estratégia de Desenvolvimento Territorial”, que seguidamente se expõe, de modo sumário, reequaciona os objetivos de desenvolvimento do concelho, considerando todos os fatores de mudança expostos ao longo do presente documento bem como o novo contexto de enquadramento nos mecanismos e instrumentos de política previstos nos níveis de governação europeu, nacional e regional para o período de 2014 a 2020.

A definição desta "Estratégia de Desenvolvimento Territorial" decorreu de um diagnóstico prospetivo aprofundado e de um processo de reflexão interna, com o executivo e técnicos do município, através da realização de quatro workshops temáticos de *design thinking* na perspetiva de marketing territorial participado e sustentável. A partir desta reflexão estratégica, estabeleceu-se: uma Visão Prospetiva; quatro Finalidades ou Objetivos, e; três Domínios Estratégicos que incorporam os “novos objetivos de desenvolvimento” da “Estratégia de Desenvolvimento Territorial”, que funciona em articulação com o PROTOVT.

Estas linhas de desenvolvimento deverão constituir o ponto de partida para a definição da estratégia de revisão do PDM. Não obstante, a possibilidade de se efetuar algum ajustamento, decorrente de um processo posterior de reflexão e participação - alargada e aberta à sociedade civil e com as forças vivas da região (de forma a garantir a incorporação das principais preocupações e interesses da comunidade).

A estratégia de atuação, deverá, igualmente constituir-se como uma matriz de referência para toda a atuação no Concelho, que obviamente não se esgota na elaboração do PDM e que se prevê dinâmica, processual e flexível.

A Visão Prospetiva refletida e assumida para o Concelho no âmbito deste trabalho, considera, de modo integrado, as perspetivas de desenvolvimento demográfico, social, económico, ecológico/ambiental, territorial, cultural, político e institucional, numa matriz que realça o valor identitário diferenciador do concelho na fronteira da Área Metropolitana de Lisboa. É definida do seguinte modo:

Visão Prospetiva: Sobral 2020 – Um concelho Inteligente, Sustentável e Inclusivo, em que o Humanismo é um padrão de orientação e a Harmonia é uma busca contínua.

Nesta abordagem, perspetiva-se:

- **Um concelho onde** no centro de tudo estão AS PESSOAS e a COMUNIDADE, garantindo qualidade de vida e a inclusão integral de todas as gerações.
- **Um concelho capaz** de manter a identidade, valorizar o património e a tradição, num território entre o Oeste e o Ribatejo, às portas de Lisboa, potenciando as oportunidades de inovação e aventura oferecidas pelas amenidades rurais.
- **Um concelho com** oferta territorial diferenciadora, a partir de um sistema produtivo agro-florestal sustentável, onde se desenvolve um renovado espírito criativo, empreendedor e responsável, com um forte sentido de inovação tecnológica, artística e criativa, associada à qualificação contínua do tecido produtivo e da população.

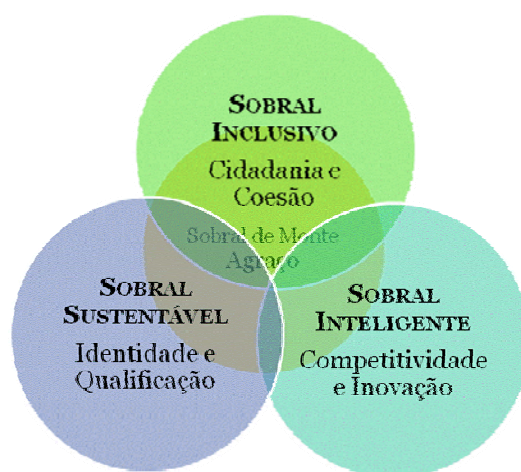
Decorrente desta visão, sem prejuízo de uma maior clarificação e discussão, resultante da Participação Pública a que alude o nº2 do artº 77º do DL 46/09, de 20 de Fevereiro, e dos mecanismos de discussão e participação alargada a desenvolver no âmbito da validação e concretização da Estratégia “Sobral 2020”, surgem como determinantes para o enquadramento do processo de revisão do PDM, as seguintes finalidades ou grandes objetivos de desenvolvimento:

- **MANTER A IDENTIDADE TERRITORIAL** – Porque se considera que a matriz identitária do Concelho é o elo fundamental da ligação entre gerações diferentes de um mesmo território e da preservação de valores humanistas e solidários que estão na base da efetiva inclusão dos cidadãos na comunidade. Esta identidade, no interface cultural entre o Oeste e o Ribatejo, visível nas paisagens e no património edificado, relatada nas histórias, incorporada nas tradições e na cultura local, tem aspetos simbólicos únicos e de valor que permitem reforçar a construção coletiva de novas comunidades e ruralidades. A identidade territorial existente tem um forte potencial de alimentação da inovação criativa ligada a novos empreendedorismos, novas oportunidades e vivências. A identidade territorial é também uma mais valia diferenciadora em processos de comunicação externa e de afirmação do território. Por estes motivos esta finalidade funciona como o ponto de partida do processo de desenvolvimento desta comunidade local.
- **PROMOVER A SAÚDE e BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO** – Porque se considera-se que a saúde (o máximo bem-estar físico, psicológico e social do indivíduo na comunidade) é o elemento chave de medição da qualidade de vida de um território, sendo, por esse motivo, o principal alicerce de uma comunidade sustentável em contínuo progresso, estendendo-se às áreas do desporto, do lazer, do cuidado aos mais necessitados, do apoio às pessoas com dificuldades motoras, do acesso à informação e à educação (nomeadamente para os hábitos saudáveis e as práticas de cidadania ativa no seio de uma comunidade segura e saudável). Nesta medida esta é a segunda finalidade que se preconiza para a qualificação e desenvolvimento sustentado do Concelho de Sobral de Monte Agraço, estando na base da terceira finalidade.
- **PROMOVER A SUSTENTABILIDADE INTEGRAL** – Considera-se que a sustentabilidade dos níveis de qualidade de vida, progressivamente melhores, atingidos neste território são apenas possíveis num contexto de busca contínua da inclusão dos cidadãos, ouvindo-os, envolvendo-os e promovendo a sua participação ativa nos processos de decisão e de aprendizagem coletiva (independentemente das suas condições económicas). Resultam de um processo de desenvolvimento integrado, com equilíbrios sistémicos e dinâmicos, entre as diversas dimensões como a natureza, a cultura, a sociedade, a economia e a política que importa preservar e melhorar. Esta finalidade serve de suporte para a inovação e a competitividade do Concelho num horizonte regional e nacional.
- **FOMENTAR A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO** – Considera-se que todo o processo de desenvolvimento territorial deste concelho poderia desaproveitar as elevadas condições de localização, de patrimónios, de condições identitárias, de qualidade de vida e de sustentabilidade se não existisse esta finalidade que, por um lado, permite gerar novas dinâmicas de valorização e novos processos de afirmação e emancipação, dos indivíduos e das organizações locais, por outro, cria as condições favoráveis para a emergência de uma atitude empreendedora e responsável, capaz de traçar novos rumos e enfrentar desafios

muito para além dos limites do Concelho e do tempo (de crise) que se vive no contexto nacional.

Estas finalidades concretizam-se a partir do fomento da transparência e da participação, com a preocupação de articular e trabalhar em rede, com diversos parceiros, através de processos e projetos empreendedores, inovadores e criativos, realizados em torno de 3 domínios estratégicos:

- **SOBRAL INCLUSIVO** – em que a Cidadania e a Coesão são os elementos chave;
- **SOBRAL SUSTENTÁVEL** – Em que a Identidade e a Qualificação são os elementos chave;
- **SOBRAL INTELIGENTE** – Em que a Competitividade e a Inovação são os elementos chave.



Estes domínios sintetizam as linhas de força que poderão nortear o desenvolvimento do concelho. Formam um todo integrado, articulado e sinérgico, que pretende qualificar a imagem e a atratividade do território para investidores, visitantes e turistas, numa atitude de Marketing Territorial Participado e Sustentável.

Cada um dos Domínios Estratégicos de Intervenção referidos anteriormente integra um conjunto coerente de objetivos estratégicos a que o PDM deverá dar resposta, devendo incorporar ao mesmo tempo, de forma dinâmica, um conjunto de Programas, Ações e Projetos capazes de enquadrar as prioridades de política e de financiamento do próximo período de programação dos Fundos Estruturais.

Seguidamente expõe-se os objetivos de cada um dos domínios.

SOBRAL INCLUSIVO – Cidadania e Coesão

- **Promover a dignidade humana e a saúde integral** (o máximo bem-estar físico, psicológico e social) para todos os cidadãos.
- **Garantir a oferta** de serviços qualificados de apoio à infância, família e à terceira idade.
- **Desenvolver a educação** para a cidadania responsável e ativa e a qualificação dos cidadãos.
- **Dinamizar projetos de promoção de inclusão** e de criação de emprego inclusivo.
- **Promover a diversidade** sócio- cultural e artística.
- **Reforçar as parcerias** locais e as redes sociais

SOBRAL SUSTENTÁVEL - Identidade e Qualificação

- **Manter a matriz marcadamente rural** do concelho, consolidando a sua identidade e melhorando a sua visibilidade.
- **Afirmar a vila do Sobral** como centro urbano relevante, capaz de criar condições para a dinamização da atividade económica local, a fixação de população, sobretudo jovem, e o desenvolvimento de funções fundamentais para a coesão territorial e a consolidação das redes de proximidade.
- **Desenvolver as aldeias** como bases de uma rede de proximidade e como âncoras de desenvolvimento do espaço rural envolvente, promovendo a regeneração rural integrada, combinando lazer com inovação agro-pecuária e turismo rural.
- **Promover o ordenamento (rural e urbano) e a reabilitação** dos espaços construídos, desenvolvendo estratégias de requalificação que contemplem a participação das comunidades e a mobilização de outros atores.
- **Reforçar e melhorar as condições de circulação** interna e a acessibilidade com o exterior.
- **Promover uma estruturação equilibrada do território** que valorize as complementaridades entre espaços rurais e urbanos.
- **Valorizar o património natural, rural e paisagístico** criando condições de visitação, sustentabilidade e de usufruto.
- **Promover o adequado ordenamento agro-florestal** promovendo a sustentabilidade e multifuncionalidade dos espaços agrícolas e florestais.

SOBRAL INTELIGENTE - Competitividade e Inovação

- **Dinamizar a criação de infraestruturas avançadas de telecomunicações** e sistemas de acesso ao e-business que aumente o potencial de atratividade territorial.
- **Qualificar e valorizar as Zonas Industriais existentes** e o tecido económico instalado.
- **Programar e dinamizar “espaços de negócios”** para acolhimento de atividades económicas de pequenas e médias empresas.
- **Promover o empreendedorismo responsável**, de pequena escala, baseado na criatividade e inovação.
- **Dinamizar a criação de emprego inovador**, nomeadamente nos sectores agrícola, do turismo, da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida.
- **Criar redes privilegiadas de inovação** com os atores (internos e externos) designadamente com universidades e centros de investigação.

A perspetiva de desenvolvimento traçada encontra elevados níveis de articulação com o **PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo)**, Instrumento de Gestão do Território que dá orientações para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, distinguindo-se, no entanto, do planeamento físico tradicional pela forte componente estratégica que encerra.

A ambição prospetiva para o Oeste e Vale do Tejo consubstancia-se em quatro opções estratégicas de base territorial, que se articulam com os três domínios definidos da "Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sobral 2020".

Tabela 50 - Articulação entre os Domínios Estratégicos da Estratégia «Sobral 2020» e os Eixos Estratégicos do PROTOVT

Eixos Estratégicos Proposta PROTOVT Domínios Estratégicos Sobral 2020	Eixo 1 Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	Eixo 2 Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental	Eixo 3 Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana	Eixo 4 Descobrir as novas ruralidades
SOBRAL INCLUSIVO				
SOBRAL SUSTENTÁVEL				
SOBRAL INTELIGENTE				

Legenda: Relação Forte:  Relação Média:  Relação Fraca: 

Assim constata-se que os Domínios Estratégicos de "Sobral 2020" contribuem do modo que se segue para a concretização das opções traçadas para o futuro da Região Oeste e Vale do Tejo.

- O Domínio «**SOBRAL INCLUSIVO – cidadania e coesão**», desenhado para garantir a melhoria contínua da qualidade da população, tem uma relação média e relevante com os eixos estratégicos 2, 3 e 4 do PROTOVT. Refira-se a este propósito que o documento de carácter regional não define nenhum eixo estratégico específico para a temática da

qualidade de vida da população ou a inclusão, mais difícil de territorializar, assumindo que estes objetivos resultam do desenvolvimento integrado dos vários eixos.

- O Domínio «**SOBRAL SUSTENTÁVEL - Identidade e Qualificação**» integra, com uma forte relação, os eixos estratégicos 2, 3 e 4 do PROTOVT, possuindo alguma articulação relevante (considerada de nível médio) também com o eixo 1 do PROTOVT, no seguinte modo:
 - O eixo estratégico 1 do PROTOVT, na medida em que se refere essencialmente à componente de valorização económica, contribui de algum modo para a dimensão de qualificação do Concelho que orienta este domínio estratégico;
 - O eixo estratégico 2 do PROTOVT (Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental) tem expressão nos objetivos de: «Valorizar o património natural, rural e paisagístico criando condições de visitaçã, sustentabilidade e de usufruto» e «Promover o ordenamento (rural e urbano) e a reabilitaçã dos espaços construídos, desenvolvendo estratégias de requalificaçã que contemplem a participaçã das comunidades e a mobilizaçã de outros atores»;
 - O eixo estratégico 3 do PROTOVT (Concretizar a visã policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana) tem expressã nos objetivos de: «Reforçar e melhorar as condições de circulaçã interna e a acessibilidade com o exterior», «Promover uma estruturaçã equilibrada do território que valorize as complementaridades entre espaços rurais e urbanos.», «Afirmar a vila do Sobral como centro urbano relevante, capaz de criar condições para a dinamizaçã da actividade económica local, a fixaçã de populaçã, sobretudo jovem, e o desenvolvimento de funções fundamentais para a coesã territorial e a consolidaçã das redes de proximidade»;
 - O eixo estratégico 4 do PROTOVT (Descobrir as novas ruralidades) tem expressã direta nos objetivos de «Manter a matriz marcadamente rural do concelho, consolidando a sua identidade e melhorando a sua visibilidade» e «Desenvolver as aldeias como bases de uma rede de proximidade e como âncoras de desenvolvimento do espaço rural envolvente, promovendo a regeneraçã rural integrada, combinando lazer com inovaçã agro-pecuária e turismo rural»;
- O Domínio «**SOBRAL INTELIGENTE - Competitividade e Inovaçã**» expressa-se em concordância com o eixo estratégico 1 do PROTOVT (Ganhar a Aposta da Inovaçã, Competitividade e Internacionalizaçã), com o qual estabelece uma forte relaçã de articulaçã, e possui uma relaçã considerada média com os eixos 3 e 4 nas componentes de estruturaçã territorial e valorizaçã da qualidade de vida urbana, bem como na inovaçã a partir das novas ruralidades.

Com a orientaçã definida por esta “Estratgia de Desenvolvimento Territorial”, o futuro PDM deverã contribuir para que o Concelho seja capaz de apresentar uma oferta integrada para residentes, investidores, visitantes e turistas:

aos residentes (habitar e viver):

- Boa qualidade das estruturas e infraestruturas básicas de qualidade de vida

- Boas condições de acesso às ofertas sociais, de saúde e educação a todos os públicos
- Boas condições de acesso físico e digital
- Boas condições de uso da biblioteca, cineteatro, piscinas, e de outros serviços municipais indutores de inclusão socioeconómica e cultural
- Oferta educativa alargada, garantindo elevadas condições de acessibilidade a todos os seus residentes

aos investidores:

- Boas acessibilidades rodoviárias, em bom estado
- Boas acessibilidades digitais
- Apoio no desenvolvimento de redes, parcerias e processos de negócio
- Oportunidade de instalação para micro-empresas em áreas especificamente preparadas para o efeito
- Mais valias de localização
- Boas condições de criação de emprego e de formação em articulação com diversas entidades dos sectores empresarial e do ensino superior ou investigação e desenvolvimento

aos visitantes e turistas:

- Boas condições de usabilidade do património, nomeadamente dos percursos pedestres e do rio Sizandro, numa ótica de promoção da saúde, do bem-estar e da educação cívica e ambiental
- Boas condições de visitação e de consumo de produtos e de serviços baseados no património local (designadamente, o dos recursos associados às Linhas de Torres) e no turismo para a 3ª idade
- Animação turística e oferta diversificada de atividades de aventura e lazer, com componentes artística, criativa e de inovação em espaço rural
- Experimentação da gastronomia e da tauromaquia, «marcadores identitários» deste concelho, participando em feiras temáticas e outros eventos de cariz identitário local

Com esta abordagem estratégica, pretende-se desenvolver um conjunto de dinâmicas territoriais que, devidamente enquadradas pelo PDM, permitam a atracção e fixação de pessoas e recursos estruturais para a melhoria contínua das condições de qualidade de vida dos cidadãos, de visitação e de turismo, bem como de investimento e instalação de negócios num processo de revitalização e revalorização contínua do território.

7 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOTAR

A inclusão da temática da **sustentabilidade no PDM representa a introdução de novas preocupações no planeamento urbano, de forma a garantir que o processo de desenvolvimento** das comunidades, das suas atividades e do território abrangido, se processa de modo equilibrado e inserido num quadro **duradouro de gestão dos recursos**.

Os critérios de sustentabilidade encontram-se ligados às **estratégias e linhas de acção** definidas para o território e às **dinâmicas territoriais** que se pretendem estabelecer no âmbito do mesmo, nessa medida deverão estar em articulação com a estratégia definida para o município.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem implícito o “compromisso de solidariedade com as gerações futuras”, refere-se a um modo de desenvolvimento capaz de responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de crescimento das gerações vindouras.

As abordagens a nível de sustentabilidade urbana têm vindo a ganhar peso, através de um conjunto diverso de iniciativas, projetos e programas a nível internacional e europeu, como a Carta de Alborg (1994), a iniciativa “Cidades Europeias Sustentáveis”, a Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis ou a definição de Agendas XXI Locais, entre outros.

A nível dos Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território, nomeadamente nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, a temática da sustentabilidade ainda está a dar os primeiros passos, não obstante a introdução da obrigatoriedade da “Avaliação Ambiental Estratégica”, que constitui um processo contínuo e sistemático de identificação e avaliação das consequências ambientais de um determinado plano ou programa.

Um Plano Diretor Municipal é um documento regulamentador do planeamento e ordenamento do território que traduz e torna explícitos os objetivos, diretrizes e normas de desenvolvimento para o município, cruzando várias políticas e programas num horizonte de médio prazo (cerca de 10 anos). A sua aplicação tem fortes implicações na gestão do território e na qualidade de vida da população, o que torna inevitável o desenvolvimento de critérios orientadores sólidos que coloquem a “sustentabilidade” no cerne das questões a ponderar.

A “sustentabilidade” resulta do cruzamento das múltiplas variáveis de um sistema complexo, dinâmico e integrado. No município do Sobral de Monte Agraço, a sustentabilidade do PDM que entrará em revisão, estará associada a um conjunto de factores críticos e de critérios de sustentabilidade que poderão servir de base para a elaboração de um sistema de monitorização e avaliação a criar no âmbito deste instrumento de gestão.

Tal entendimento implica que desde as etapas de desenvolvimento programático da revisão do PDM, até à sua implementação, se avalie em que medida o Concelho se encontra preparada para dar resposta às exigências das várias dimensões de sustentabilidade.

No âmbito deste PDM, a sustentabilidade pode ser analisada em dois patamares complementares.

Por um lado, no que se refere às suas dimensões estruturais, considerando as de carácter sociocultural, ambiental (relacionada com os ecossistemas naturais e a utilização de recursos não renováveis), territorial (relacionada com as componentes não naturais da paisagem) e económica.

Por outro, no que se refere à sustentabilidade operacional, considerando as dimensões da tecnologia, das finanças e da componente político-institucional.

Para que a avaliação da sustentabilidade possa ser mais rigorosa, considerou-se relevante esclarecer o que se entende por cada uma destas dimensões, neste contexto. Assim, nas **dimensões de sustentabilidade estrutural** considerou-se:

- **Sustentabilidade sociocultural** – considera que o território deve oferecer oportunidades de inclusão e promover a coesão social; criando igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais, bem como à educação e ao emprego. Esta dimensão integra ainda a valorização dos recursos patrimoniais (no respeito pelo equilíbrio entre tradição e inovação), com dinamização da criatividade e a diversificação da oferta cultural. Esta sustentabilidade é mais facilmente garantida através da dinamização de processos inclusivos de participação e de cidadania activa.
- **Sustentabilidade Ambiental** (relaciona-se com os ecossistemas naturais e utilização de recursos não renováveis) – considera a preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não-renováveis; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras para proteção ambiental.
- **Sustentabilidade Espacial ou Territorial** – considera a procura do equilíbrio na configuração rural-urbana, um ordenamento integrado e uma melhor distribuição territorial da dinâmica urbana e das atividades económicas; melhorias no ambiente urbano, designadamente na vila do Sobral de Monte Agraço; superação das disparidades internas e inter-regionais e a elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
- **Sustentabilidade Económica** – relaciona-se com a preparação do Concelho para fazer face às exigências do sistema económico, assente na qualidade dos recursos humanos, na competitividade das empresas, nos apoios infraestruturais e funcionais ao sistema económico e na capacidade de relacionamento e inserção na economia regional, nacional e, eventualmente, internacional.

Nas **dimensões de sustentabilidade operacional** são considerados:

- **Sustentabilidade Tecnológica** – relaciona-se com os processos de inovação tecnológica e digital que se afirmam como alicerces estruturais da efetivação da estratégia e do PDM, do tratamento e da partilha de informação.
- **Sustentabilidade Financeira** – relaciona-se com a capacidade de aproveitar e gerir os recursos financeiros disponíveis, visando a eficácia e sustentabilidade das atividades, dos processos e das dinâmicas territoriais enquadradas no futuro PDM.
- **Sustentabilidade Político-institucional** – relaciona-se com a capacidade política e institucional (nacional, regional e local) para a implementação do plano e com o desenvolvimento de relações de parceria. Compreende a estrutura e funcionamento das instituições incluindo instituições do Estado; organizações não governamentais da Sociedade Civil (ONG) e empresas.

Estas dimensões de sustentabilidade poderão dar origem a **Critérios de Sustentabilidade**, que poderão alimentar a criação de indicadores e metas, bem como enquadrar a escolha dos fatores críticos de sustentabilidade. Assim, como grandes critérios de sustentabilidade a adotar, apresentam-se, a título indicativo, os que se sintetizam nos quadros seguintes.

Dimensão	Crítérios de sustentabilidade estrutural
Sócio-Cultural	<p>Satisfação das necessidades básicas (habitação, saúde, educação, emprego)</p> <p>Promoção da participação cívica e do associativismo</p> <p>Promoção do emprego e empregabilidade</p> <p>Divulgação do Património nomeadamente associado às Linhas de Torres</p> <p>Valorização das Tradições e promoção da Identidade Cultural e do Sentimento de Pertença</p>
Ambiental	<p>Protecção do solo com diferentes aptidões</p> <p>Utilização de energias renováveis</p> <p>Uso racional da água</p> <p>Eficácia dos Sistema de Abastecimento e Tratamento da Água para Consumo</p> <p>Eficácia dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais</p> <p>Eficácia dos Sistema de Gestão de Resíduos</p> <p>Concretização da estrutura ecológica</p> <p>Minimização dos níveis de poluição</p>
Espacial ou Territorial	<p>Qualificação do património histórico e construído</p> <p>Desenvolvimento de espaços qualificados de relação e convívio</p> <p>Integração das áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento territorial das áreas urbanas</p> <p>Potenciação da multifuncionalidade dos espaços rurais</p> <p>Contenção dos perímetros urbanos e áreas de expansão</p> <p>Conservação e reabilitação do património natural, rural e urbano</p> <p>Promoção da mobilidade sustentável e do transporte colectivo</p> <p>Melhoria das acessibilidades</p> <p>Definição de estrutura ecológica municipal</p> <p>Uso e ocupação do solo sustentável</p>
Económica	<p>Reforço da competitividade do tecido produtivo local</p> <p>Diversificação económica com integração entre sectores produtivos e crescimento das trocas internas</p> <p>Criação de Espaços de Encontro e de Fomento de Negócios</p> <p>Dinamização de Equipamentos/Infraestruturas para Acolhimento e Apoio de Actividades Económicas</p> <p>Fomento da ligação a Instituições de Investigação / Inovação Tecnológica</p> <p>Acessibilidades digitais garantidas em pontos fulcrais do território, designadamente em sistemas de banda larga fiáveis.</p>

Dimensão	CrITÉrios de sustentabilidade operacional
Tecnológica	<p>Digitalização dos processos de comunicação dentro das autarquias e das autarquias com os seus interlocutores</p> <p>Existência de informação digital sobre o território (designadamente no âmbito de SIG) disponível, mobilizável e partilhável de modo simples e universalmente acessível, com garantia de segurança de dados e de diferentes níveis de acesso</p>
Financeira	<p>Sistema de gestão financeira da autarquia agilizado, flexível, de acordo com as condicionantes legais existentes</p> <p>Acesso a fundos estruturais de desenvolvimento no âmbito dos financiamentos comunitários, nacionais e regionais.</p> <p>Diversificação de fontes de receitas para projectos e serviços oferecidos em parceria</p>
Político-institucional	<p>Potencial de concertação estratégica ao nível regional e sub-regional</p> <p>Modernização das autarquias e organização de acordo com padrões de gestão e liderança ao nível dos melhores padrões de desenvolvimento organizacional para pequenas e médias organizações</p> <p>Reforço da dimensão de apoio ao desenvolvimento económico do concelho e à captação de recursos</p> <p>Qualidade de comunicação interna, de motivação e comprometimento de todos os recursos humanos (dirigentes e técnicos) no projecto de desenvolvimento da autarquia ao longo do processo de concretização do PDM</p> <p>Qualidade do relacionamento e da comunicação externa</p> <p>Promoção de processos de participação nas tomadas de decisão dos projectos de desenvolvimento territorial e dos instrumentos de gestão territorial</p> <p>Transparência nos processos de tomada de decisão e da gestão</p>

8 O PROCESSO DE REVISÃO DO PDM

8.1 Fases e peças essenciais

De forma a orientar o desenvolvimento dos trabalhos apresentamos as várias fases e peças, essenciais para a concretização de um Plano Diretor Municipal, tendo por base a legislação em vigor. Apresenta-se também uma proposta de calendarização de 24 meses, que resulta do cruzamento normas de procedimentos com os prazos específicos da legislação em vigor e com o tempo considerado razoável tendo em conta o conhecimento do que são estes processos, muito embora esta possa sofrer alterações pelo facto de se encontrar dependente de um conjunto diverso de fatores e de procedimentos, nem sempre controláveis pela equipa de projeto.

FASES	PRINCIPAIS MOMENTOS	
FASE 1 - DELIBERAÇÃO DE INÍCIO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ACORDO COM RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA	<p>a) O documento de Deliberação deverá indicar:</p> <ul style="list-style-type: none">• O prazo para a respetiva elaboração;• Sujeição do PDM a Avaliação Ambiental Estratégica;• O período de participação preventiva, não inferior a 15 dias, para a formulação de sugestões e apresentação de informações pelos interessados sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração. <p>b) A Deliberação de início de Revisão do Plano Diretor Municipal deverá contemplar, ainda, um Relatório de Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal em vigor e de identificação dos principais fatores de evolução do município, incidindo sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">• Níveis de execução do Plano, nomeadamente Ocupação do solo, Compromissos urbanísticos, Reservas disponíveis de solo urbano, Níveis de infraestruturização, Equipamentos, Acessibilidades, Condicionantes;• Fatores de mudança da estrutura do território;• Definição de novos objetivos de desenvolvimento e identificação dos critérios de sustentabilidade. <p>c) Constituição da Comissão de Acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Reunião preparatória com a CCDR para definição das entidades que integram a Comissão de Acompanhamento;• CCDR assegura a publicação da Comissão de Acompanhamento.	2 MESES
FASE 2 - DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA O MUNICÍPIO	Definição do quadro estratégico para o desenvolvimento do território do município.	2 MESES

FASES	PRINCIPAIS MOMENTOS	
<p>FASE 3 – FASE DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO</p>	<p>PLANO DIRETOR MUNICIPAL</p> <p>Estudos de Caracterização, incidindo sobre os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Enquadramento Regional</u>, no Oeste e no relacionamento com a Área Metropolitana de Lisboa Norte, e identificação dos principais IGT; • <u>Caracterização Biofísica e Climática</u>, onde se inclui Paisagem, Solos, entre outros; • <u>Caracterização Ambiental</u>, como por exemplo resíduos, qualidade do ambiente sonoro e riscos naturais e tecnológicos; • <u>Ocupação atual do solo e povoamento</u>; • <u>Caracterização sociodemográfica</u>, onde se inclui igualmente o parque habitacional e as projeções demográficas; • <u>Caracterização socioeconómica</u>, onde será abordada a estrutura económica, qualificação económica e da população, movimentos pendulares, ...; • <u>Sistema urbano</u>; • <u>Equipamentos</u>; • <u>Infraestruturas</u>; • <u>Acessibilidades e transportes</u>; • <u>Património</u>. <p>AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA</p> <p>A primeira fase da AAE, que coincide com os estudos de caracterização do processo de revisão do PDM, estrutura-se em três momentos metodológicos (DGOTDU, 2008):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção do quadro de referência relativo a outros planos e programas, com os quais o PDM se deve compatibilizar; • Definição do âmbito e dos objetivos da AAE, bem como dos factores ambientais que estruturam a avaliação estratégica, apoiada em critérios e indicadores dedicados; • Implementação do processo de consulta e acompanhamento das entidades com responsabilidades nas diferentes áreas de intervenção do PDM, para aferição do âmbito, objectivos e factores ambientais e respectivos critérios e indicadores. <p>RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL</p> <p>Estudos para a elaboração da Reserva Ecológica Nacional Bruta, ou seja, identificação dos vários sistemas e da sua ocorrência, de acordo com o Decreto-Lei 166/2008, de 22 de Agosto.</p> <p>RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL</p> <p>Delimitação a elaborar em articulação com a Direção Regional de Agricultura e Pesca de Lisboa e Vale do Tejo.</p>	<p>7 MESES</p>

FASES	PRINCIPAIS MOMENTOS	
FASE 4 - MODELO TERRITORIAL	<p>PLANO DIRETOR MUNICIPAL O modelo territorial traduz o esquema global de ordenamento município e reflete as orientações da estratégia de desenvolvimento, e é apresentado, em termos genéricos entre os Estudos de Caracterização e a Proposta de Plano Diretor Municipal.</p> <p>AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA Em articulação com o momento de construção do Modelo Territorial do PDM, o processo de AAE deve procurar identificar os efeitos significativos e as alternativas seguindo quatro momentos metodológicos (DGOTDU, 2008):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar as tendências de evolução e de desenvolvimento territorial; • Identificar as ações ou intervenções a desenvolver que possam ter efeitos significativos no ambiente; • Analisar os pontos de vista e comentários relevantes dos grupos representativos dos diferentes interesses; • Identificar estratégias e soluções alternativas de desenvolvimento territorial; • Reanalisar as opções inicialmente consideradas na definição do âmbito da AAE; • Escolher as melhores estratégias e soluções de desenvolvimento territorial. 	2 MESES

FASES	PRINCIPAIS MOMENTOS	
<p>FASE 5 – PROPOSTA DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL</p>	<p>A Proposta de PDM é constituída pelos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regulamento; • Planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos e ainda as unidades operativas de planeamento e gestão definidas; • Planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento; <p>A Proposta de PDM, de acordo com o RJGT e com a Portaria nº 138/2005, de 2 de Fevereiro, é acompanhada com os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório, que explicita os objetivos estratégicos do plano e a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução; • Relatório ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos; • Programa de execução contendo disposições indicativas sobre as intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas; • Planta de enquadramento regional; • Planta da situação existente com a ocupação do território municipal à data da elaboração do plano; • Relatório e/ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor; • Carta da Estrutura Ecológica Municipal; • Cartografia de Risco; • Carta educativa; • Mapa de ruído; • Carta da RAN; • Carta da REN; • Ficha de dados estatísticos. 	<p>6 MESES</p>
<p>FASE 6 – CONCERTAÇÃO E APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DE REN</p>	<p>PLANO DIRETOR MUNICIPAL</p> <p>De acordo com o Artigo 76º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - <i>“O acompanhamento da elaboração da proposta de Plano Diretor Municipal inclui a concertação com as entidades que, no decurso dos trabalhos da comissão de acompanhamento, formulem objeções às soluções definidas para o futuro plano”.</i></p> <p>RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL</p> <p>Na ausência da publicação das Orientações Estratégicas, a proposta de delimitação da REN é sujeita a parecer da Comissão Nacional da REN.</p>	<p>1 MÊS</p>

FASES	PRINCIPAIS MOMENTOS	
<p>FASE 7 – INQUÉRITO PÚBLICO</p>	<p>De acordo com o Artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, concluído o período de acompanhamento e, quando for o caso, decorrido o período adicional de concertação, a câmara municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da respetiva página da Internet, do qual consta a indicação do período de discussão, das eventuais sessões públicas a que haja lugar e dos locais onde se encontra disponível a proposta, o respetivo relatório ambiental, o parecer da comissão de acompanhamento, os demais pareceres eventualmente emitidos, os resultados da concertação, bem como da forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.</p> <p>O período de discussão pública deve ser anunciado com a antecedência mínima de 5 dias, e não pode ser inferior a 30 dias úteis.</p> <p>A câmara municipal ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes; • A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração; • A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; • A eventual lesão de direitos subjetivos. <p>Findo o período de discussão pública, a Câmara Municipal pondera e divulga, designadamente através da comunicação social e da respetiva página da Internet, os respetivos resultados e elabora a versão final da proposta para aprovação.</p>	<p>3 MESES</p>
<p>FASE 8 – PARECER FINAL DA CCCR</p>	<p>Concluído o projeto de versão final do Plano Diretor Municipal, e de acordo com o Artigo 78º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, este é enviado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente, a qual pode emitir parecer no prazo de 10 dias, improrrogáveis, a notificar, sendo o caso, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.</p>	<p>1 MÊS</p>

8.2 O processo participativo e de decisão

A revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço deverá integrar mecanismos de participação de todos os agentes locais, ao longo do processo de elaboração (designadamente através de apresentações, debates, “workshops”, e outros eventos de mobilização, envolvimento, negociação e comprometimento).

A participação poderá ser promovida para todos os agentes abrangidos no processo de planeamento, aspirando a que todos se identifiquem e se comprometam com o processo e os documentos a produzir, nomeadamente:

- Colaboradores das diferentes Divisões e Serviços Municipais

- Responsáveis e técnicos da Administração Central, nomeadamente as entidades com responsabilidades nesta matéria
- Membros das Assembleias e Juntas de Freguesia,
- Representantes de Associações,
- Promotores privados
- População em geral (residentes possuidores de 1ª e 2ª habitação)

O processo participativo e de articulação entre os diferentes agentes envolvidos, públicos e privados, poderá passar pelas seguintes acções:

- articulação com os diferentes serviços municipais – para recolha de informação e elaboração – definição de papéis, objectivos e resultados por cada um dos serviços;
- mobilização e envolvimento de cidadãos e de representantes de diversas entidades;
- criação de comissão de acompanhamento e de grupos de trabalho temáticos;
- reuniões periódicas com a comissão de acompanhamento e os grupos de trabalho;
- entrevistas, oficinas e reuniões de trabalho com cidadãos e representantes;
- estruturação e produção de informação relevante para o processo;
- difusão sistemática de informação sobre os trabalhos em curso e abertura ao necessário feedback da população em geral, para a concretização de uma participação activa, informada, responsável e consciente;
- maximização dos sistemas de informação geográfica, na revisão do PDM e na sua posterior monitorização, implementados de uma forma coordenada e estruturada em todos os serviços municipais.

Note-se que, neste processo, o SIG poderá ser uma ferramenta fundamental para auxiliar na divulgação da informação constante no PDM, permitindo, para além da elaboração de material de trabalho destinada aos especialistas das diferentes áreas, tornar acessível ao público a informação que se deva partilhar.